

RELATÓRIO E CONTAS 2024

INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO
E DA CONSTRUÇÃO



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório e Contas 2024

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia – Departamento Financeiro
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt
Página: <http://www.impic.pt>

Data de edição: março 2025

Índice

Introdução.....	6
1. Caracterização do Instituto.....	9
1.1 Missão e Atribuições.....	10
1.2 Órgãos	14
1.3 Estrutura Orgânica.....	17
2. Enquadramento Regulamentar	18
2.1 Quadro Regulamentar	18
2.1.1 Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.	18
2.1.2 Atividades Reguladas	19
3. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto	22
3.1 Estratégia de Desenvolvimento do Instituto	22
3.2 Atividade Regulatória em 2024	24
4. Recursos Humanos	32
5. Análise Económica e Financeira	34
5.1 Análise da Receita na Ótica Orçamental	34
5.2 Análise da Despesa na Ótica Orçamental	35
5.3 Situação Económica na Ótica do SNC-AP	36
5.4 Situação Financeira	38
6. Contabilidade de Gestão.....	40
7. Eventos Subsequentes.....	40
8. Perspetivas Futuras.....	40
9. Demonstrações Financeiras	42
9.1 Balanço.....	42
9.2 Demonstrações de Resultados Por Natureza	44
9.3 Demonstrações das alterações do património líquido.....	45
9.4 Demonstrações dos fluxos de caixa	46
9.5 Anexo às demonstrações financeiras.....	48

10. Demonstrações Orçamentais	74
10.1 Demonstração do Desempenho Orçamental.....	74
10.2 Demonstração de execução orçamental da receita	76
10.3 Demonstração de execução orçamental da despesa.....	77
10.4 Anexo às demonstrações orçamentais	78
10.5 Orçamento	99
11. Legislação em vigor em 2024	104
11.1 Contratação Pública	104
11.2 Construção	112
11.3 Mediação Imobiliária	124
11.4 Ficha Técnica da Habitação	126
11.5 Branqueamento de Capitais.....	127
11.6 Livro de Reclamações.....	128
11.7 IMPIC, I.P.	128

Índice de Figuras

Figura 1 – Organograma Funcional do IMPIC, I.P.....	17
Figura 2 – Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC, I.P.....	22

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Títulos Habilitantes Válidos (2015-2024)	24
Gráfico 2 – Alvarás emitidos (2015-2024)	25
Gráfico 3 – Certificados emitidos (2015-2024)	26
Gráfico 4 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2015-2024).....	26
Gráfico 5 – Ações Inspetivas desencadeadas em 2024.....	27
Gráfico 6 – Empresas inspecionadas em 2024.....	28
Gráfico 7 – Construção – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2024	28
Gráfico 8 – Mediação Imobiliária – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2024.....	29
Gráfico 9 – Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2024	30
Gráfico 10 – Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2024.....	31
Gráfico 11 – Procedimentos de contraordenação	31
Gráfico 12 – Distribuição dos Elementos Efetivos por Grupo Profissional.....	33
Gráfico 13 – Evolução das Receitas Orçamentais (2016 a 2024).....	34
Gráfico 14 – Evolução das Despesas Orçamentais (2016 a 2024)	35

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Atos Regulatórios (2020-2024)	27
Tabela 2 – Pessoal ao serviço do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2024.....	32
Tabela 3 – Receitas Orçamentais (2024/2023)	35
Tabela 4 – Despesas Orçamentais (2024/2023)	36
Tabela 5 – Rendimentos e Gastos (2024/2023)	36
Tabela 6 – Rendimento por tipo de atividade (2024/2023).....	37
Tabela 7 – Estrutura Financeira (2018 a 2024)	38
Tabela 8 – Ativo	38
Tabela 9 – Património Líquido e Passivo	39

Siglas

ANI	Agência Nacional de Inovação
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
EUR	Em Euros
OP	Obras Públicas
PROCURE+i	Centro de Competências Compras Públicas de Inovação
pp	Pontos Percentuais

Introdução

O presente Relatório e Contas – 2024, é um dos documentos elaborados pelo IMPIC através do qual damos a conhecer, às diversas entidades públicas e ao público em geral, o que foi a nossa atividade ao longo do exercício de 2024 e a sua materialização em termos de receita e despesa.

Permite apresentar o IMPIC, enquanto organização, explicando de forma mais detalhada como este se operacionalizou e o que aconteceu no ano em causa, assim como apresentar possíveis caminhos para o futuro. Naturalmente que este documento não pode ser analisado sem se ter em consideração o que foi a atividade do IMPIC, a descrever no Relatório de Atividades - 2024, porque as contas respeitantes a essa mesma atividade são o espelho do que se conseguiu realizar e não realizar, não deixando de ter em atenção todos os condicionalismos resultantes da aprovação do Orçamento por parte da Assembleia da República, para cada ano.

No entanto, tendo em conta que aguardamos o documento da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, relativo às “Linhas de Orientação RAA 2024”, e porque o prazo de elaboração do relatório de atividades não está em linha com o prazo de 31 de março da conta de gerência, o presente documento é elaborado antes do relatório de atividades, mas, naturalmente, os dois complementar-se-ão.

Este Relatório e Contas de 2024 não pretende ser apenas um registo do nosso desempenho financeiro, mas também uma demonstração do nosso compromisso com a transparência e a responsabilidade, com foco no bem comum. Acreditamos que, ao mantermos estes valores centrais, continuaremos a alcançar resultados positivos e a criar valor para todos os nossos stakeholders.

O ano de 2024 foi marcado por eleições antecipadas que provocaram uma série de efeitos nas entidades públicas, com repercussões que vão desde a reorganização administrativa até a alteração nas prioridades de políticas públicas. No que a este Instituto diz respeito, houve um “momento de espera” para a definição de novas diretrizes e um momento de incerteza quanto à continuidade dos projetos e programas, o que atrasou decisões importantes e a implementação de iniciativas de longo prazo.

Tendo havido um reposicionamento das prioridades, também houve a reformulação de estratégias já iniciadas e a inclusão de novos projetos, tendo levado a uma revisão e reavaliação do orçamento aprovado. Durante o período de transição, houve uma cautela maior na execução de despesas, com alguns investimentos adiados ou reestruturados para se alinharem à nova agenda governamental.

A incerteza sobre as futuras políticas e a mudança no cenário político também teve algum impacto a nível interno e nas equipas deste Instituto, que precisaram lidar com alterações dos projetos.

Esses desafios, embora temporários, reforçaram a importância de mecanismos de resiliência e planeamento que permitam uma transição mais suave em momentos de mudanças políticas significativas. Situação que, novamente, volvido 1 ano, vamos ter de enfrentar. Mas o sentido de dever e serviço público, e o nosso empenho em contribuirmos para as soluções, para o interesse público, sempre com o objetivo de caminharmos para a excelência, tem de permanecer independentemente dos atores envolvidos, incluindo o atual Conselho Diretivo que terminará o seu mandato em 2026.

As atividades regulatórias sobre as empresas da construção, da mediação imobiliária e das plataformas eletrónicas, continuaram a merecer dos nossos serviços uma atenção constante. Neste aspeto, destacamos a realização de uma ação inspetiva intensiva com a missão de detetar e combater o exercício ilegal do exercício da atividade de construção. Esta ação teve a sua incidência nos Distritos de Bragança, Vila Real, Braga, Viana do Castelo, Porto, abarcando 40 concelhos, tendo revestido uma vertente mista, combinando a divulgação de informação de forma pedagógica com a atuação inspetiva habitual, nos casos de exercício da atividade da construção sem habilitação, ou com habilitação insuficiente tendo em conta o valor da obra, quer dos empreiteiros, quer dos subempreiteiros.

Quanto à Contratação Pública, a mesma atenção tem sido constante, reforçando o seu papel enquanto ferramenta estratégica e promotora de desenvolvimento sustentável, através de compras públicas sustentáveis. A participação em projetos internos e no âmbito da Comissão Europeia, ações de formação e capacitação, a difusão de boas práticas, e a implementação dos “eForms”, em que os novos anúncios passam a recolher informação sobre compras públicas estratégicas em linha com as tendências mundiais de valorização do papel que o serviço público tem no desenvolvimento sustentável e das respetivas economias, nos diversos vetores,

nomeadamente social, ecológico e de inovação, são alguns dos exemplos das nossas atividades neste âmbito.

A implementação de mecanismos que facilitem a comunicação interna e externa e a aposta nas tecnologias que procuram reduzir o fardo administrativo, também estão presentes nos nossos objetivos. O incentivar e reforçar a colaboração entre as várias entidades públicas, com objetivos comuns, pretende criar um poder de alavancagem nos resultados pretendidos, sempre em prol do interesse público. A aposta na capacitação e informação de quem connosco se relaciona, a difusão de boas práticas e orientações técnicas também fazem parte da nossa forma de estar.

E tudo isto tem sido realizado com um número cada vez mais reduzido de recursos humanos. As aposentações, as baixas de longa duração, os pedidos de mobilidade, sem a necessária compensação através dos mecanismos ao nosso alcance, e apesar dos nossos constantes esforços, tem, obrigatoriamente, impacto nos resultados e, até mesmo, na moral e motivação.

O percurso não é fácil. Agradecemos todo o esforço e dedicação das equipas do IMPIC, bem como a todas as entidades e parceiros que connosco colaboram pelo apoio e confiança depositados na nossa organização.

1. Caracterização do Instituto

O IMPIC, I.P. é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com sede em Lisboa e com jurisdição sobre todo o território nacional. No final de 2024, o IMPIC, I.P. apresentou:

Orgânica Estatutos	Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro
Natureza	- Instituto público integrado na administração indireta do Estado - Autonomia administrativa e financeira e património próprio - Dependência tutelar e sob superintendência da Secretária de Estado da Habitação, através do Despacho n.º 7888/2024
Órgãos	- Conselho Diretivo - Fiscal Único - Conselho Consultivo
Estrutura Orgânica	- Direções: 5 - Departamentos: 2
Atividade de Regulação	- Qualificação/Licenciamento de empresas e plataformas eletrónicas - Fiscalização e Inspeção - Sancionamento - Produção de propostas legislativas - Informação Estatística - Representação do sector em organismos europeus e internacionais - Defesa do consumidor em colaboração com outras entidades
Atividades reguladas	- Construção - Mediação Imobiliária - Contratos Públicos - Plataformas eletrónicas de contratação pública
Principais Indicadores	- N.º de títulos habilitantes válidos (construção e imobiliário): 79 373 - N.º empresas inspecionadas: 583 - N.º de ações inspetivas: 213 - N.º de processos sancionatórios iniciados: 822 - N.º de processos sancionatórios concluídos: 451 - Prazo médio ponderado de títulos habilitantes: 8 dias
Recursos Humanos	3 Membros do Conselho Diretivo 5 Dirigentes Intermédios de nível I (Diretor de Serviços) 2 Dirigente Intermédio de nível II (Chefe de Departamento) 113 Colaboradoras e colaboradores
Recursos Financeiros	- Do lado da receita, orçamento anual no valor de 15,9 M€, tendo sido executado 22,7 M€ - Do lado da despesa, orçamento anual no valor de 15,9 M€ tendo sido executado 8,9 M€ (dos quais 1,2 M€ em Transferências Correntes)
Localização	- Sede na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa - Delegação na Região Autónoma da Madeira (Funchal) - Delegação na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) - Delegação no Porto e Postos de atendimento em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro

1.1 Missão e Atribuições

Missão

Criado com o propósito da maximização da eficácia e eficiência organizativas, o IMPIC, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos.

Atribuições

O IMPIC, I.P. exerce as três funções principais que cabem na competência administrativa do Estado: as funções de **regulação**, de **licenciamento** e de **fiscalização**.

A par destas atribuições, a lei orgânica consagra e clarifica as atribuições e competências que o Instituto exerce no âmbito da contratação pública, de que se salienta a definição do quadro jurídico-legal da atividade (designadamente mediante a preparação de diplomas legais), a representação institucional do país junto de instâncias europeias e internacionais, o exercício do poder sancionatório no domínio da construção, do imobiliário e das plataformas eletrónicas, o reporte estatístico à Comissão Europeia e a gestão de instrumentos indutores da transparência e *accountability* em sede de contratos públicos.

No que respeita à **função regulatória**, cabe-lhe definir as regras a que têm de obedecer os agentes que pretendam aceder aos mercados da construção e do imobiliário e neles permanecer. Estas regras consubstanciam-se, designadamente, nos requisitos que se entendem imperiosos para cumprir os referidos fundamentos de segurança e de proteção do consumidor, e que consistem, no essencial, *i)* na competência técnica; *ii)* na capacidade económica e financeira; e *iii)* na idoneidade.

Entendem-se como integrando ainda a **função regulatória** do IMPIC, I.P., as seguintes competências:

- A **dinamização de iniciativas estratégicas** com vista a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas e o desenvolvimento sustentável do sector;
- A **produção de informação estatística** e análises sectoriais das fileiras da construção e do imobiliário, que possam constituir referencial para os agentes do sector;
- A **representação técnica de Portugal** junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o sector;
- A **coordenação com a Autoridade da Concorrência** (AdC) na aplicação da Lei da Concorrência no sector da Construção, do Imobiliário;
- O **desenvolvimento de ações conducentes à promoção da mediação e arbitragem voluntária** para a resolução de conflitos emergentes das atividades do sector da construção e do imobiliário e dos contratos públicos;
- A aprovação trimestral de indicadores económicos a aplicar nas fórmulas de **revisão de preços** em contratos de empreitada de obras públicas.

No que respeita à **função licenciadora**, compete ao IMPIC, I.P., atribuir os títulos habilitantes para o exercício das atividades cuja regulação lhe está cometida. Estes títulos habilitantes são os Alvarás e os Certificados para a fileira da construção e as Licenças de Mediação Imobiliária para a fileira do imobiliário. De realçar ainda os poderes de emissão de declarações e registos para o exercício de atividade em Portugal para empresas estrangeiras. Compete, ainda, ao IMPIC, I.P. licenciar as plataformas eletrónicas de contratação pública.

Relativamente à **função fiscalizadora**, cabe ao IMPIC, I.P., em matéria de competências originárias, a função de **fiscalizar as atividades da construção e do imobiliário**, em termos, essencialmente, de poder averiguar:

- Da subsistência, no seio dos agentes respetivos, dos requisitos que levaram à sua habilitação e licenciamento;
- Do exercício ilegal das atividades reguladas por parte de agentes não habilitados.

No exercício dos poderes de fiscalização, o IMPIC, I.P. está investido de poderes sancionatórios, podendo aplicar coimas sempre que estejam preenchidos os pressupostos de violação da lei.

Como **atribuições não originárias do IMPIC, I.P.**, no âmbito da aplicação das políticas públicas, passaram a caber ao instituto novas atribuições:

O IMPIC, I.P. foi incumbido de fiscalizar **a obrigatoriedade de existência e disponibilização de Livro de Reclamações** em estabelecimentos de empresas de construção civil; mediação imobiliária; promoção imobiliária; administração de condomínios; avaliação imobiliária; arrendamento, compra e venda de bens imobiliários; administração de imóveis por conta de outrem; consultadoria e mediação de obras e gestão, planeamento e fiscalização de obras. O instituto é ainda competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento daquela obrigatoriedade.

Foi conferida ao IMPIC, I.P. a competência de fiscalizar, em articulação com a Procuradoria-Geral da República e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, o cumprimento dos deveres que recaem sobre as entidades que exerçam atividades imobiliárias, nomeadamente, no que respeita às transações imobiliárias em que intervenham, com vista à **prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo**.

O IMPIC, I.P. é ainda, competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento destes deveres.

Ao nível da **contratação pública**, o Código dos Contratos Públicos e as portarias que o regulamentam vieram conferir ao IMPIC, I.P. atribuições e competências legais nesta área, destacando-se:

- A apresentação de propostas legislativas e regulamentares relacionadas com os contratos públicos e a formulação de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- A participação nas equipas de representação técnica nacional, em matéria de contratos públicos, junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- A definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão da matéria;
- O licenciamento, a monitorização e a fiscalização das plataformas eletrónicas de contratação pública, nos termos da lei;
- A produção de manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;

- A produção de relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário;
- A análise de queixas e denúncias de cidadãos e empresas, assim como participações de entidades públicas sobre a aplicação das regras de adjudicação de contratos públicos no sector da construção e do imobiliário;
- A gestão do portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>);



- A gestão do “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- A instrução de processos de contraordenação e a aplicação de coimas por incumprimento das regras previstas no CCP;
- O reporte estatístico, à Comissão Europeia, relativo aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes.

1.2 Órgãos

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, o IMPIC, I.P. conta com a seguinte estrutura:

- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal Único;
- O Conselho Consultivo.

Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é o órgão colegial responsável pela implementação das atribuições do IMPIC, I.P., bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

O Conselho Diretivo é, nos termos da lei, composto por um presidente e por dois vogais.

No dia 10 de maio de 2021, tomaram posse os novos membros do Conselho Diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

O atual Conselho Diretivo foi designado pelo, então, Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Eng.º Jorge Moreno Delgado, e é presidido pelo Dr. Fernando Batista que conta com o apoio dos Vogais, Eng. Pedro Guedes Pinto e Dra. Sandra Simões.

Fiscal Único

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

O exercício destas funções é desempenhado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, “Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda”, representada pelo Dr. Rui Manuel Pinho (ROC 989), nomeada por Despacho Conjunto n.º 7390/2008, publicado no D.R., nº 52, II Série, de 13 de março de 2008, dos Ministros das Finanças e do Ministro que tutela o IMPIC, I.P.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do IMPIC, I.P., e nas tomadas de decisão do respetivo Conselho Diretivo.

É constituído pelo Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., que preside, e por um representante das seguintes entidades:

- Autoridade da Concorrência;
- Direção-Geral do Consumidor;
- Direção-Geral do Território;
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Gabinete Nacional de Segurança;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P.;
- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Governo Regional dos Açores;
- Governo Regional da Madeira;
- Ordem dos Advogados;
- Ordem dos Arquitetos;
- Ordem dos Engenheiros;
- Ordem dos Engenheiros Técnicos;
- Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

Ao Conselho Consultivo compete:

- Apoiar o conselho diretivo na definição das grandes linhas de ação do IMPIC, I.P.;
- Analisar a situação dos mercados do setor da construção e do imobiliário e da contratação pública, propondo soluções;
- Pronunciar-se sobre o quadro normativo nacional e europeu relacionado com o setor da construção e do imobiliário e da contratação pública.

No âmbito do conselho consultivo funciona a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE), à qual compete:

- Propor os indicadores económicos a estabelecer para o cálculo da revisão de preços no âmbito das empreitadas de obras públicas;
- Propor as fórmulas-tipo a aplicar em contratos de empreitada.

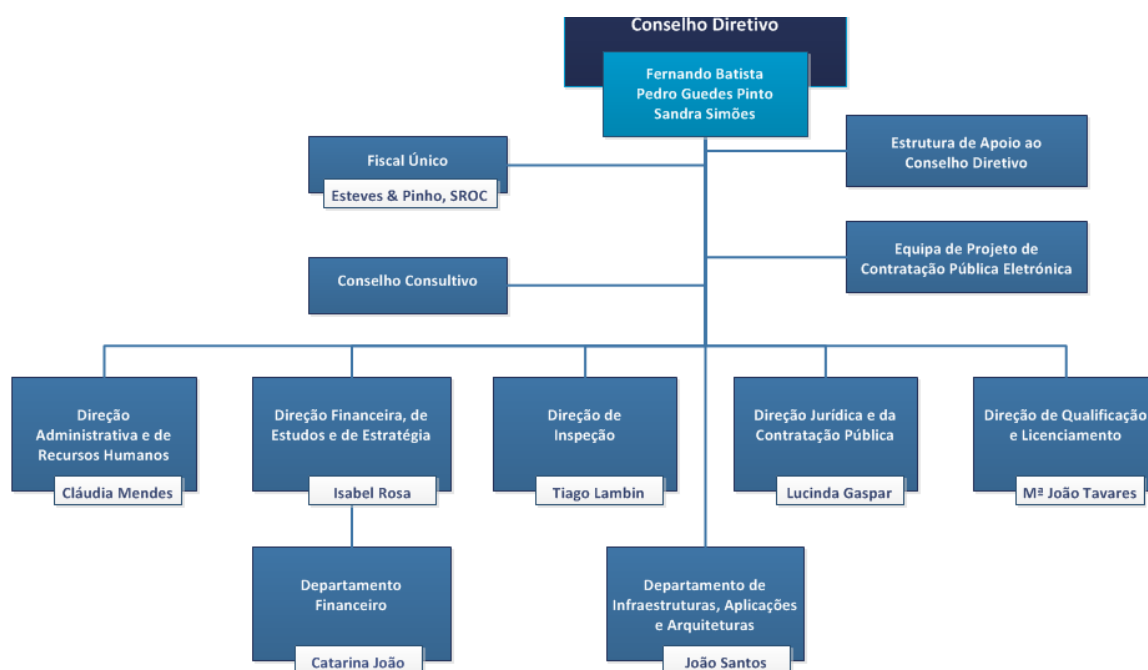
A CIFE reúne trimestralmente, e tem a seguinte composição:

- O Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., ou quem o substitua, que preside;
- 1 representante do Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- 1 representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- 1 representante do órgão ou serviço responsável pela área de estudos e estatística do Ministério que tutela o emprego;
- 1 representante do Governo Regional dos Açores;
- 1 representante do Governo Regional da Madeira;
- O Conselho Diretivo do IMPIC, I.P. pode convidar a participar nas reuniões da CIFE até três representantes de entidades adjudicantes de empreitadas de obras públicas, a escolher, de forma rotativa, de entre as entidades públicas mais representativas consoante os temas da agenda, bem como das associações de empresas do setor da construção e dos materiais de construção, que atualmente são:
 - o 1 representante da AECOPS;
 - o 1 representante da AICCOPN;
 - o 1 representante da APCMC.

1.3 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica do IMPIC, I.P., foi estabelecida pela Portaria n.º378/2012, de 20 de novembro, prevendo uma composição de 5 unidades orgânicas de nível I (direções), podendo ainda, por deliberação do Conselho Diretivo, serem criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos).

Figura 1 – Organograma Funcional do IMPIC, I.P.



2. Enquadramento Regulamentar

2.1 Quadro Regulamentar

LEGISLAÇÃO/ORIENTAÇÕES/CIRCULARES INCLUINDO AS PUBLICADAS EM 2024

2.1.1 Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Foram publicados os seguintes diplomas relacionados com o funcionamento do Instituto:

- Despacho n.º 1826/2024, de 31.01 - Alteração obrigatória ao posicionamento remuneratório dos trabalhadores do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., com efeitos a 1 de janeiro de 2023.
- Deliberação n.º 273/2024 de 29. 02. - Subdelegação de competências no vogal do conselho diretivo licenciado Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto.
- Aviso n.º 6170/2024/2, de 21.03- Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira de inspeção superior (carreira não revista) deste Instituto do trabalhador António Alberto de Abreu Figueira.
- Despacho n.º 3186/2024, de 21.03 - Aprova o mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados para carreiras de grau complexidade funcional 3.
- Aviso n.º 16433/2024/2, de 10.07-Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira de inspeção superior (carreira não revista) deste Instituto.
- Aviso n.º 15598/2024/2, de 26.07- Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do técnico de sistemas e tecnologias de informação do trabalhador Pedro Daniel Ventura de Paiva Gomes.
- Aviso n.º 16433/2024/2, de 6.08 -Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira de inspeção superior (carreira não revista) deste Instituto da trabalhadora Emília Simões Henriques Xavier.
- Louvor n.º 1526/2024, 20.10 - Louva a assistente técnica Maria Emília Lopes Morais.
- Lei n.º 43/2024, de 02.12 - procede à alteração da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou as medidas especiais de contratação pública.

2.1.2 Atividades Reguladas

Contratação Pública

- Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro - Dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.
- Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro - Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2024, de 12 de novembro - Aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas - ECO360 (PA ECO360)

Construção

- Portaria n.º 16/2024 de 23.01- Valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2024.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2024/M de 2.02 - Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2024.
- Aviso n.º 3485/2024, de 12.02 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a outubro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Portaria n.º 71-A/2024, de 27.02 - Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.
- Portaria n.º 71-B/2024, de 27.02 - Aprova os modelos de utilização obrigatória de licença, de resposta à comunicação prévia, dos atos a praticar pelos técnicos e dos modelos de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).
- Aviso n.º 4449/2024, de 26.02 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a novembro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preço
- Portaria n.º 71-C/2024, de 27.02 - Procede à primeira alteração da Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro, que define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico.
- Aviso n.º 11153/2024/2 de 24.05- Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra referentes ao 4.º trimestre de 2023, de materiais e equipamentos de apoio referentes a dezembro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Aviso n.º 11154/2024/2, de 24.05- Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a janeiro de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Aviso n.º 11635/2024/2, de 3.06- Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a fevereiro de 2024 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Aviso n.º 15455/2024/2 de 25.07- Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, de materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2024 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços

- Aviso n.º 15456/2024/2 de 25.07 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a abril de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Aviso n.º 17888/2024/2, de 20.08 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio, referentes a maio de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Aviso n.º 18095/2024/2, de 21.08 - Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra, referentes ao 2.º trimestre de 2024, de materiais e equipamentos de apoio referentes a junho de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
- Aviso n.º 21455/2024/2 de 27.09 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a julho de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Aviso n.º 23117/2024/2, de 18.10 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a agosto de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preço
- Aviso n.º 27562/2024/2 de 9.12 - Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a outubro de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2023/M de 3.04 - Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2023
- Portaria n.º 212/2022 de 23.08 - Procede à atualização dos valores das classes dos alvarás.
- Decreto Regulamentar Regional 2/2021-M, de 11.01 - Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2021
- Aviso 8248/2021, de 04.05 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Aviso 8298/2021, de 05.05 - Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Aviso 8373/2021, de 06.05 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Aviso 9679/2021, de 21.05 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Aviso 15207/2021, de 16.08 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
- Aviso 21925/2021, de 22.11 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 2.º trimestre de 2021, para efeito de

aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto

- Portaria 310/2021, de 20-12-2021 - Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2022.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 34/2020/M de 19 de maio - Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2020.

Mediação Imobiliária

- Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08.01 - Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria
- Decreto-Lei 9/2021, de 29.01 - Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas
- Lei 32/2021, de 27.05 - Estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais
- Regulamento 603/2021, de 02.07 - Regulamento do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no setor do imobiliário.
- Decreto-Lei 89/2021, de 03.11 - Regulamenta normas da Lei de Bases da Habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade
- Portaria 261/2021, de 22.11 - Aprova o Regulamento da Atividade de Fiscalização do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P
- Decreto-Lei 108/2021, de 07.12 - Altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais
- Decreto-lei 109-G/2021, 10.12 - Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores

Ficha Técnica da Habitação

- Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08.01 - Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria
- Decreto-Lei 84/2021, de 18.10 - Regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, transpondo as Diretivas (UE) 2019/771 e (UE) 2019/770

3. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto

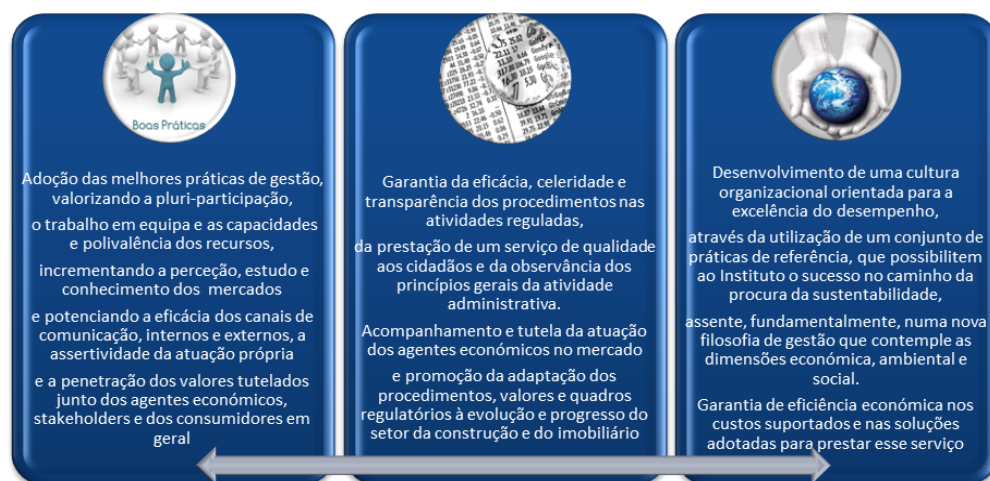
3.1 Estratégia de Desenvolvimento do Instituto

O IMPIC, I.P. rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

Tendo em conta estes objetivos e os princípios definidos na Lei-Quadro dos Institutos Públicos¹, foram delineados para o instituto os princípios orientadores que se materializam em objetivos estratégicos e operacionais, pretendendo reforçar a posição do Instituto no mercado, como regulador do setor da construção, do imobiliário e da contratação pública.

Estes princípios orientadores da gestão do instituto focam – para além da observância dos princípios gerais da atividade administrativa, da adoção das melhores práticas de gestão de organismos públicos e da prestação de um serviço aos cidadãos com a qualidade exigida por lei – a aposta na maximização da eficiência económica, através da implementação de uma filosofia de gestão baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do setor da construção e do imobiliário.

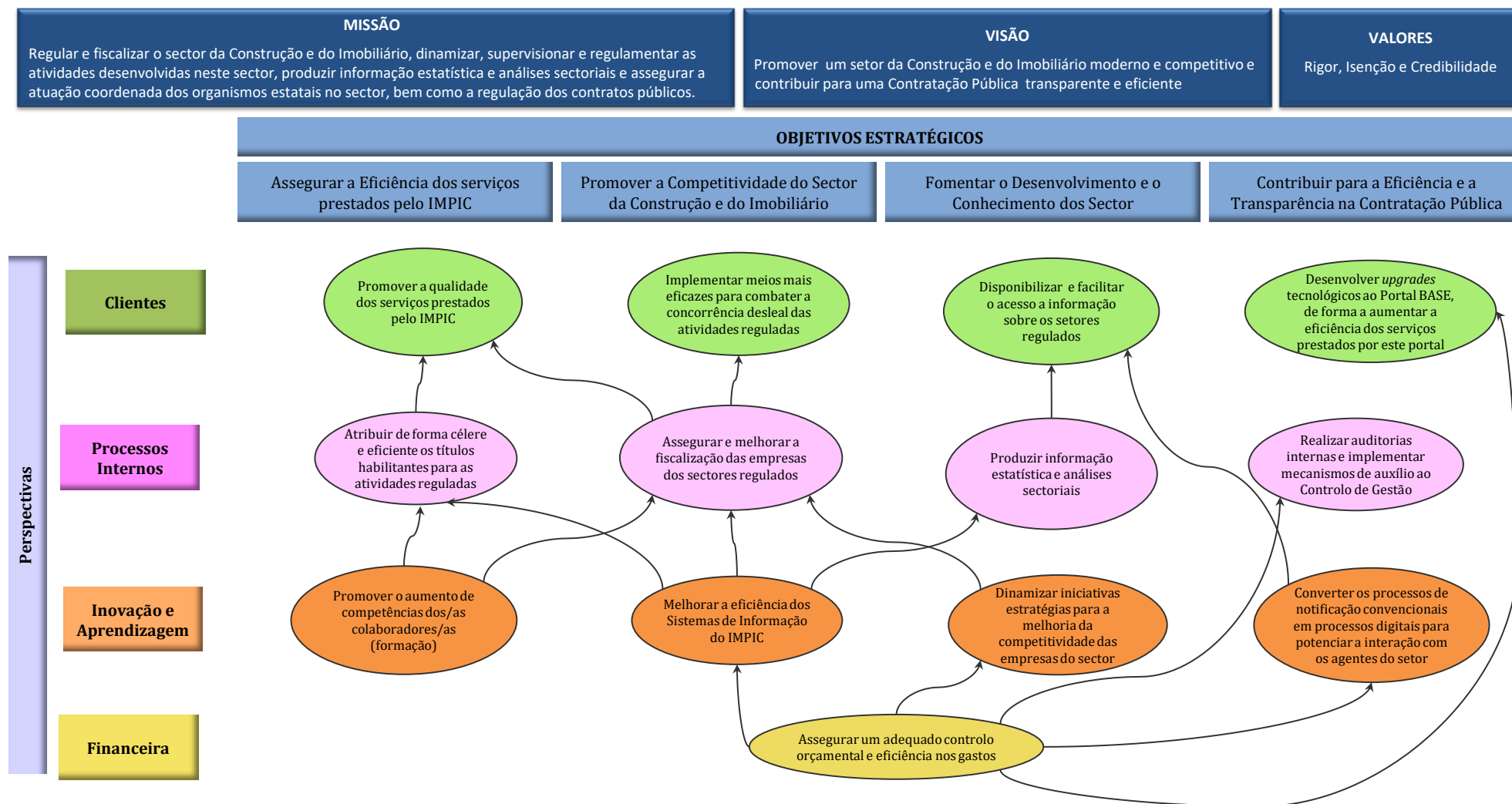
Figura 2 – Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC, I.P.



Estes princípios deram origem à definição dos Vetores Estratégicos e Objetivos Operacionais constantes do Mapa Estratégico 2024, segundo as quatro perspetivas: Clientes, Processos Internos, Inovação & Aprendizagem e Financeira.

¹ Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Mapa Estratégico de 2024



3.2 Atividade Regulatória em 2024

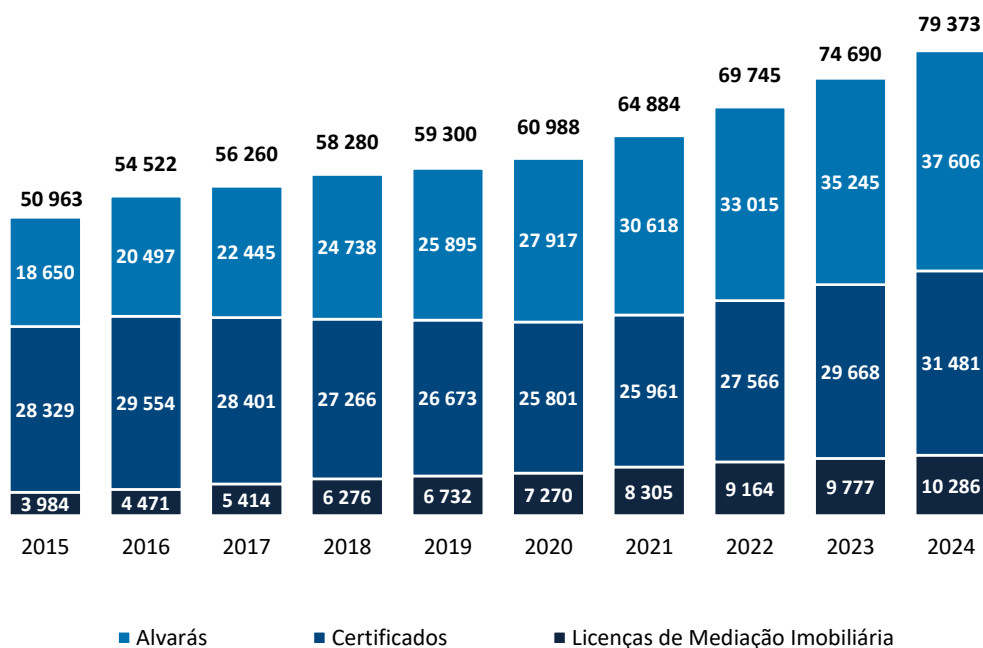
Qualificação dos Agentes do Sector

A regulação do sector da construção e do imobiliário tem inerente a qualificação dos agentes que exercem a atividade da construção e da mediação imobiliária.

Nesse sentido, cabe ao IMPIC, I.P. atribuir os respetivos *títulos habilitantes*, após a verificação das condições de acesso e permanência em cada uma das atividades reguladas.

No final de 2024, encontravam-se válidos 79 373 *títulos habilitantes*, dos quais 47,4% correspondiam a alvarás, 39,7% a Certificados e 13% a licenças de mediação imobiliária.

Gráfico 1 – Títulos Habilitantes Válidos (2015-2024)

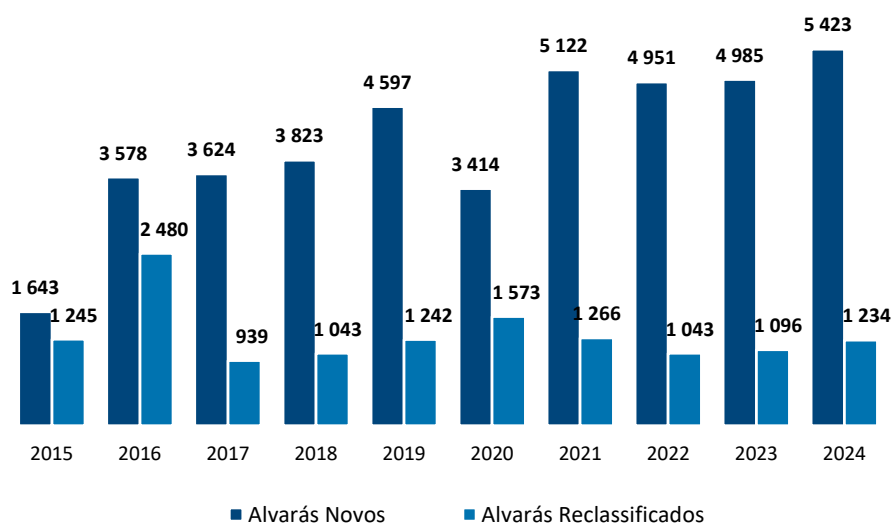


Como se observa no gráfico anterior, o número total de títulos habilitantes tem vindo a crescer desde 2015, assim como o número de licenças de mediação imobiliária, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013, que regulou a atividade de angariação imobiliária.

Fileira da Construção

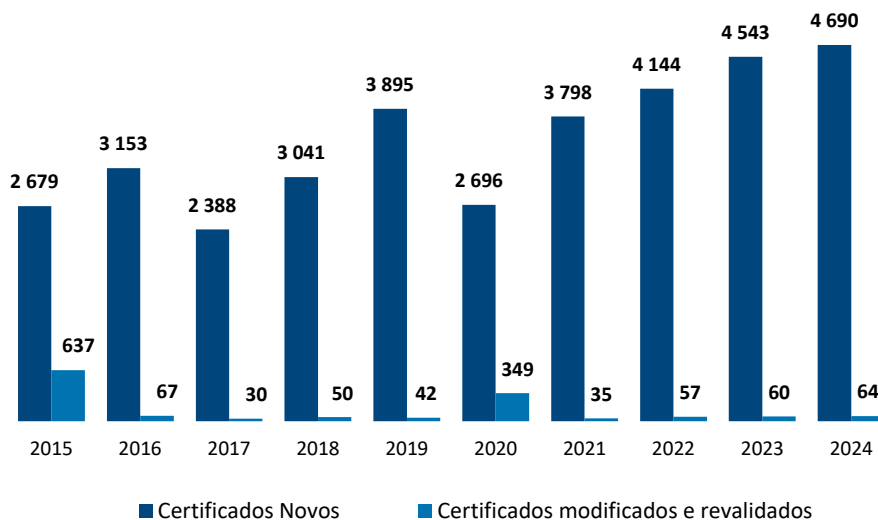
Durante o ano de 2024 foram concedidos 5 423 novos alvarás, correspondendo a um aumento de cerca de 8,8% relativamente a 2023 e reclassificados 1 234, correspondendo a um acréscimo de cerca de 12,6% face a 2023. A discrepância observada nos anos de 2015 e 2016, é justificada pela entrada em vigor da nova legislação da construção em junho de 2015 e da posterior publicação da portaria de taxas (Portaria n.º 261-A/2015, de 27 de agosto), obrigando à alteração do sistema de informação de apoio à atividade da qualificação e resultando nalgum atraso conjuntural na emissão de novos títulos habilitantes, sendo ultrapassado logo no início de 2016.

Gráfico 2 – Alvarás emitidos (2015-2024)



Relativamente aos certificados de empreiteiro (antigos títulos de registo), foram concedidos 4 690 novos certificados, traduzindo-se num aumento de 3,2% face a 2023. Quanto à emissão de certificados na sequência da alteração ou revalidação dos mesmos em 2024, foram emitidos 64 certificados.

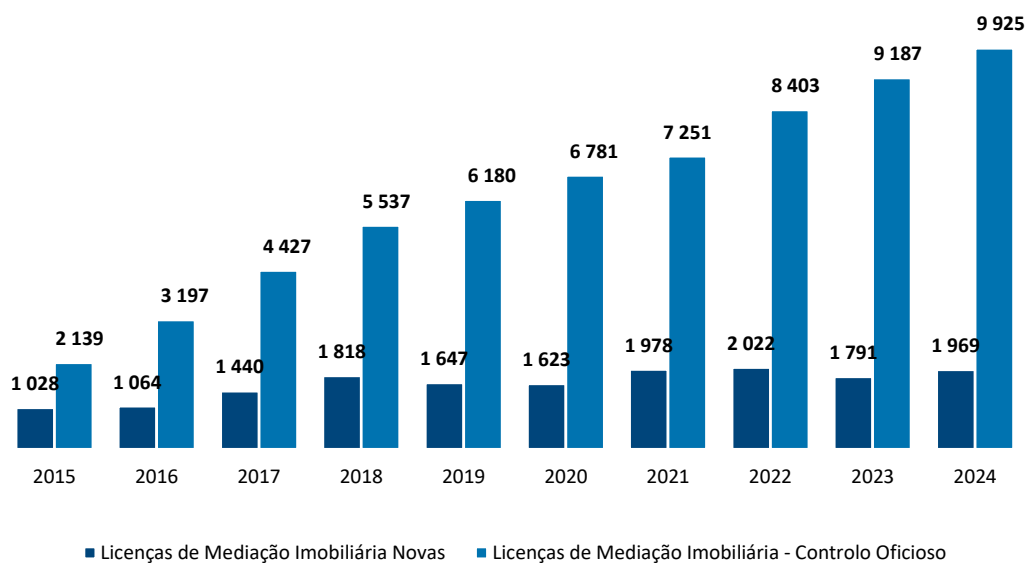
Gráfico 3 – Certificados emitidos (2015-2024)



Fileira do Imobiliário

Durante o ano de 2024 foram emitidas 1 969 novas licenças de mediação imobiliária, correspondendo a um acréscimo de 9,9% face a 2023, e foram revalidadas 9 925 licenças, correspondendo a um aumento de cerca de 8% em relação a 2023 quando o novo regime jurídico da atividade de mediação imobiliária passou a prever a revalidação anual, em vez de trienal, como anteriormente.

Gráfico 4 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2015-2024)



Atos Regulatórios

Tendo em conta a emissão dos *títulos habilitantes* atrás referida, apurou-se, em 2024 um total de 23 305 atos regulatórios, mais 7,6% do que o verificado em 2023.

Tabela 1 – Atos Regulatórios (2020-2024)

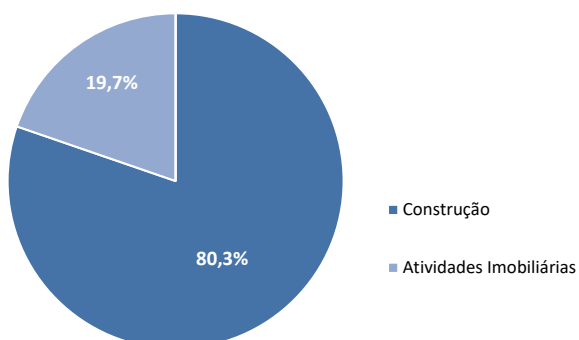
Atos Regulatórios	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 2024/2023
Alvarás	4 987	6 388	5 994	6 081	6 657	9%
Certificados	3 045	3 833	4 201	4 603	4 754	3%
Licenças Mediação Imobiliária	8 404	9 229	10 425	10 978	11 894	8%
Total	16 436	19 450	20 620	21 662	23 305	8%

Fiscalização dos Agentes do Sector

Durante o ano de 2024, foram realizadas operações de fiscalização no território continental, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Nas operações de fiscalização realizadas foram abrangidos 63 concelhos, dos quais 53 em Portugal Continental, 4 na Região Autónoma da Madeira e 6 na Região Autónoma dos Açores, visando 583 empresas.

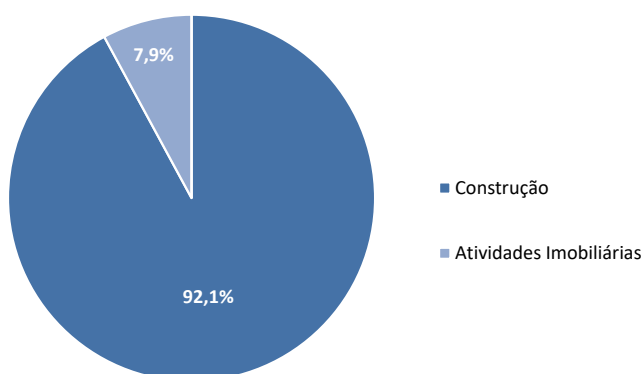
No âmbito dessas operações, foram desencadeadas 213 ações inspetivas, das quais 171 na atividade da construção e 42 nas atividades imobiliárias.

Gráfico 5 – Ações Inspetivas desencadeadas em 2024



Nestas 213 ações inspetivas foram alvo de fiscalização 583 empresas, das quais 537 na atividade da construção e 46 nas atividades imobiliárias.

Gráfico 6 – Empresas inspecionadas em 2024



Ilícitos Detetados

Durante o ano de 2024, das 537 empresas visadas por ações inspetivas na atividade da construção, a infração detetada com maior frequência foi o exercício da atividade sem habilitação legal – Obra Particular, representando 53% do total das infrações detetadas.

Gráfico 7 – Construção – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2024



Das 46 empresas de mediação imobiliária visadas por ações inspetivas verificou-se que as infrações detetadas com maior frequência foram a não comunicação de transações imobiliárias (17,9%), e não possuir livro de Reclamações Eletrónico (10,7%).

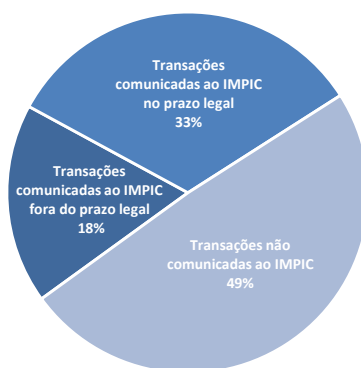
Gráfico 8 – Mediação Imobiliária – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2024



Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo – Sector Imobiliário

No que respeita à área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi iniciado em 2014 o tratamento de dados relativos às transações imobiliárias verificadas no âmbito das ações inspetivas desencadeadas pelo IMPIC, I.P., nos termos da Lei n.º 25/2008, de 05/06.

Gráfico 9 – Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2024

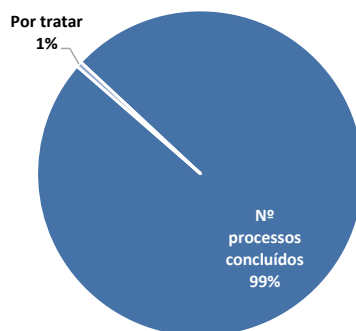


Assim, no ano de 2024, analisada a amostra recolhida em sede de ação inspetiva (106 transações), verifica-se ainda uma relevante parcela de casos de transações imobiliárias não comunicadas (49,1%) e transações comunicadas fora do prazo legalmente estabelecido (17,9%), perfazendo um total de 67% no que respeita ao incumprimento desta obrigação. Cumpre destacar que, no entanto, 33% comunica as transações ao IMPIC, no prazo legal estabelecido.

Tratamento de queixas

Em 2024, foram rececionadas 3.705 novas queixas/denúncias/reclamações tendo sido objeto de conclusão 3.685, relativas às atividades de Construção, Mediação Imobiliária e Administração de Condomínios. Foi efetuado o tratamento de 99,5% das queixas, denúncias e reclamações recebidas no IMPIC, I.P.

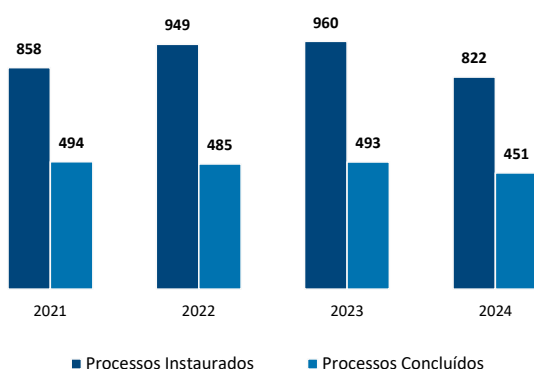
Gráfico 10 – Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2024



Sancionamento dos Agentes do Sector

Em 2024 foram instaurados 822 procedimentos sancionatórios, 370 dos quais na fileira da construção, 208 na fileira do imobiliário, nenhum na atividade das plataformas eletrónicas e 244 na atividade do Código dos Contratos Públicos, correspondendo na sua totalidade a -14,4% face ao ano 2023.

Gráfico 11 – Procedimentos de contraordenação



Ao nível da conclusão dos processos sancionatórios, foram finalizados 451 processos de contraordenação, totalizando menos 8,5% face ao ano 2023.

4. Recursos Humanos

A caracterização dos Recursos Humanos que compõe o efetivo do IMPIC, I.P. está explanada no Balanço Social de 2024, sendo neste capítulo do presente relatório realizada apenas uma breve súmula.

Número de Elementos Efetivos

Em 31 de dezembro de 2024, o IMPIC, I.P. contava com um total de 113 elementos efetivos, com a seguinte distribuição por grupo profissional:

Tabela 2 – Pessoal ao serviço do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2024

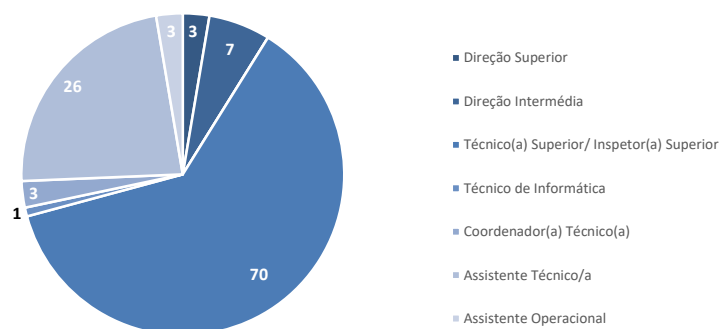
2024		
Grupo Profissional	N.º Elementos Efetivos	%
Direção Superior	3	3%
Direção Intermédia	7	6%
Especialista de Informática	0	0%
Técnico(a) Superior/ Inspetor(a) Superior	70	62%
Técnico de Informática	1	1%
Coordenador(a) Técnico(a)	3	3%
Assistente Técnico/a	26	23%
Assistente Operacional	3	3%
Total	113	100%

A 31 de dezembro de 2024, o quadro de pessoal do IMPIC, I.P. era constituído por menos 1 elemento efetivo face ao existente no final de 2023.

Grupos Profissionais

Em relação à distribuição dos elementos efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, face ao total, os grupos técnico superior/ inspetor superior (70) representavam 61,9%, os grupos coordenador técnico (3), assistente técnico (26) e assistente operacional (3) cerca de 29% e os dirigentes 8,8%.

Gráfico 12 – Distribuição dos Elementos Efetivos por Grupo Profissional

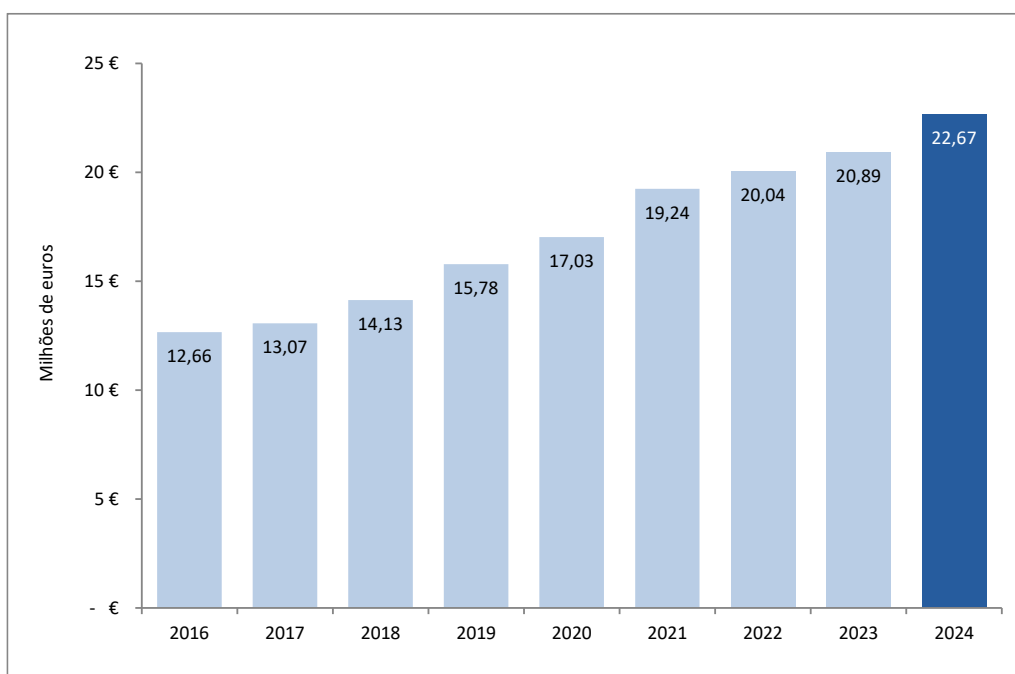


5. Análise Económica e Financeira

5.1 Análise da Receita na Ótica Orçamental

A receita total efetiva arrecadada em 2024 atingiu o valor de 22.670.018 €, o que representou um acréscimo de 8,5% em relação ao ano de 2023. A receita arrecadada em 2024 foi a mais elevada dos últimos anos que se encontram em apreciação, ultrapassando os 20 milhões de euros desde 2022 e com crescimentos recorrentes.

Gráfico 13 – Evolução das Receitas Orçamentais (2016 a 2024)



Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da receita corresponde à Receita Efetiva (não inclui o saldo apurado na gerência anterior nem Operações de Tesouraria, nem Receita Não Efetiva).

O maior volume de receita foi obtido nas Taxas, Multas e Outras penalidades, que representam cerca de 99,9% do total da receita arrecadada pelo Instituto. Esta rubrica apresenta um incremento de 1.779.189 € face a 2023, ou seja, um crescimento de 8,5% essencialmente resultante do aumento generalizado nos valores recebidos com taxas dos setores da construção e do imobiliário. Em termos de crescimento em valor destacam-se as taxas com alvarás de construção.

Tabela 3 – Receitas Orçamentais (2024/2023)

em Euros

	2024	2023	% Var. 2024/2023
Taxas, Multas e Outras Penalidades	22 639 336	20 839 290	8,6%
Taxas	22 487 141	20 622 453	9,0%
Coimas e Custas	152 195	216 837	-29,8%
Rendimentos de Propriedade	14 205	12 500	-
Transferências Correntes	0	1 750	-
Transferências União Europeia	0	1 750	-
Transferências de Capital	0	18 857	-
Transferências União Europeia	0	18 857	-
Venda de Bens e Serviços Correntes	16 477	18 077	-8,9%
Serviços - Outros	16 477	18 077	-8,9%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	356	0
Total da Receita	22 670 018	20 890 830	8,5%

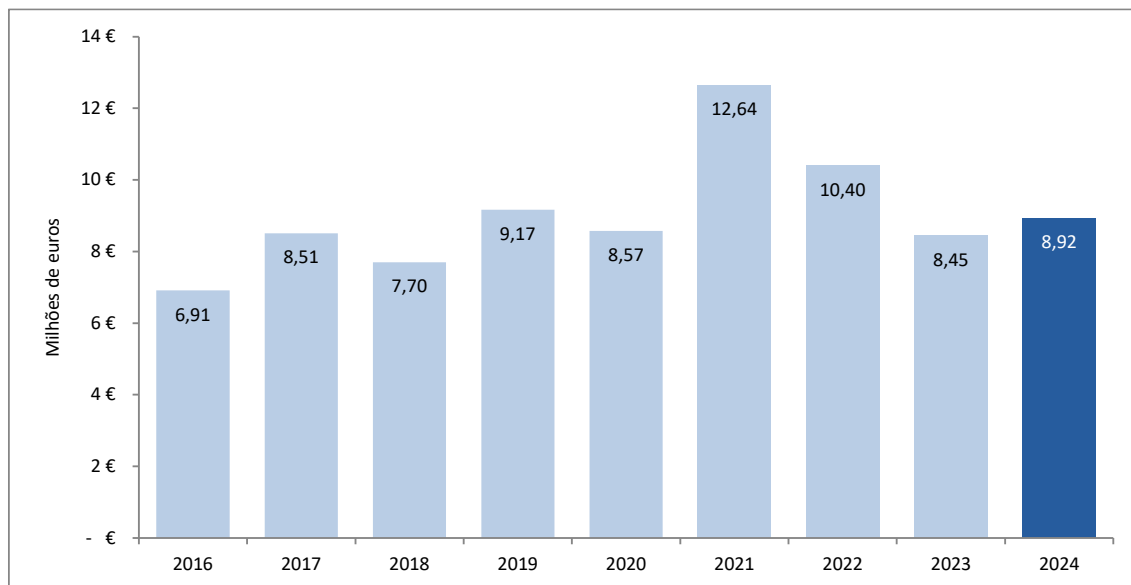
Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da receita corresponde à Receita Efetiva (não inclui o saldo apurado na gerência anterior nem Operações de Tesouraria).

5.2 Análise da Despesa na Ótica Orçamental

O incremento da despesa em 2024 no montante de 478.756 € decorre essencialmente do aumento das Despesas com Pessoal e das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.

Gráfico 14 – Evolução das Despesas Orçamentais (2016 a 2024)



Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da despesa corresponde à Despesa Efetiva (não inclui despesa não efetiva nem Operações de Tesouraria).

O aumento das Despesas com Pessoal resulta predominantemente dos aumentos salariais ocorridos no exercício, não existindo alterações relevantes no quadro de pessoal.

O incremento das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços era expectável como consequência do incremento da própria atividade do Instituto e da pressão inflacionista sobre os preços dos serviços externos.

Tabela 4 – Despesas Orçamentais (2024/2023)

em Euros

	2024	2023	% Var. 2024/2023
Despesas com o Pessoal	4 412 474	4 208 189	4,9%
Remunerações certas e permanentes	3 545 797	3 413 202	3,9%
Abonos variáveis ou eventuais	30 293	37 542	-19,3%
Segurança Social	836 384	757 445	10,4%
Aquisição de Bens e Serviços	2 748 516	2 532 906	8,5%
Transferências Correntes	1 250 053	1 209 597	3,3%
Outras Despesas Correntes	6 676	1 224	445,5%
Aquisição de Bens de Capital	507 016	494 064	2,6%
Total da Despesa	8 924 736	8 445 980	5,7%

Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da despesa corresponde à Despesa Efetiva (não inclui despesa não efetiva nem Operações de Tesouraria).

5.3 Situação Económica na Ótica do SNC-AP

No exercício de 2024 o IMPIC, I.P. obteve um Resultado Líquido de 14.300.846 €, 10,6% superior ao do exercício de 2023.

Tabela 5 – Rendimentos e Gastos (2024/2023)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		% Var. 2024/2023	€ Var. 2024/2023
	2024	2023		
Impostos, contribuições e taxas	23 393 127	21 690 119	7,9%	1 703 008
Transferências e subsídios obtidos	15 437	39 737	-	(24 300)
Fornecimentos e serviços externos	-2 875 096	-2 523 733	13,9%	(351 363)
Gastos com pessoal	-4 353 458	-4 340 192	0,3%	(13 265)
Transferências e subsídios concedidos	-1 254 053	-1 171 107	7,1%	(82 946)
Prestações sociais	-16 348	-14 990	9,1%	(1 358)
Provisões (aumentos/reduções)	74 968	-	-	74 968
Outros rendimentos	2 555	47 688	-94,6%	(45 133)
Outros gastos	-353 405	-421 777	-16,2%	68 371
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	14 633 727	13 305 745	10,0%	1 327 983
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-347 087	-382 657	-9,3%	35 571
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	14 286 641	12 923 087	10,6%	1 363 553
Juros e rendimentos similares obtidos	14 205	12 500		
Juros e gastos similares suportados				0
Resultado antes de impostos	14 300 846	12 935 587	10,6%	1 365 259
Impostos sobre o rendimento do exercício	0	0	-	-
Resultado líquido do exercício	14 300 846	12 935 587	10,6%	1 365 259

O incremento ocorrido no Resultado Líquido do Exercício de 2024 resulta predominantemente do aumento da rubrica de Rendimentos com "Impostos, Contribuições e Taxas" que acomodou o aumento da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" que era expectável como consequência do incremento da própria atividade e da pressão inflacionista sobre os preços dos serviços externos.

Tabela 6 – Rendimento por tipo de atividade (2024/2023)

Rendimento por Tipo de Atividade	31/12/2024	31/12/2023	% Var. 2024/2023	€ Var. 2024/2023
Taxas do Setor da Construção:				
Alvarás	17 300 944	15 782 319	9,6%	1 518 625
Certificados	1 544 029	1 468 249	5,2%	75 780
Certidões da Construção	608	452	34,5%	156
Taxas Iniciais	687 525	580 050	18,5%	107 475
Outras taxas	284 623	227 039	25,4%	57 584
Taxas do Setor do Imobiliário:				
Licenças Mediação	2 805 310	2 661 032	5,4%	144 278
Outras Taxas	40 000	40 000	-	0
Coimas, custas e multas	730 088	930 978	-21,6%	(200 890)
Total de Impostos, Contribuições e Taxas	23 393 127	21 690 119	7,9%	1 703 008

No presente exercício destaca-se o aumento generalizado dos Rendimentos das diversas Taxas do Setor da Construção e do Setor do Imobiliário. Em termos de crescimentos em valor, destaque para as Taxas provenientes de Alvarás que crescem 1,5 milhões de euros.

O setor da construção mantém-se como basilar nos rendimentos do Instituto, com um expressivo crescimento em 2024, sendo também de referir o crescimento ocorrido nas Taxas do Setor do Imobiliário.

5.4 Situação Financeira

O Instituto tem vindo a reforçar o seu Património Líquido através de resultados líquidos positivos nos diversos exercícios.

Tabela 7 – Estrutura Financeira (2018 a 2024)

	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Total do Activo	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Não Corrente	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%
Ativo Corrente	100%	100%	100%	99%	99%	99%	99%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Património Líquido	97%	96%	95%	94%	93%	92%	91%
Passivo	3%	4%	5%	6%	7%	8%	9%

Em 2024, o Ativo do IMPIC, I.P. apresentou a seguinte composição:

Tabela 8 – Ativo

RUBRICAS	SNC-AP 31/12/2024	SNC-AP 31/12/2023
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	65 389	54 493
Ativos intangíveis	357 343	285 838
	422 733	340 332
Ativo corrente		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	55 175	55 175
Cientes, contribuintes e utentes	6 432 570	6 041 984
Diferimentos	104 896	102 679
Outros ativos financeiros	70 000 000	66 587 858
Caixa e depósitos	18 425 601	8 344 250
	95 018 242	81 131 945
Total do Ativo	95 440 974	81 472 276

No exercício de 2024 verificou-se um aumento de cerca de 14 milhões de euros no Total do Ativo relativamente ao exercício de 2023 essencialmente justificado pelo incremento global das disponibilidades financeiras registadas nas rubricas de Outros ativos financeiros (70.000.000 €) e Caixa e Depósitos (18.425.601 €). Em 27/12/2024 foi efetuada uma aplicação financeira junto do IGCP no montante de 70.000.000 € em CEDIC – Certificados Especiais de

Dívida de Curto Prazo cujo vencimento ocorreu em 03/01/2025. Considerando as disponibilidades financeiras globais registadas nas rubricas mencionadas, no exercício de 2024 o IMPIC possui 88.425.601 € enquanto no exercício de 2023 detinha 74.932.107 €. No ativo não corrente destacam-se os ativos intangíveis, rubrica na qual estão registados os sistemas informáticos e os desenvolvimentos das aplicações informáticas associadas às diversas atribuições e competências do Instituto, amortizados considerando uma vida útil estimada de 3 anos.

Tabela 9 – Património Líquido e Passivo

RUBRICAS	SNC-AP 31/12/2024	SNC-AP 31/12/2023
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	11 408 184	11 408 184
Resultados transitados	66 461 678	53 526 090
Outras Variações no Património Líquido	0	0
Resultado líquido do período	14 300 846	12 935 587
Total do Património Líquido	92 170 707	77 869 861
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	5 700	80 668
Outras contas a pagar	83 933	83 933
	89 633	164 601
Passivo corrente		
Fornecedores	4 646	3 782
Estado e outros entes públicos	2 520 828	2 567 094
Fornecedores de investimentos	70 696	2 066
Outras contas a pagar	584 464	849 435
Diferimentos	0	15 437
	3 180 634	3 437 814
Total do Passivo	3 270 267	3 602 415
Total do Património Líquido e Passivo	95 440 974	81 472 276

Destaca-se o reforço do Património Líquido no montante de cerca de 14,3 milhões de euros, com o Resultado Líquido do Exercício de 2024 a ascender a 14.300.846 €.

O Património Líquido em 31/12/2024 ascende a 92,2 milhões de euros (31/12/2023: 77,9 milhões de euros).

A autonomia financeira cresce para 97% no exercício de 2024 (2023: 96%).

Em conclusão, o IMPIC, I.P. apresenta uma situação financeira extremamente sólida, com elevado predomínio de fundos próprios decorrentes de uma atividade operacional que permite a criação sustentada de resultados líquidos positivos.

6. Contabilidade de Gestão

Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários. O sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na nota 21 – Relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25 – Relato por Segmentos. Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Instituto.

7. Eventos Subsequentes

Não se verificaram, desde o final do exercício de 2024 e até à data deste relatório, eventos que alterem significativamente a atividade do Instituto ou a informação contida neste documento.

8. Perspetivas Futuras

Com a elaboração do Relatório e Contas – 2024 e a apresentação no Tribunal de Contas da respetiva Conta de Gerência, conclui-se uma peça fundamental respeitante ao Exercício de 2024.

Durante o ano de 2024, continuou a verificar-se um crescimento na atividade do IMPIC, I.P., com um aumento das receitas nas áreas da construção e mediação imobiliária.

No Exercício de 2025, prevê-se uma manutenção das receitas acima dos 20 milhões de euros e resultados positivos similares aos dos exercícios anteriores, mantendo-se uma elevada autonomia financeira do Instituto.

Lisboa, 31 de março de 2025

O Conselho Diretivo

(ausente por motivo de férias, substituído pelo Vogal Pedro Guedes Pinto)

Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

9. Demonstrações Financeiras

9.1 Balanço

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2024	SNC-AP 31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	65 389	54 493
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	357 343	285 838
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		422 733	340 332
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18, 25.5	55 175	55 175
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18	6 432 570	6 041 984
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber			
Diferimentos	23	104 896	102 679
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18	70 000 000	66 587 858
Caixa e depósitos	1.2 e)	18 425 601	8 344 250
		95 018 242	81 131 945
Total do Ativo		95 440 974	81 472 276
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		11 408 184	11 408 184
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	25.6	66 461 678	53 526 090
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	25.5	14 300 846	12 935 587
Resultado líquido do período			
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		92 170 707	77 869 861

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2024	SNC-AP 31/12/2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5 700	80 668
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	24	83 933	83 933
		89 633	164 601
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18	4 646	3 782
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	2 520 828	2 567 094
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18	70 696	2 066
Outras contas a pagar	24	584 464	849 435
Diferimentos	25.5	0	15 437
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		3 180 634	3 437 814
Total do Passivo		3 270 267	3 602 415
Total do Património Líquido e Passivo		95 440 974	81 472 276

O Conselho Diretivo

(ausente por motivo de férias, substituído pelo Vogal Pedro Guedes Pinto)

Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

9.2 Demonstrações de Resultados Por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	13, 14	23 393 127	21 690 119
Vendas			
Prestação de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos	25.5	15 437	39 737
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	25.1	-2 875 096	-2 523 733
Gastos com pessoal	25.2	-4 353 458	-4 340 192
Transferências e subsídios concedidos	25.3	-1 254 053	-1 171 107
Prestações sociais		-16 348	-14 990
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)		74 968	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos de justo valor			
Outros rendimentos	25.7	2 555	47 688
Outros gastos	25.4	-353 405	-421 777
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		14 633 727	13 305 745
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5	-347 087	-382 657
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		14 286 641	12 923 087
Juros e rendimentos similares obtidos		14 205	12 500
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		14 300 846	12 935 587
Impostos sobre o rendimento do exercício		0	0
Resultado líquido do exercício		14 300 846	12 935 587

O Conselho Diretivo

(ausente por motivo de férias, substituído pelo Vogal Pedro Guedes Pinto)

Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

9.3 Demonstrações das alterações do património líquido

Descrição	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumento de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período	(1)	11 408 183,78	-	-	-	-	53 526 090,27	-	-	-	12 935 587,35	77 969 861,40	-	77 969 861,40
Alterações no período														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	-	12 935 587,35	-	-	-	(12 935 587,35)	-	-	-
	(2)	-	-	-	-	-	12 935 587,35	-	-	-	(12 935 587,35)	-	-	-
Resultado líquido do período	(3)										14 300 846,03	14 300 846,03	-	14 300 846,03
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										1 345 258,68	14 300 846,03	-	14 300 846,03
Operações com detentores de capital no período														
Subscrições de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para coberturas de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	11 408 183,78	-	-	-	-	66 461 677,62	-	-	-	14 300 846,03	92 170 707,43	-	92 170 707,43

O Conselho Diretivo

(ausente por motivo de férias, substituído pelo Vogal Pedro Guedes Pinto)

Fernando Batista
Presidente



Pedro Guedes Pinto
(Vogal)



Sandra Simões
(Vogal)

9.4 Demonstrações dos fluxos de caixa

Rúbricas	NOTAS	2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		22 655 813	20 857 367
Pagamentos a fornecedores		-2 748 516	-2 532 906
Pagamentos ao pessoal		-4 412 474	-4 208 189
Caixa gerada pelas operações		15 494 823	14 116 272
Outros recebimentos/pagamentos		-1 654 676	-1 300 113
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		13 840 147	12 816 160
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-54 865	-51 212
Pagamentos - Ativos intangíveis		-305 993	-351 454
Pagamentos - Investimentos financeiros		0	0
Pagamentos - Outros ativos (CEDIC)		-70 000 000	-66 587 858
Recebimentos provenientes de:		0	0
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0	0
Recebimentos - Ativos intangíveis		0	0
Recebimentos - Investimentos financeiros		0	0
Recebimentos - Outros ativos (CEDIC)		66 587 858	50 000 000
Recebimentos - Subsídios ao investimento		0	18 857
Recebimentos - Transferências de capital		0	0
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		14 205	12 500
Recebimentos - Dividendos		0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3 758 795	-16 959 167
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0	0
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0	0
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0	0
Recebimentos - Doações		0	0
Recebimentos - Outros Ativos		0	0
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos - Juros e gastos similares		0	0
Pagamentos - Dividendos		0	0
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0	0
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0	0

Rúbricas	NOTAS	2024	2023
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10 081 351	-4 143 007
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1.2 e)	8 344 250	12 487 257
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2 e)	18 425 601	8 344 250
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período	1.2 e)	8 344 250	12 487 257
Variações cambiais de caixa no início do período		0	0
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 344 250	12 487 257
SGA De execução orçamental		8 174 467	12 317 474
SGA De operações de tesouraria		169 783	169 783
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período	1.2 e)	18 425 601	8 344 250
Variações cambiais de caixa no fim do período		0	0
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		18 425 601	8 344 250
SGS De execução orçamental		18 255 818	8 174 467
SGS De operações de tesouraria		169 783	169 783

O Conselho Diretivo

(ausente por motivo de férias, substituído pelo Vogal Pedro Guedes Pinto)

Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

9.5 Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Endereço: Avenida Júlio Dinis, 11, 1069-010 Lisboa

Código da classificação orgânica:

Secção (1) Capítulo (02) Divisão (02) Subdivisão (00) Programa (017) Medida (063)

Tutela: Ministério das Infraestruturas e Habitação

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

O IMPIC, I.P. é um organismo central com sede em Lisboa, Avenida Júlio Dinis, n.º 11 e com jurisdição sobre todo o território nacional.

A missão e atribuições do IMPIC, I.P. são as definidas no Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro que renovou as atribuições e competências que o instituto já detinha na área da construção e do imobiliário, e veio consolidar atribuições e competências na esfera da contratação pública.

Pelo Decreto-Lei n.º 32/2024, de 10 de maio que estabeleceu a Orgânica e o funcionamento do XXIV Governo Constitucional, o IMPIC, I.P. ficou na tutela e superintendência do Ministro das infraestruturas e da Habitação, a qual foi delegada na Secretária de Estado da Habitação, através do Despacho n.º 7888/2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 137 de 17 de julho.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, bem como a aplicação das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As notas 23, 24 e 25 foram criadas para permitir uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras.

Contabilidade de Gestão:

Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta dos recursos necessários. O sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na Nota 21 – Relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25 – Relato por Segmentos. Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Instituto.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com o exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Não existem reclassificações de itens nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como se segue:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Caixa:		
Caixa	1 084	273
Depósitos Bancários:		
H.B Despesa	483 507	664 859
H.B Receita	16 988 572	7 398 171
Construção	944 560	275 741
Mediação Imobiliária	7 878	5 205
Total Caixa e depósitos	18 425 601	8 344 250

Os depósitos bancários encontram-se na sua totalidade no IGCP.

2. Principais políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Apresentam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e a mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com a manutenção e reparação são registados como gastos no exercício em que decorrem.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As vidas úteis e os métodos de depreciação são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis da Entidade estão registados ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado;
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

A Entidade classifica e mensura ao custo ou custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- a) Clientes, contribuintes e utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, contribuintes e utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

- b) Caixa e depósitos

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são registadas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada ano de relato, é determinada tendo em atenção os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os Passivos contingentes correspondem a uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da Entidade ou a uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados para a qual não é provável que seja exigido uma saída de recursos ou se a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados no Anexo, não sendo apresentados no Balanço da Entidade pois não cumprem os critérios de registo de Provisões.

Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade deve divulgar um ativo contingente. Os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se se tornar

praticamente certo de que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade, o ativo e o rendimento relacionado devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorre.

Especialização dos Exercícios

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Rendimentos de Transações com e sem contraprestação

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade.

As transações sem contraprestação são transações que não sejam transações com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação com contraprestação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício e bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se:

- (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que exista grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações; e
- (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativa.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP

No presente exercício não ocorreu a aplicação inicial de uma NCP.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa neste enquadramento a curto

prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo exercício.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações significativas em estimativas contabilísticas.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais de períodos anteriores.

3. Ativos intangíveis

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	5 662 771	5 376 933	0	285 838	6 037 394	5 680 050	0	357 343
Propriedade industrial e intelectual	1 762 309	1 762 309	0	0	1 762 309	1 762 309	0	0
Em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7 425 080	7 139 242	0	285 838	7 799 703	7 442 359	0	357 343

Quantia escriturada e variações do período:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Regularizações	Amortizações do período	Reversões Amortizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	285 838	374 622	0	-303 117	0	357 343
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0
Em curso	0	0	0	0	0	0
Total	285 838	374 622	0	-303 117	0	357 343

Adições:

RUBRICAS	Adições	
	Compra	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS		
Programas de computador e sistemas de informação	374 622	374 622
Propriedade industrial e intelectual	0	0
Em curso	0	0
Total	374 622	374 622

Nas adições à rubrica de programas de computador e sistemas de informação destacam-se os diversos desenvolvimentos informáticos no Portal dos Contratos Públicos do IMPIC, sistema de informação da Construção e projeto E-Forms.

5. Ativos fixos tangíveis

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	1 227 072	1 206 058	0	21 014	1 247 983	1 223 269	0	24 714
Equipamento administrativo	1 708 185	1 681 241	0	26 945	1 742 140	1 707 999	0	34 141
Outros	70 222	63 688	0	6 534	70 222	63 688	0	6 534
Total	3 005 480	2 950 987	0	54 493	3 060 345	2 994 956	0	65 389

Quantia escriturada e variações do período:

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações		Quantia escriturada Final
		Adições	Depreciações do período	
Equipamento básico	21 014	20 910	-17 211	24 714
Equipamento administrativo	26 945	33 955	-26 759	34 141
Outros	6 534	0	0	6 534
Total	54 493	54 865	-43 970	65 389

Adições:

RUBRICAS	Adições	
	Compra	Total
Equipamento básico	20 910	20 910
Equipamento administrativo	33 955	33 955
Outros	0	0
Total	54 865	54 865

Nas adições ao equipamento básico destaca-se a aquisição de UPS para o Datacenter do IMPIC e nas aquisições de equipamento administrativo a compra de mesas, colunas, amplificadores, microfones e componentes associados.

Depreciações de ativos fixos tangíveis:

RUBRICAS	Depreciações do Período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros bens
Equipamento básico	17 211	0
Equipamento administrativo	26 759	0
Outros	0	0
Total	43 970	0

6. Locações

O Instituto não possui locações financeiras.

As locações operacionais mais relevantes correspondem às locações de Instalações sendo o respetivo valor registado no presente exercício em Rendas e Alugueres de 1.327.424 € (2023: 1.238.929 €).

Nestas locações de Instalações destaca-se o aluguer das instalações da sede do Instituto na Avenida Júlio Dinis cujo locatário é a Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., ascendendo os respetivos gastos no exercício a 1.234.361 € (2023: 1.143.767 €).

As remanescentes locações operacionais correspondem essencialmente ao aluguer de viaturas ascendendo o respetivo valor registado em Rendas e Alugueres a 41.822 € (2023: 30.779 €).

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Rendimento	31/12/2024	31/12/2023
Construção:		
Alvarás	17 300 944	15 782 319
Certificados	1 544 029	1 468 249
Certidões da Construção	608	452
Taxas Iniciais	687 525	580 050
Outras taxas	284 623	227 039
Imobiliário:		
Licenças Mediação	2 805 310	2 661 032
Outros:		
Outras Taxas	40 000	40 000
Taxas	22 663 039	20 759 141

No presente exercício verifica-se um aumento de cerca de 9,2% nos Rendimentos com Taxas através de crescimentos quer na atividade de construção (9,7%) como na atividade de mediação (5,4%).

Destaca-se o incremento dos rendimentos provenientes da atividade de construção, que se mantém como a atividade basilar do Instituto ao nível dos Rendimentos com Taxas.

Os montantes reportados em “Rendimentos de transações com contraprestação” em conjunto com os “Rendimentos de transações sem contraprestação” reportados na nota 14, perfazem o valor total da rubrica “Impostos, contribuições e taxas” apresentada na Demonstração dos Resultados.

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Rendimento	31/12/2024	31/12/2023
Construção	568 089	699 915
Mediação Imobiliária	-1 615	20 521
Contratos Públicos	66 662	55 528
Branqueamento de Capitais	72 850	121 933
Administração de Condomínios	-480	610
Custas	24 583	32 471
Multas e outras penalidades	730 088	930 978

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Movimentos nas rubricas de Provisões:

Provisões	Saldo Inicial 01/01/2024	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final 31/12/2024
Processos judiciais em curso	80 668	0	74 968	0	5 700
Total	80 668	0	74 968	0	5 700

Demonstração dos Resultados	31/12/2024
Aumentos de Provisões	0
Reversões de Provisões	74 968
Rendimento por Reversão	74 968

Detalhe dos processos judiciais em curso:

Identificação do Processo	Autor	Réu	Valor	Estado do Processo	Risco
Proc. 647/18.9BELSB - Ação administrativa na Unidade Orgânica 2, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	EVERIS CENTERS GROUP, S.L.U.	IMPIC	193.886 €	- O valor do pedido contra o IMPIC é de 193.886,28 €. - O IMPIC deduziu um pedido reconvençional contra a EVERIS no montante de 118.800 € - Quer a ação quer a reconvenção estão dependentes da qualidade da prova apresentada pelas partes. - Acordo entre as partes não existindo pagamentos a efetuar entre as partes	0 €

Identificação do Processo	Autor	Réu	Valor	Estado do Processo	Risco
CM Lisboa - Ruído (PCO 102/R/2010)	CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	IMPIC	30.000 €	- Processo emergente de auto de contraordenação por infração à Lei do Ruído	1.000 €
Processo Judicial em curso	CASCAISPROXIMA	IMPIC	1.000 €	- Processo Judicial em curso	1.000 €
Processo 2081/10.0BELSB - Tribunal Central Administrativo do Sul - Secção de Contencioso Administrativo	GIATUL	IMPIC	30.000 €	- Aguarda-se que seja proferido acórdão no recurso jurisdicional. Os riscos estimados resumem-se ao decaimento em custas.	2.200 €
Processo 2136/19.5BELSB - Ação administrativa na Unidade Orgânica 1, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	IMPIC	CONSTRULINK - Tecnologias de Informação, SA	30.000 €	- Aguarda-se impulso do cliente quanto a novas diligências a requerer no processo. O risco corresponde ao decaimento em custas estimadas em 1.500€	1.500 €
Total					5.700 €

O Instituto registou Provisões para os processos judiciais em curso no montante de 5.700€ que corresponde aos riscos estimados com os processos descritos no quadro apresentado, com base na informação recebida dos advogados que patrocinam os mesmos e na avaliação da Direção Jurídica do IMPIC, de acordo com as políticas contabilísticas definidas na nota 2.2 Políticas Contabilísticas Relevantes.

No presente exercício ocorreu uma redução da Provisão no montante de 74.968 € relativa ao Proc. 647/18.9BELSB movido pela EVERIS CENTERS GROUP, S.L.U., pois as partes chegaram a acordo não existindo quaisquer valores a liquidar pelo IMPIC no âmbito do mesmo.

Os valores das ações judiciais divulgados no quadro em cima que não estão cobertos por provisões constituem os passivos contingentes do Instituto.

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se verificaram, desde o final do exercício de 2024 e até à data deste relatório, eventos que alterem significativamente a atividade do Instituto ou a informação contida neste documento.

18. Ativos e Passivos Financeiros

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Devedores por subsídios não reembolsáveis	55 175	0	55 175	55 175	0	55 175
Clientes, contribuintes e utentes	6 432 570	0	6 432 570	6 041 984	0	6 041 984
Outros devedores	0	0	0	0	0	0
Caixa	1 084	0	1 084	273	0	273
Depósitos bancários	18 424 517	0	18 424 517	8 343 977	0	8 343 977
Outros Ativos Financeiros	70 000 000	0	70 000 000	66 587 858	0	66 587 858
PASSIVOS FINANCEIROS						
Financiamentos bancários	0	0	0	0	0	0
Fornecedores	4 646	0	4 646	3 782	0	3 782
Estado e outros entes públicos	2 520 828	0	2 520 828	2 567 094	0	2 567 094
Fornecedores de investimentos	70 696	0	70 696	2 066	0	2 066
Outros credores	83 944	0	83 944	335 722	0	335 722

Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros:

Devedores por Subsídios não Reembolsáveis

Ver Nota 25.5

Caixa e Depósitos Bancários

Ver Nota 1.2 e)

Outros Ativos financeiros

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Outros Ativos Financeiros		
Certificados Especiais de Dívidas de Curto Prazo	70 000 000	66 587 858
Total	70 000 000	66 587 858

CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo:

Em 29/12/2023 foi efetuada uma aplicação financeira junto do IGCP no montante de 66.587.858 € em CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo cujo vencimento ocorreu em 02/01/2024. Em 27/12/2024 foi efetuada uma aplicação financeira junto do IGCP no montante

de 70.000.000 € em CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo cujo vencimento ocorreu em 03/01/2025.

As referidas aplicações foram devidamente monitorizadas pela Tutela e DGO.

Decomposição dos Clientes, contribuintes e utentes:

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
Clientes Construção	504 413	447 839
Clientes Mediação/Angariação	778 660	776 008
Clientes Impressos	4 611	4 611
Coimas e Custas	5 144 886	4 813 526
Clientes, contribuintes e utentes	6 432 570	6 041 984

Decomposição do Estado e outros entes públicos:

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
Retenção de impostos sobre rendimentos	2 082	1 179
Entrega 60% Coimas	2 480 491	2 480 491
Caixa Geral de Aposentações	0	41 844
Segurança Social	38 256	43 580
Estado e outros entes públicos	2 520 828	2 567 094

Coimas

De acordo com o n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei nº 158/2012 de 23 de julho e com o n.º 2 do art.º 10.º da Decreto-Lei nº 232/2015, de 13 de outubro, que lhe sucedeu, o IMPIC dispõe de diversas receitas próprias. A receita das coimas é definida na alínea b), sendo receita do instituto “O produto de 40 % do valor das coimas aplicadas pelo IMPIC, I. P., (...) cabendo ao Estado a parte restante das coimas cobradas;”.

Não obstante a legislação supracitada referir que se deve entregar ao Estado 60% das coimas cobradas, com a emissão das guias de receita de coimas, parte do valor é registado em

rendimentos (40%) e a restante parte na conta Estado e outros entes públicos (60%), ambos por contrapartida da rubrica de clientes.

O saldo elevado que se verifica nas rubricas de Clientes e Estado em questão, resulta ainda do facto de se considerar em conta corrente todas as guias em situação de “Executada” ou “Impugnada”, cuja cobrança, quando chega a existir, dilui-se no tempo. Entretanto, e na verdade, o facto de aparecer no balanço como dívida ao Estado o valor de 2.480.491 € não representa uma dívida efetiva uma vez que o valor da coima ainda não foi recebido.

Note-se que a partir do Exercício de 2022 inclusive por constrangimentos no sistema informático têm existido dificuldades na repartição das Coimas entre Rendimentos (40%) e Estado e outros entes públicos (60%), razão pela qual o valor relevado em 31/12/2024, 31/12/2023 e 31/12/2022 na rubrica de Estado é análogo (2.480.491 €).

Caixa Geral de Aposentações

O valor do Exercício de 2024 relativo à Caixa Geral de Aposentações é nulo pois o pagamento dos valores apurados no mês de dezembro ainda ocorreu no ano de 2024.

No Exercício de 2023 o valor apurado em dezembro foi liquidado em janeiro de 2024.

Outros Credores

Ver Nota 24

23. Diferimentos

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
DIFERIMENTOS		
Ativos		
Gastos a reconhecer	104 896	102 679

Na rubrica de Gastos a Reconhecer está registado o valor das rendas referentes a janeiro de 2025 pagas em dezembro de 2024 (relativas à locação das instalações da Sede do Instituto).

24. Outras contas a pagar e a receber

Outras Contas a pagar

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Passivo não corrente:		
Outros credores	83 933	83 933
Total	83 933	83 933
Passivo Corrente:		
Pessoal	-1 380	-1 380
Remunerações a liquidar	556 373	559 754
Outros acréscimos de gastos	29 460	39 272
Outros credores	11	251 789
Total	584 464	849 435

Os valores relativos ao “Passivo não-corrente – Outros Credores” dizem respeito a valores a pagar às entidades autuantes e/ou que despoletaram o processo de aplicação de Coimas. Neste caso, 10% do valor da multa aplicada reverte para essas entidades. Estes valores serão liquidados quando as respetivas coimas forem recebidas.

No presente exercício e em exercícios anteriores por constrangimentos no sistema informático não tem sido efetuada esta afetação às entidades autuantes e/ou que despoletaram o processo de aplicação de Coimas.

A rubrica “Remunerações a Liquidar” diz respeito às responsabilidades com férias e subsídio de férias dos colaboradores do Instituto.

A rubrica de “Outros acréscimos de Gastos” no exercício de 2024 corresponde essencialmente à especialização de gastos de serviços de fornecimento de eletricidade e limpeza.

O montante de 251.789 € registado na rubrica de “Passivo Corrente - Outros Credores” em 2023 era relativo a valores recebidos no âmbito do projeto SAMA – Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública que nunca foi iniciado e que teriam de ser devolvidos.

Em abril de 2024 o valor foi integralmente devolvido por transferência bancária efetuada para a Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP.

25. Gastos

25.1 Fornecimentos e serviços externos

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
Serviços especializados	911 172	726 462
Energia e fluidos	88 832	83 439
Rendas e alugueres	1 369 246	1 269 708
Comunicação	250 078	209 414
Limpeza, higiene e conforto	158 524	128 038
Outros	97 243	106 672
Total	2 875 096	2 523 733

Em termos globais os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento de cerca de 14% o que era expectável pois ocorreu um incremento da atividade relevante no presente exercício (cerca de 9%) e aumentos nos valores praticados pelos fornecedores em diversos serviços como consequência da elevada inflação.

Nas “Rendas e Alugueres” destaca-se tal como no exercício anterior a locação operacional das instalações da sede do Instituto na Avenida Júlio Dinis ascendendo os respetivos gastos a 1.234.361 € (2023: 1.143.767 €), tendo as rendas pagas no presente exercício à Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. incrementado de forma relevante.

25.2 Gastos com pessoal

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações	3 564 801	3 534 168
Encargos sobre remunerações	779 958	784 655
Outros	8 699	21 369
Total	4 353 458	4 340 192

A 31 de dezembro de 2024, o quadro de pessoal do IMPIC, I.P. era constituído por menos 1 elemento efetivo face ao existente no final de 2023, com um total de 113 colaboradores efetivos (2023: 114 colaboradores). No entanto, verifica-se um ligeiro incremento dos gastos com pessoal que resulta essencialmente do aumento salarial ocorrido no presente exercício.

25.3 Transferências e subsídios concedidos

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		
Transferências correntes concedidas	1 270 401	1 171 107
Total	1 270 401	1 171 107

O montante registado em Transferência Correntes Concedidas refere-se essencialmente às verbas transferidas para a Autoridade da Concorrência nos termos da legislação em vigor, tal como no exercício anterior.

Os montantes transferidos em 2024 resultaram da aplicação da taxa de 6,25% sobre as receitas líquidas de 2022 enquanto os montantes transferidos em 2023 resultaram da aplicação da taxa de 6,25% sobre as receitas líquidas de 2021.

O incremento das transferências apresentado é resultante do aumento das receitas em 2022 quando comparadas com as de 2021.

25.4 Outros gastos e perdas

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Correções relativas a exercícios anteriores	346 729	414 691
Outros Gastos	6 676	7 086
Total	353 405	421 777

O montante registado em Correções relativas a exercícios anteriores no montante de 346.729 € (2023: 414.691 €) resulta das seguintes situações:

- Anulação de taxas do setor da construção de exercícios anteriores no montante de 19.632 € (2023: 201.869 €);
- Anulação de taxas do setor imobiliário de exercícios anteriores no montante de 1.040 € (2023: 0 €)
- Anulação de coimas e custas de exercícios anteriores no montante de 230.057 € (2023: 83.872 €);
- Anulação de Taxas Iniciais de exercícios anteriores no montante de 96.000 € (2023: 128.925 €);
- Não ocorreram outras correções relativas a exercício anteriores em 2024 (2023: 25 €).

25.5 Devedores por Subsídios não Reembolsáveis

Investimento TD C19-i07. // “Capacitação da Administração Pública – Formação de Trabalhadores e Gestão do Futuro” // Programa 5. Programa de Estágios // Projeto de investimento n.º 242:

Exercício de 2023

Em 11 de Fevereiro de 2023 foi assinado o respetivo Termo de Aceitação, tendo o IMPIC colocado 4 estagiários cujo valor total de gastos elegíveis ascende a 55.175 €, tendo-se incorrido até 31/12/2023 em gastos elegíveis de 39.737 €.

O reembolso das despesas elegíveis apenas ocorrerá com a conclusão da tramitação dos pedidos de reembolso.

Nesta conformidade encontravam-se registados em 31/12/2023 na rubrica do Ativo - Devedores por Subsídios não reembolsáveis 55.175 € e foram reconhecidos em 2023 Rendimentos na rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos de 39.737 € e estavam contabilizados em Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer 15.437 €.

Exercício de 2024

Incorreram-se nos remanescentes gastos elegíveis no montante de 15.437 € pelo que foram regularizados os Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer transitados de 2023 e registados os respetivos Rendimentos na rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos (15.437 €).

Mantém-se registado na rubrica do Ativo - Devedores por Subsídios não reembolsáveis 55.175 € pois o reembolso das despesas elegíveis apenas ocorrerá com a conclusão da tramitação dos pedidos de reembolso.

25.6 Resultados Transitados

A variação ocorrida na rubrica de Resultados Transitados resulta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023 no montante de 12.935.587 €.

10. Demonstrações Orçamentais

10.1 Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recabimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
R001	Saldo de gestão anterior	7 588 046,79	-	686 420,20	-	169 762,67	8 344 229,66	12 487 257,11
R01	Operações correntes [1]	7 286 258,00	-	686 420,20	-	-	7 972 678,20	12 917 476,44
R02	Devolução do saldo oper. correntes	251 789,79	-	-	-	-	251 789,79	-
R04	Recabimento do saldo devolvido por entidades terciais	-	-	-	-	-	-	-
R05	Operações de tesouraria [4]	-	-	-	-	169 762,67	169 762,67	169 762,67
R002	Receita corrente	22 670 076,81	-	-	-	-	22 670 076,81	20 931 616,88
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos directos	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos indirectos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de prestação social e subsídios de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxes, multas e outras penalidades	22 659 886,02	-	-	-	-	22 659 886,02	20 939 290,00
R4	Rendimentos de propriedade	14 205,41	-	-	-	-	14 205,41	12 500,00
R5	Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1	Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Interior - UE	-	-	-	-	-	-	1 750,00
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	16 476,88	-	-	-	-	16 476,88	19 076,88
R7	Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-
R003	Receita de capital	-	-	-	-	-	-	18 857,27
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Interior - UE	-	-	-	-	-	-	18 857,27
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Respostas não ativas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	355,79
R004	Receita efectiva [2]	22 670 076,81	-	-	-	-	22 670 076,81	20 950 474,14
R005	Receita não efectiva [3]	66 587 857,68	-	-	-	-	66 587 857,68	50 980 000,00
R12	Receita com activos financeiros	66 587 857,68	-	-	-	-	66 587 857,68	50 000 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R006	Soma [6] = [1] + [2] + [3]	89 257 934,49	-	686 420,20	-	-	90 144 354,69	83 238 474,14
R011	Operações de tesouraria [4]	-	-	-	-	247 901,29	247 901,29	271 834,46

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		Recasas Próprias	Recasas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
DA01	Despesas correntes	8 436 706,36		2 822,81			8 437 710,43	7 881 805,87
DA1	Despesas com pessoal							
DA1.1	Remunerações Fixas e Permanentes	5 545 797,08					5 545 797,08	5 478 232,09
DA1.2	Alíquotas Unificadas ou Remuneração	80 282,73					80 282,73	87 847,86
DA1.3	Segurança Social	886 584,24					886 584,24	787 446,86
DA1.4	Aquisição de bens e serviços	2 745 855,48		2 822,81			2 748 678,29	2 932 505,09
DA1.5	Juros e outros encargos							
DA1.6	Transferências e subsídios correntes							
DA1.7	Transferências correntes							
DA1.7.1	Administrações Públicas							
DA1.7.1.1	Administração Central - Estado Português							
DA1.7.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 248 085,00					1 248 085,00	1 171 107,00
DA1.7.1.3	Segurança Social							
DA1.7.1.4	Administração Regional							
DA1.7.1.5	Administração Local							
DA1.7.2	Entidades do setor não lucrativo	4 000,00					4 000,00	
DA1.7.3	Restos							
DA1.7.4	Outros							
DA1.7.5	Subsídios correntes							
DA1.7.6	Outras despesas correntes	6 476,15					6 476,15	1 226,00
DA02	Despesas de capital	607 614,36					607 614,36	684 983,19
DA2	Aquisição de bens de capital	607 614,36					607 614,36	684 983,19
DA2.1	Transferências e subsídios de capital							
DA2.1.1	Transferências de capital							
DA2.1.1.1	Administrações Públicas							
DA2.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
DA2.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
DA2.1.1.1.3	Segurança Social							
DA2.1.1.1.4	Administração Regional							
DA2.1.1.1.5	Administração Local							
DA2.1.2	Entidades do setor não lucrativo							
DA2.1.3	Restos							
DA2.1.4	Outros							
DA2.2	Subsídios de capital							
DA2.3	Outras despesas de capital							
DA03	Despesas efetivas (E)	8 621 819,36		2 822,81			8 624 710,47	8 448 475,06
DA04	Despesas não efetivas (NE)	70 000 000,00					70 000 000,00	46 587 887,49
DA5	Despesas com ativos financeiros	70 000 000,00					70 000 000,00	68 987 887,49
DA5.1	Despesas com passivos financeiros							
DA06	Outros (T) = (E) + (NE)	78 621 819,36		2 822,81			78 624 710,47	75 036 362,55
DA07	Operações de tesouraria (O)					247 621,29	247 621,29	271 884,16
DA08	Saldo para a gestão regular (S)	17 422 520,78		499 487,69		149 742,67	18 471 751,14	8 544 346,46
DA09	Operações complementares (R) = (O) - (S)	17 422 520,78		499 487,69			18 269 811,67	8 174 446,09
DA10	Operações de tesouraria (O) = (R) + (S)					149 742,67	149 742,67	169 742,67
DA09	Saldo global (G) = (S) - (R)	18 746 240,36		(2 822,81)			18 743 417,55	12 644 865,19
DA10	Despesas primárias	8 621 819,36		2 822,81			8 624 710,47	8 448 475,06
DA11	Saldo corrente	14 285 221,47		(2 822,81)			14 282 398,66	12 818 730,91
DA12	Saldo de capital	(607 614,36)					(607 614,36)	(479 238,00)
DA13	Saldo primário	13 745 235,15		(2 822,81)			13 742 412,34	12 449 492,91
DA14	Resultado total (T) = (S) + (R)	88 544 150,94		496 420,20			89 180 594,14	89 208 934,16
DA15	Despesas totais (E) + (NE)	78 621 819,36		2 822,81			78 624 710,47	75 036 362,55

O Conselho Diretivo

(ausente por motivo de férias, substituído pelo Vogal Pedro Guedes Pinto)

Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

10.2 Demonstração de execução orçamental da receita

Classificações orçamentais detaalhadas	Previsões contingidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final período	Liquidações de períodos futuros				
							Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)	Períodos seguintes
Receita Corrente	15 689 951,41	(9 688 863,51)	2 298 741,30	25 419 559,91	2 359 466,29	22 670 018,31	-	-	128 723,43	22 541 294,88	22 670 018,31	2 688 796,61	-	-	-	-	-
81 - Receita Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81.1 - Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81.2 - Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
83 - Taxas, multas e outras penalidades	15 430 980,00	(9 859 246,12)	2 287 025,41	25 374 847,00	2 351 646,29	22 639 336,02	-	-	125 717,05	22 513 596,97	22 639 336,02	2 680 887,50	-	-	-	-	-
84 - Rendimentos de propriedade	14 205,41	-	-	14 205,41	-	14 205,41	-	-	-	14 205,41	14 205,41	-	-	-	-	-	-
85 - Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1 - Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1 - AdministraçãoPec Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.2 - Exterior - U E	220 563,00	220 563,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.3 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.2 - Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86 - Venda de bens e serviços	4 200,00	(50 186,36)	31 715,89	30 507,50	7 637,00	16 476,88	-	-	2 946,18	13 490,50	16 476,88	37 906,51	-	-	-	-	-
87 - Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Capital	66 687 857,63	96 065,25	1 380,14	66 590 412,24	-	66 587 857,63	-	-	-	66 587 857,63	66 587 857,63	3 934,75	-	-	-	-	-
88 - Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89 - Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1 - Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1 - AdministraçãoPec Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.2 - Exterior - U E	100 800,00	100 800,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.3 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.2 - Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
910 - Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
911 - Reposições não abutidas aos pagamentos	-	(3 934,75)	1 380,14	2 554,61	-	-	-	-	-	-	-	3 934,75	-	-	-	-	-
912 - Receita com ativos financeiros	66 587 857,63	-	-	66 587 857,63	-	66 587 857,63	-	-	-	66 587 857,63	66 587 857,63	-	-	-	-	-	-
913 - Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de gwerencia anterior	8 174 467,00	251 788,80	-	8 174 466,99	251 788,79	8 174 466,99	251 788,79	251 788,79	-	7 922 678,20	7 922 678,20	-	-	-	-	-	-
9201 - Operações Orçamentais (1)	8 174 467,00	251 788,80	-	8 174 466,99	251 788,79	8 174 466,99	251 788,79	251 788,79	-	7 922 678,20	7 922 678,20	-	-	-	-	-	-
9202 - Devolução do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9203 - Operações de tesouraria (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9204 - Recolhimento do saldo devolvido por terceiros entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	90 532 278,04	(9 541 808,46)	2 300 121,44	100 184 439,14	2 611 275,08	97 432 342,93	251 788,79	251 788,79	128 723,43	97 051 830,71	97 180 554,14	2 682 731,36	-	-	-	-	-

10.3 Demonstração de execução orçamental da despesa

Valores em Euros €

Classificação orçamental detalhada	Despesa por pagar de períodos anteriores	Despesa corrigida	Cálculo	Despesa	Despesa disponível	Cálculos	Compromissos	Obrigações	Despesa paga líquida	Reposições abertas aos pagamentos		Despesa paga líquida		Compromissos a trabalhar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros				Obrigações para períodos futuros						
										Emendas [10]	Racabidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]			Total [14] = [12] + [13]	(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)	Períodos seguintes	(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)	Períodos seguintes
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	[22]	[23]	[24]	[25]	[26]	
Despesa corrente	86 626,19	14 572 271,09	3 986 419,99	-	2 991 976,19	9 764 777,81	8 731 279,99	6 461 599,49	6 461 697,07	33 652,89	33 652,89	85 496,94	8 552 229,35	8 637 719,41	249 779,39	44 935,42	799 629,77	75 497,50	1 990,40	-	-	-	-	-	-	
D1 - Despesa com o pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	27 854,93	5 293 952,00	-	-	1 731 251,10	3 561 748,90	3 561 748,90	3 580 395,94	3 554 679,87	8 873,59	8 873,59	26 739,70	3 519 066,38	3 545 797,08	1 352,86	14 598,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Semelhantes	728,59	163 453,00	-	-	72 491,34	30 851,66	30 851,66	30 351,66	30 351,66	92,67	92,67	724,71	29 568,21	30 292,72	520,99	58,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D1.3 - Segurança Social	58 044,69	1 218 450,00	-	-	376 021,36	862 428,64	862 428,64	862 089,25	858 359,97	1 975,71	1 975,71	58 034,65	779 346,61	836 384,26	339,39	25 704,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D2 - Aquisição de bens e serviços	-	6 284 222,00	2 635 620,00	-	585 572,74	3 053 019,26	3 019 512,14	2 751 854,29	2 770 952,49	22 716,83	22 436,49	-	2 748 516,00	2 748 516,00	247 577,95	3 692,63	799 629,77	75 497,50	1 990,40	-	-	-	-	-	-	
D3 - Juros e outros encargos	-	1 084,00	-	-	1 084,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4 - Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1 - Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	1 246 953,00	-	-	-	1 246 953,00	1 246 953,00	1 246 953,00	1 246 953,00	-	-	-	1 246 953,00	1 246 953,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	-	4 246,00	-	-	246,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00	-	-	-	4 000,00	4 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.3 - Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.4 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.2 - Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D5 - Outras despesas correntes	-	491 761,00	379 786,00	-	24 295,05	6 676,35	6 676,35	6 676,35	6 676,35	-	-	-	6 676,35	6 676,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa de capital	-	71 163 475,09	-	-	516 682,63	79 696 788,37	79 625 375,99	79 529 915,26	79 695 479,38	98 497,12	98 497,12	-	79 597 916,26	79 597 916,26	194 480,73	13 899,00	459 719,22	110 459,13	-	-	-	-	-	-	-	
D6 - Aquisição de bens de capital	-	1 163 475,09	-	-	516 682,63	666 782,37	625 375,99	520 915,26	605 473,38	98 497,12	98 497,12	-	527 016,26	527 016,26	194 480,73	13 899,00	459 719,22	110 459,13	-	-	-	-	-	-	-	
D7 - Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1 - Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.3 - Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.1.4 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7.2 - Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D8 - Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D9 - Despesa com ativos financeiros	-	70 000 000,00	-	-	-	70 000 000,00	70 000 000,00	70 000 000,00	70 000 000,00	-	-	-	70 000 000,00	70 000 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D10 - Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	86 626,19	85 755 746,09	3 986 419,99	-	3 517 756,82	79 421 576,18	79 336 646,69	79 962 415,75	79 696 079,35	132 190,92	131 635,24	85 496,94	79 629 245,61	79 924 735,67	274 239,91	57 854,42	1 239 746,99	165 947,02	1 990,40	-	-	-	-	-	-	

10.4 Anexo às demonstrações orçamentais

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes mapas financeiros anexados:

- Alterações orçamentais da receita
- Alterações orçamentais da despesa
- Operações de Tesouraria
- Contratação administrativa

Situação dos contratos

Adjudicações por Tipo de procedimento

- Transferências e subsídios

Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios recebidos

O IMPIC, I.P. não possui um Plano Plurianual de Investimentos pelo que não foi preparada a Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Alterações Orçamentais da Receita

		Receita					
Rubricas	Tipo	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
(1)	(2)	(3)	Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R11	P	-	-	-	-	-	
R12	P	-	66.587.857,63	-	-	66.587.857,63	
R14	P	-	8.174.467,00	-	-	8.174.467,00	
R3	P	15.430.983,00	-	-	-	15.430.983,00	
R4	P	-	14.205,41	-	-	14.205,41	
R5	P	220.563,00	-	-	-	220.563,00	
R5.1	P	220.563,00	-	-	-	220.563,00	
R5.1.2	P	220.563,00	-	-	-	220.563,00	
R6	P	4.200,00	-	-	-	4.200,00	
R9	P	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
R9.1	P	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
R9.1.2	P	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
Total		15.755.746,00	74.776.530,04	0,00	0,00	90.532.276,04	

Alterações Orçamentais da Despesa

Rubricas (1)	Tipo (2)	Despesa					Observações (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)		
D1	P	6.634.905,00	831.989,00	831.989,00	-	6.634.905,00	
D1.1	P	5.299.763,00	825.228,00	831.989,00	-	5.293.002,00	
D1.2	P	101.899,00	1.554,00	-	-	103.453,00	
D1.3	P	1.233.243,00	5.207,00	-	-	1.238.450,00	
D2	P	5.215.729,00	1.924.908,00	856.415,00	-	6.284.222,00	
D3	P	1.084,00	-	-	-	1.084,00	
D4	P	1.250.299,00	-	-	-	1.250.299,00	
D4.1	P	4.246,00	-	-	-	4.246,00	
D4.1.1	P	1.246.053,00	-	-	-	1.246.053,00	
D4.1.1.2	P	1.246.053,00	-	-	-	1.246.053,00	
D4.1.2	P	4.246,00	-	-	-	4.246,00	
D5	P	395.084,00	6.677,00	-	-	401.761,00	
D6	P	2.258.645,00	-	1.075.170,00	-	1.183.475,00	
D9	P	-	70.000.000,00	-	-	70.000.000,00	
Total		15.755.746,00	72.763.574,00	2.763.574,00	0,00	85.755.746,00	

Operações de Tesouraria

Código das contas	Saldo inicial (1)	Recebimentos (2)	Pagamentos (3)	Saldo final (1) + (2) - (3)
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	169.782,67 €	247.921,29 €	247.921,29 €	169.782,67 €
Total	169.782,67 €	247.921,29 €	247.921,29 €	169.782,67 €

Contratação administrativa

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
ACIN - ICLOUD SOLUTIONS, LDA.	511135610	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de subscrição da plataforma de contratação pública	0	2024-02-01- 00:00	1245,00	1245,00	1095	2024-02-01- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15- 00:00	510,45	0	0	0	0	510,45	0	0	0	0	
ADECCO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA.	503402516	Aquisição de serviços	Formação Profissional TEAMBUILDING	7526457	2024-12-13- 00:00	10830,00	10830,00	1	2024-12-16- 00:00	Ajuste Direto	2024-12-31- 00:00	13320,90	0	0	0	0	13320,90	0	0	0	0	
AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DIVÍDA PÚBLICA IGCP	503756237	Aquisição de serviços	Encargos inerentes com cobrança de receitas - Ano 2024	0	2024-01-01- 00:00	56911,00	56911,00	366	2024-01-01- 00:00	Contratação excluída	2024-03-15- 00:00	62629,90	0	0	0	0	62629,90	0	0	0	0	
AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DIVÍDA PÚBLICA IGCP	503756237	Aquisição de serviços	Encargos com certificação digital	0	2024-03-26- 00:00	99,64	99,64	1	2024-03-26- 00:00	Contratação excluída	2024-04-09- 00:00	99,64	0	0	0	0	99,64	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, no Porto de 9 a 12 de abril - Operação de Fiscalização	0	2024-03-11- 00:00	372,00	372,00	3	2024-03-11- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-04-09- 00:00	372,00	0	0	0	0	372,00	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Bilhete viagem Lisboa/Genebra/Lisboa de 20 a 21 de março - Participação em Workshop	0	2024-03-08- 00:00	257,11	257,11	2	2024-03-08- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15- 00:00	257,11	0	0	0	0	257,11	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3*, em Genebra de 20 a 21 de março - Dra. Isabel Rosa participar em workshop	0	2024-03-08- 00:00	235,92	235,92	1	2024-03-08- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15- 00:00	235,92	0	0	0	0	235,92	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Bilhetes de viagem e Comboio para deslocação a Bruxelas de 23 a 25 de abril e de 28 a 30 de abril - Participação em reuniões CE.	0	2024-04-05- 00:00	1242,93	1242,93	2	2024-04-05- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-31- 00:00	490,85	0	0	0	0	490,85	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Bruxelas, de 23 a 25 de abril e de 28 a 30 de abril - Participação em reuniões CE.	0	2024-04-05- 00:00	1012,00	1012,00	4	2024-04-05- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-31- 00:00	1032,00	0	0	0	0	1032,00	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem para Bruxelas de 17 a 19 de abril - Reuniões CE	0	2024-04-09- 00:00	693,85	693,85	2	2024-04-09- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-02- 00:00	693,85	0	0	0	0	693,85	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Alojamento em Bruxelas, em Hotel de 3*, de 17 a 19 de abril - Reuniões CE	0	2024-04-09- 00:00	738,00	738,00	2	2024-04-09- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-02- 00:00	538,00	0	0	0	0	538,00	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Paris/Lisboa de 18 a 25 de fev - Reuniões GAFI	0	2024-01-23- 00:00	223,53	223,53	2	2024-01-23- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22- 00:00	223,53	0	0	0	0	223,53	0	0	0	0	
ALIVE PORTUGAL AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	510144160	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* de 18 a 23 de fev em França - Reuniões GAFI	0	2024-01-23- 00:00	770,00	770,00	7	2024-01-23- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22- 00:00	770,00	0	0	0	0	770,00	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Locação de bens	Contrapartidas mensais dos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão - janeiro/2024 a abril/2024	0	2024-01-01- 00:00	26600,22	26600,22	119	2024-01-01- 00:00	Contratação excluída	2024-04-06- 00:00	26600,22	0	0	0	0	26600,22	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Aquisição de serviços	Comunicações Fixas de Voz nos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão - Ano de 2024	0	2024-01-01- 00:00	3008,15	3008,15	366	2024-01-01- 00:00	Contratação excluída	2024-04-12- 00:00	2798,39	0	0	0	0	2798,39	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Locação de bens	Contrapartidas mensais dos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão_maio/2024 e junho/2024	0	2024-05-01- 00:00	13300,11	13300,11	61	2024-05-01- 00:00	Contratação excluída	2024-08-23- 00:00	12620,86	0	0	0	0	12620,86	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Locação de bens	Atualização das contrapartidas mensais dos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão_julho/2024 a dezembro/2024	0	2024-07-01-00:00	40949,79	40949,79	184	2024-07-01-00:00	Contratação excluída	2024-08-23-00:00	40949,22	0	0	0	0	40949,22	0	0	0	0	
ANO - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA.	503182710	Aquisição de serviços	Serviços de diagnóstico e bolsa de horas a prestar no âmbito do portal PNFE	0	2023-11-15-00:00	4400,00	4400,00	150	2023-11-15-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	5412,00	0	0	0	0	3936,00	0	0	0	0	
ANTONIO DE OLIVEIRA CYMBRON ALBANO OLIVEIRA CYMBRON	120964538	Locação de bens	Encargos inerentes com rendas de instalações: AÇORES	0	2011-08-01-00:00	11080,26	11080,26	365	2011-08-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	11016,00	0	0	0	0	11016,00	0	0	0	0	
Associação SGI Portugal	506253309	Aquisição de serviços	QUOTA ANO 2024	0	2024-10-11-00:00	2060,00	2060,00	366	2024-10-11-00:00	Contratação excluída	2024-12-31-00:00	2060,00	0	0	0	0	2060,00	0	0	0	0	
BASEDOIS - INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA.	501333401	Aquisição de bens	Aquisição de 5 carregadores para portáteis Lenovo	0	2023-02-13-00:00	225,00	225,00	7	2023-02-13-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-04-00:00	276,75	0	0	0	0	276,75	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Autorização para o aluguer de veículos em rent-a-car, durante o período em que decorrer o procedimento de contratação em AOV – Prazo superior a 60 dias	7081294	2022-12-14-00:00	10000,00	1000,00	150	2023-04-12-00:00	Ajuste Direto	2024-03-26-00:00	2583,00	0	0	0	0	2583,00	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de viatura, para Operação Fiscalização em Faro de 27 a 30 de novembro.	0	2023-11-06-00:00	122,30	122,30	4	2023-11-06-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	149,90	0	0	0	0	149,90	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para Operação de Fiscalização no Porto, de 9 a 12 de abril.	0	2024-03-11-00:00	222,68	222,68	4	2024-03-11-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	222,03	0	0	0	0	222,03	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para Operação de Fiscalização Lisboa/Setúbal de 27 a 31 de maio.	0	2024-03-21-00:00	238,35	238,35	5	2024-03-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	188,80	0	0	0	0	188,80	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para Operação de Fiscalização em Coimbra de 23 a 26 de julho.	0	2024-07-02-00:00	333,36	333,36	4	2024-07-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	264,96	0	0	0	0	264,96	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de 4 viaturas de 22 a 27 de setembro - Operação de Fiscalização no Porto	0	2024-09-02-00:00	3000,00	3000,00	6	2024-09-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-16-00:00	1960,41	0	0	0	0	1960,41	0	0	0	0	
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de 1 viatura - LC de Braga de 23 a 24 setembro	0	2024-09-12-00:00	333,02	333,02	2	2024-09-12-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-16-00:00	180,37	0	0	0	0	180,37	0	0	0	0	
BRAND BY DIFFERENCE, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	513972714	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para a contratação de uma “Bolsa” de serviços para conceção gráfica /design, vídeos, som e produção de material de promoção e divulgação	6933095	2024-04-16-00:00	74900,00	74900,00	349	2024-04-16-00:00	Consulta Prévia	2024-12-31-00:00	36654,00	0	0	0	0	36654,00	0	0	0	0	
BRAVANTIC EVOLVING TECHNOLOGY, S.A. INFORMANTE M - INFORMATICA E MANUTENCAO, S.A.	503670693	Aquisição de serviços	Transporte e trabalhos de desmontagem e montagem de equipamentos do processo de execução	0	2024-05-17-00:00	2920,00	2920,00	5	2024-05-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	3591,60	0	0	0	0	3591,60	0	0	0	0	
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA	504828576	Locação de bens	Encargos inerentes com rendas de instalações: ÉVORA	0	2011-12-01-00:00	3428,24	3428,24	365	2011-12-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	3414,50	0	0	0	0	3414,50	0	0	0	0	
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA	504828576	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de água, nas instalações de Évora	0	2011-12-01-00:00	100,00	100,00	365	2011-12-01-00:00	Contratação excluída	2024-02-22-00:00	71,15	0	0	0	0	71,15	0	0	0	0	
CARLOS LOUREIRO - CANALIZACOES, LDA	506251292	Aquisição de serviços	Substituição da válvula de retenção da bomba de esgoto n.º 1, situada nas instalações do IMPIC, I.P .	0	2024-06-27-00:00	310,00	310,00	1	2024-06-27-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	381,30	0	0	0	0	381,30	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
CASEKING PORTUGAL UNIP, LDA.	514304944	Aquisição de bens	Aquisição de 3 smartphones Samsung Galaxy A15 6.5", para operações de fiscalização - DI	0	2024-08-28-00:00	435,00	435,00	1	2024-08-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	535,05	0	0	0	0	535,05	0	0	0	0	
CASEKING PORTUGAL UNIP, LDA.	514304944	Aquisição de bens	Aquisição de diverso material informático	0	2024-02-01-00:00	909,43	909,43	1	2024-02-01-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15-00:00	933,50	0	0	0	0	933,50	0	0	0	0	
CEACP COMITÉ DE ESTUDO E AUDITORIA EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA - ASSOCIAÇÃO	514937300	Aquisição de serviços	Inscrição Curso Conta de Gerência - Exercício Prático	0	2024-01-30-00:00	1000,00	1000,00	3	2024-01-30-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	922,50	0	0	0	0	922,50	0	0	0	0	
CEDIPRE CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO - ASSOCIAÇÃO	504736361	Outro	Protocolo de Patrocínio e Cooperação com o CEDIPRE	0	2023-12-14-00:00	4000,00	4000,00	366	2023-12-14-00:00	Contratação excluída	2024-04-09-00:00	4000,00	0	0	0	0	4000,00	0	0	0	0	
CEGER CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO	600055639	Aquisição de serviços	Renovação do Certificado para o Portal do IMPIC,IP 2024	0	2024-03-07-00:00	360,00	360,00	366	2024-03-07-00:00	Contratação excluída	2024-11-13-00:00	360,00	0	0	0	0	360,00	0	0	0	0	
CEGER CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO	600055639	Aquisição de serviços	Renovação dos Certificados para os portais do BASE	0	2024-08-23-00:00	160,00	160,00	366	2024-08-23-00:00	Contratação excluída	2024-11-13-00:00	128,00	0	0	0	0	128,00	0	0	0	0	
CLUBE VIAJAR VIAGENS E TURISMO, LDA.	503542016	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Faro de 11 a 16 de fevereiro - Substituição na Loja do Cidadão de Faro	0	2024-02-02-00:00	390,00	390,00	5	2024-02-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-04-00:00	390,00	0	0	0	0	390,00	0	0	0	0	
CLUBE VIAJAR VIAGENS E TURISMO, LDA.	503542016	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Singapura/Lisboa de 21 a 29 de junho - Reuniões grupo de trabalho GAFI	0	2024-04-04-00:00	1410,15	1410,15	2	2024-04-04-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-02-00:00	1410,15	0	0	0	0	1410,15	0	0	0	0	
CLUBE VIAJAR VIAGENS E TURISMO, LDA.	503542016	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, de 21 a 29 de junho - Reuniões grupo de trabalho GAFI	0	2024-04-04-00:00	1155,00	1155,00	8	2024-04-04-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	1155,00	0	0	0	0	1155,00	0	0	0	0	
CLUBE VIAJAR VIAGENS E TURISMO, LDA.	503542016	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Bruxelas/Lisboa de 31 de jan. a 2 de fev - Reunião CE	0	2024-01-23-00:00	586,10	586,10	2	2024-01-23-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	586,10	0	0	0	0	586,10	0	0	0	0	
CLUBE VIAJAR VIAGENS E TURISMO, LDA.	503542016	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* em Bruxelas, de 31 jan a 2 fev - Reunião CE	0	2024-01-23-00:00	444,00	444,00	2	2024-01-23-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	444,00	0	0	0	0	444,00	0	0	0	0	
COPIVARELA, EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO, LDA.	506594190	Aquisição de serviços	Serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing - janeiro a março	0	2023-12-22-00:00	1518,75	1518,75	91	2024-01-01-00:00	Ajuste Direto	2024-05-13-00:00	1867,45	0	0	0	0	622,69	0	0	0	0	
COPIVARELA, EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO, LDA.	506594190	Aquisição de serviços	Serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing - abril a dezembro de 2024	6979572	2024-04-01-00:00	4554,00	4554,00	275	2024-04-01-00:00	Ajuste Direto	2024-07-25-00:00	5601,42	0	0	0	0	5601,42	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem de 10 a 12 de março Lisboa/Bruxelas/Lisboa - reunião CE	0	2024-02-21-00:00	1004,20	1004,20	2	2024-02-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	954,20	0	0	0	0	954,20	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* em Bruxelas de 10 a 12 de março - reunião CE	0	2024-02-21-00:00	700,00	700,00	2	2024-02-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	700,00	0	0	0	0	700,00	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	VIAGEM LISBOA/CROÁCIA/LISBOA DE 21 A 24 DE ABRIL - REUNIÕES DO GT DA CE	0	2024-03-20-00:00	465,49	465,49	2	2024-03-20-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-04-18-00:00	465,49	0	0	0	0	465,49	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	ALOJAMENTO HOTEL DE 3* NA CROÁCIA DE 21 A 24 DE ABRIL - REUNIÕES DO GT DA CE	0	2024-03-20-00:00	287,00	287,00	3	2024-03-20-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-04-18-00:00	287,00	0	0	0	0	287,00	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato -	Data do 1º	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Procedimento de contratação	Pagamento - início da execução financeira	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* de 27 a 31 de maio - O.F. Lisboa/Setúbal	0	2024-03-21-00:00	470,00	470,00	4	2024-03-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-02-00:00	470,00	0	0	0	0	470,00	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Funchal/Lisboa de 27 a 31 de maio - Operação Fiscalização	0	2024-03-21-00:00	280,00	280,00	2	2024-03-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-02-00:00	280,00	0	0	0	0	280,00	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem, para deslocação a Bruxelas de 23 a 25 de abril - Encontro anual - Projeto “Big Buyers Working Together”	0	2024-04-15-00:00	517,85	517,85	2	2024-04-15-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	517,85	0	0	0	0	517,85	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Bruxelas de 23 a 25 de abril - Encontro anual - Projeto “Big Buyers Working Together”	0	2024-04-15-00:00	439,00	439,00	2	2024-04-15-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	439,00	0	0	0	0	439,00	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem para Bruxelas, de 23 a 25 de abril - Reunião CE	0	2024-04-16-00:00	562,85	562,85	2	2024-04-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	562,85	0	0	0	0	562,85	0	0	0	0	
COSMOS BUSINESS TRAVEL, S.A.	517086263	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* em Bruxelas, de 23 a 25 de abril - Reunião CE	0	2024-04-16-00:00	422,00	422,00	2	2024-04-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	422,00	0	0	0	0	422,00	0	0	0	0	
CRAYON SOFTWARE LICENSING, UNIPESSOAL, LDA.	513246290	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços Azure 2024	7352874	2024-12-06-00:00	11233,20	11233,20	292	2024-12-12-00:00	Concurso Público	2024-12-30-00:00	13816,84	0	0	0	0	13816,84	0	0	0	0	
CRESCER ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	505483599	Aquisição de serviços	CATERING EVENTO WS de 19 de novembro da ICLEI/CE.	0	2024-10-28-00:00	2584,19	2584,19	1	2024-10-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-13-00:00	2731,49	0	0	0	0	2731,49	0	0	0	0	
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Encargos inerentes às cobranças postais	0	2024-01-01-00:00	220000,00	220000,00	366	2024-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	220867,15	0	0	0	0	220867,15	0	0	0	0	
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Encargos inerentes com cobrança de receitas - Ano 2024	0	2024-01-01-00:00	4065,04	4065,04	366	2024-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	1104,25	0	0	0	0	1104,25	0	0	0	0	
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de mailing – Revalidação de Alvarás para 2024	0	2024-01-01-00:00	4775,96	4775,96	15	2024-01-01-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-04-09-00:00	5874,43	0	0	0	0	5874,43	0	0	0	0	
CTT - EXPRESSO - SERVIÇOS POSTAIS E LOGÍSTICA, S.A.	504520296	Aquisição de serviços	Despesa referente às cobranças postais, avenças e correio azul para o ano de 2024 - Serviço postal e de estafeta	0	2024-01-01-00:00	1500,00	1500,00	366	2024-01-01-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15-00:00	1378,41	0	0	0	0	1378,41	0	0	0	0	
DATA JURIS - DIREITO E INFORMÁTICA, LDA.	502381973	Aquisição de serviços	Acesso à Base de Dados DATAJURIS, para o ano de 2024	0	2024-01-29-00:00	4200,00	4200,00	366	2024-01-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15-00:00	5166,00	0	0	0	0	5166,00	0	0	0	0	
DENIOS, S.L.U. SUCURSAL EM PORTUGAL	980814162	Aquisição de bens	Aquisição de carrinho para transporte de equipamentos informáticos	0	2024-07-18-00:00	147,60	147,60	1	2024-07-18-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-04-00:00	181,55	0	0	0	0	181,55	0	0	0	0	
DESENTOP AMBIENTE - GESTAO GLOBAL DE SERVICOS E RESIDUOS, UNIPESSOAL, LDA	503555380	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de desentupimento de esgotos do Edifício 9 do IMPIC,IP	0	2024-07-11-00:00	425,00	425,00	1	2024-07-11-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	522,75	0	0	0	0	522,75	0	0	0	0	
DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA.	506694615	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção corretiva e evolutiva da Plataforma de Inteligência de Dados do IMPIC.	6209813	2022-12-21-00:00	19860,00	19860,00	365	2023-01-03-00:00	Ajuste Direto	2023-04-18-00:00	6154,92	0	0	0	0	24427,80	0	0	0	0	
DPD PORTUGAL - TRANSPORTE EXPRESSO, S.A.	501964991	Aquisição de serviços	"Aquisição de Serviços de Mala e Transporte de Pequenas Encomendas, entre o																			
IMPIC, I.P. – Lisboa, as Delegações e os																						

Entidade		Contrato								Contrato -	Data do 1º	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Procedimento de contratação	Pagamento - início da execução financeira	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
Postos de atendimento nas Lojas do																						
Cidadão"	5008645	2020-12-23-00:00	46154,88	46154,88	1088	2021-01-07-00:00	Consulta Prévia	2021-05-04-00:00	1368,04	0	0	0	0	33523,55	0	0	0	0	0	0	0	
DPD PORTUGAL - TRANSPORTE EXPRESSO, S.A.	501964991	Aquisição de serviços	Serviço de Mala e Transporte de Pequenas Encomendas, entre o IMPIC, I.P. – Lisboa, as Delegações e os Postos de atendimento nas Lojas do Cidadão	6870214	2024-02-01-00:00	19578,24	19578,24	1046	2024-02-19-00:00	Ajuste Direto	2024-05-02-00:00	5122,62	0	0	0	0	5122,62	0	0	0	0	
DRIVALIA PORTUGAL - AUTOMÓVEIS DE ALUGUER SEM CONDUTOR, S.A.	502766883	Aquisição de serviços	Aluguer de 3 viaturas de serviços gerais para o período de 05.04 a 20.12.2024	7526043	2024-04-03-00:00	19622,25	19622,25	259	2024-04-05-00:00	Ajuste Direto	2024-05-31-00:00	19876,29	0	0	0	0	19876,29	0	0	0	0	
EDA ELETRICIDADE DOS AÇORES, S.A.	512012032	Aquisição de serviços	Despesas com eletricidade dos Açores	0	2011-08-01-00:00	700,00	700,00	366	2011-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	510,85	0	0	0	0	510,85	0	0	0	0	
EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	507846044	Aquisição de serviços	Despesas com eletricidade, nas instalações de Évora	0	2011-12-01-00:00	500,00	500,00	366	2011-12-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	448,57	0	0	0	0	448,57	0	0	0	0	
EMVIAGEM, S.A.	508270332	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* - São Paulo - 14 a 18 de outubro - Conferência	0	2024-10-02-00:00	975,00	975,00	4	2024-10-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-23-00:00	780,00	0	0	0	0	780,00	0	0	0	0	
EMVIAGEM, S.A.	508270332	Aquisição de serviços	Bilhetes de viagem para São Paulo-Brasil de 14 a 18 de outubro - Conferência	0	2024-10-02-00:00	4368,68	4368,68	2	2024-10-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-25-00:00	4368,68	0	0	0	0	4368,68	0	0	0	0	
EMVIAGEM, S.A.	508270332	Aquisição de serviços	Hotel de 3* - Paris - 22 a 25 de outubro - Conferência	0	2024-10-03-00:00	899,60	899,60	3	2024-10-03-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-04-00:00	899,60	0	0	0	0	899,60	0	0	0	0	
EMVIAGEM, S.A.	508270332	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Paris - 22 a 25 de outubro - Conferência	0	2024-10-03-00:00	577,90	577,90	2	2024-10-03-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-04-00:00	577,90	0	0	0	0	577,90	0	0	0	0	
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS AGUAS LIVRES, S.A.	500906840	Aquisição de serviços	Despesas com consumo de água, Edif. n.º 9 - sede IMPIC,I.P.	0	1998-01-01-00:00	8000,00	8000,00	366	1998-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-02-29-00:00	7037,84	0	0	0	0	7037,84	0	0	0	0	
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS AGUAS LIVRES, S.A.	500906840	Aquisição de serviços	Despesas com consumo de água, Edif. n.º11 - Sede IMPIC, I.P.	0	1998-01-01-00:00	5000,00	5000,00	366	1998-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-19-00:00	4275,08	0	0	0	0	4275,08	0	0	0	0	
ESCRITÓRIO DIGITAL - REPRESENTAÇÕES, LDA.	512068500	Aquisição de bens	Aquisição de impressora multifunções e consumíveis de impressão – Delegação de Inspeção em Ponta Delgada	0	2024-10-16-00:00	357,00	357,00	1	2024-10-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-15-00:00	412,12	0	0	0	0	412,12	0	0	0	0	
ESTEVES, PINHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. FISCAL ÚNICO	507111931	Aquisição de serviços	Encargo com a remuneração do Fiscal Único em funções no IMPIC, I.P., para o ano de 2024.	0	2024-01-29-00:00	12195,12	12195,12	365	2024-01-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	13798,59	0	0	0	0	13798,59	0	0	0	0	
ESTEVES, PINHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. FISCAL ÚNICO	507111931	Aquisição de serviços	Honorários adicional de auditoria / revisão de contas (Fecho de contas do exercício de 2022)	0	2024-03-28-00:00	4850,00	4850,00	365	2024-03-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-04-15-00:00	5965,50	0	0	0	0	5965,50	0	0	0	0	
ESTEVES, PINHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. FISCAL ÚNICO	507111931	Aquisição de serviços	Encargo com a remuneração do Fiscal Único em funções no IMPIC, I.P. (atendendo às competências previstas no artigo 28.º da Lei n.º 3/2004), com reconhecida idoneidade, independência e experiência em matéria de fiscalização de entidades públicas, para o an	0	2022-04-29-00:00	12195,12	12195,12	365	2022-04-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2022-05-12-00:00	1226,99	0	0	0	0	15014,99	0	0	0	0	
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	502618418	Aquisição de Serviços	Formação em Cibersegurança - João Santos	0	2024-09-13-00:00	50,00	50,00	1	2024-09-13-00:00	Contratação excluída	2024-11-04-00:00	50,00	0	0	0	0	50,00	0	0	0	0	
FARMÁCIA APOLO 70, LDA.	505406292	Aquisição de bens	Aquisição de diversos consumíveis para abastecimentos das caixas de primeiros socorros.	0	2024-05-13-00:00	347,47	347,47	1	2024-05-13-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	387,50	0	0	0	0	387,50	0	0	0	0	
FERNANDO GONÇALVES CARVALHO, LDA.	502166991	Aquisição de bens	Aquisição de aparelho de ar condicionado portátil	0	2024-03-21-00:00	365,04	365,04	1	2024-03-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-02-00:00	449,00	0	0	0	0	449,00	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
FUNDIESTAMO SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.	505091500	Locação de bens	Encargos com rendas das instalações da sede do IMPIC, I.P. - Edifício n.º 9	0	2014-10-01-00:00	326167,83	326167,83	365	2014-10-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	324856,94	0	0	0	0	324856,94	0	0	0	0	
FUNDIESTAMO SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.	505091500	Locação de bens	Encargos com rendas das instalações da sede do IMPIC, I.P. - Edifício n.º 11	0	1998-01-01-00:00	913165,08	913165,08	365	1998-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-04-00:00	909504,13	0	0	0	0	909504,13	0	0	0	0	
FUNDIESTAMO SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.	505091500	Aquisição de serviços	Despesas com eletricidade SEDE IMPIC,I.P.	0	1998-01-01-00:00	100000,00	100000,00	365	1998-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-05-20-00:00	93793,03	0	0	0	0	93793,03	0	0	0	0	
GADSA – ARQUIVO E DEPÓSITO, S.A.	504595440	Aquisição de serviços	Serviços de Custódia e Gestão de Arquivo de Processos	5193459	2021-04-15-00:00	30132,63	30132,63	975	2021-04-15-00:00	Consulta Prévia	2021-09-09-00:00	1038,59	0	0	0	0	22152,03	0	0	0	0	
GADSA – ARQUIVO E DEPÓSITO, S.A.	504595440	Aquisição de serviços	Serviços de Custódia e Gestão de Arquivo de Processos - Regularização faturas 2024	0	2024-08-29-00:00	5000,00	5000,00	183	2024-08-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-04-00:00	6150,00	0	0	0	0	6150,00	0	0	0	0	
GARRETT, S.A.	500796831	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de modernização dos equipamento do Auditório do IMPIC, IP	7322239	2024-04-24-00:00	14476,04	14476,04	30	2024-04-29-00:00	Ajuste Direto	2024-05-31-00:00	17805,53	0	0	0	0	17805,53	0	0	0	0	
H.P. HOSPEDEIRAS DE PORTUGAL, PROMOÇÃO E IMAGEM, LDA.	502539224	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de 4 elementos, para apoio ao evento no MATT Central, no dia 12 de dezembro de 2023.	0	2023-12-07-00:00	332,00	332,00	1	2023-12-12-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	408,36	0	0	0	0	408,36	0	0	0	0	
HIGIENE PLUS - PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, LDA.	503637530	Aquisição de serviços	Contratação de serviços de recolha de contentores	0	2024-02-12-00:00	897,60	897,60	366	2024-02-12-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-26-00:00	951,46	0	0	0	0	951,46	0	0	0	0	
HIMOINSA PORTUGAL - MOTORES E GERADORES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	506038963	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de manutenção do gerador existente no Edifício 11 do IMPIC, bem como a substituição do display	0	2023-11-27-00:00	1478,68	1478,68	1	2023-11-27-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-26-00:00	1615,83	0	0	0	0	1615,83	0	0	0	0	
IBEROFRIO - COMERCIALIZACAO E TECNICAS DE REFRIGERACAO, LDA	502970839	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção das instalações de ar condicionado e ventilação para o edifício sede do IMPIC, I.P.	5349158	2021-07-08-00:00	25200,00	25200,00	1095	2021-07-08-00:00	Consulta Prévia	2024-07-25-00:00	4452,00	0	0	0	0	4452,00	0	0	0	0	
IBEROFRIO - COMERCIALIZACAO E TECNICAS DE REFRIGERACAO, LDA	502970839	Aquisição de serviços	Serviços de reparação dos sistemas de VRF Toshiba - equipamentos de refrigeração do Edifício 11, Piso 0 e -1	7127405	2024-06-20-00:00	9995,00	9995,00	30	2024-06-25-00:00	Ajuste Direto	2024-11-15-00:00	9365,10	0	0	0	0	9365,10	0	0	0	0	
IIG - MAILING AND INFORMATION SECURITY PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	506628132	Aquisição de serviços	Serviços de manutenção à máquina envelopadora afeta ao serviço de expediente do IMPIC, IP - Ano 2024	0	2024-05-03-00:00	1516,69	1516,69	366	2024-05-03-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-06-27-00:00	1865,53	0	0	0	0	1865,53	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso Formação - Código do Procedimento Administrativo para Juristas	0	2024-02-14-00:00	4200,00	4200,00	3	2024-02-14-00:00	Contratação excluída	2024-03-25-00:00	4200,00	0	0	0	0	4200,00	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso " Códigos de Conduta e Cultura Organizacional de Integridade."	0	2024-03-20-00:00	420,00	420,00	2	2024-03-20-00:00	Contratação excluída	2024-04-09-00:00	420,00	0	0	0	0	420,00	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO	516480430	Aquisição de serviços	Curso sobre Cloud na Adm. Pública	0	2024-04-01-00:00	360,00	360,00	4	2024-04-01-00:00	Contratação excluída	2024-05-16-00:00	180,00	0	0	0	0	180,00	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato -	Data do 1º	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Procedimento de contratação	Pagamento - início da execução financeira	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.																						
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	CURSO DE FORMAÇÃO - INICIAÇÃO A GESTÃO DE PROJETOS	0	2024-09-18-00:00	4200,00	4200,00	3	2024-09-18-00:00	Contratação excluída	2024-10-16-00:00	4200,00	0	0	0	0	4200,00	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso de formação – SIADAP 3 – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, com as alterações segundo o Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro	0	2024-10-21-00:00	2800,00	2800,00	2	2024-10-21-00:00	Contratação excluída	2024-11-27-00:00	2800,00	0	0	0	0	2800,00	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso – “A Responsabilidade Financeira na Contratação Pública”	0	2024-05-27-00:00	560,00	560,00	2	2024-05-27-00:00	Contratação excluída	2024-07-23-00:00	560,00	0	0	0	0	560,00	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso de formação avançada para Administração Pública para Dirigentes Superiores - Conselho Diretivo	0	2024-01-11-00:00	3480,00	3480,00	183	2024-01-11-00:00	Contratação excluída	2024-10-30-00:00	3480,00	0	0	0	0	3480,00	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso Formação "Responsabilidade financeira no âmbito da organização e processo do tribunal de Contas".	0	2024-06-18-00:00	4200,00	4200,00	3	2024-06-18-00:00	Contratação excluída	2024-07-23-00:00	4200,00	0	0	0	0	4200,00	0	0	0	0	
INCM - IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S.A.	500792887	Aquisição de serviços	Utilização do cartão de crédito do IGCP 2024 - Publicação de Atos em Diário da República 2024	0	2024-01-01-00:00	2276,42	2276,42	366	2024-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-03-18-00:00	1934,05	0	0	0	0	1934,05	0	0	0	0	
INETUM ESPANÃ	980079659	Aquisição de serviços	Aquisição de licenciamento de Microsoft – Renovação para os ano de 2022 a 2025 (aquisição centralizada)	5803037	2022-05-09-00:00	175787,91	175787,91	1035	2022-05-09-00:00	Concurso Público	2022-08-23-00:00	72073,04	0	0	0	0	216219,12	0	0	0	0	
INETUM ESPANÃ	980079659	Aquisição de serviços	Novo licenciamento da Microsoft para utilização de solução telefónica desmaterializada.	7107342	2024-07-15-00:00	7524,90	7524,90	273	2024-07-27-00:00	Ajuste Direto	2024-10-01-00:00	7198,82	0	0	0	0	7198,82	0	0	0	0	
INETUM ESPANÃ	980079659	Aquisição de serviços	AQUISIÇÃO DE 10 LICENÇAS M365 COPILOT	0	2024-11-19-00:00	1450,00	1450,00	150	2024-11-19-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-31-00:00	1426,80	0	0	0	0	1426,80	0	0	0	0	
Informa D&B - Serviços De Gestão De Empresas	500520658	Aquisição de serviços	Aquisição de licenciamento de utilização para o acesso à base de dados SABI	6720861	2023-11-07-00:00	4599,08	4599,08	366	2024-11-15-00:00	Ajuste Direto	2024-04-15-00:00	5656,87	0	0	0	0	5656,87	0	0	0	0	
INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO I. P. IRN	508184258	Aquisição de serviços	Emolumentos 2024 para acesso à informação constante das bases de dados do registo comercial, conforme protocolo estabelecido com o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. IRN	0	2024-02-20-00:00	3000,00	3000,00	365	2024-02-20-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-04-06-00:00	3000,00	0		0	0	3000,00	0		0	0	
IP TELECOM - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	505065630	Aquisição de serviços	Disponibilização de infraestrutura para alojamento do programa de gestão documental - março a maio de 2024	0	2024-05-03-00:00	4950,00	4950,00	90	2024-05-03-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	6088,50	0	0	0	0	6088,50	0	0	0	0	
IP TELECOM - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	505065630	Aquisição de serviços	Disponibilização de infraestrutura para alojamento de programa de Gestão Documental - junho e julho de 2024	0	2024-07-24-00:00	3300,00	3300,00	60	2024-07-24-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-09-27-00:00	4059,00	0	0	0	0	4059,00	0	0	0	0	
IP TELECOM - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	505065630	Aquisição de serviços	Disponibilização de infraestrutura para alojamento do programa de gestão documental	7140976	2024-08-01-00:00	14850,00	14850,00	272	2024-08-01-00:00	Ajuste Direto	2024-09-27-00:00	18265,50	0	0	0	0	18265,50	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
IPPS IUL INSTITUTO PARA AS POLITICAS PÚBLICAS E SOCIAIS	509744036	Aquisição de serviços	Levantamento de legislação nacional no âmbito da contratação socialmente responsável	7184561	2024-10-03-00:00	26250,00	26250,00	45	2024-10-16-00:00	Consulta Prévia	2024-12-18-00:00	32287,50	0	0	0	0	32287,50	0	0	0	0	
LEADERSHIP BUSINESS CONSULTING - CONSULTORIA E SERVIÇOS, S.A.	505355108	Aquisição de serviços	Desenho e conceptualização da plataforma de interoperabilidade entre o IMPIC e outras entidades públicas para a implementação da medida SIMPLEX "IMPIC uma só vez"	7071813	2024-06-20-00:00	26850,00	26850,00	90	2024-07-05-00:00	Concurso Público	2024-12-31-00:00	33025,50	0	0	0	0	33025,50	0	0	0	0	
LEADING - ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS E GESTÃO, LDA.	507370678	Aquisição de serviços	Inscrição 11.ª Conferência Procura+, de 13 a 14 de março de 2024	0	2024-03-01-00:00	500,00	500,00	2	2024-03-13-00:00	Contratação excluída	2024-03-14-00:00	500,00	0	0	0	0	500,00	0	0	0	0	
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	502167610	Aquisição de serviços	Aluguer de veículos em rent-a-car, por prazo superior a 60 dias- Viaturas CD	7080031	2023-09-21-00:00	5099,17	5099,17	84	2023-10-06-00:00	Ajuste Direto	2024-03-15-00:00	6272,01	0	0	0	0	6272,01	0	0	0	0	
LEMIS E REALCÓPIA A.C.E.	516624741	Aquisição de serviços	Aquisição Centralizada de Mobiliário	6829763	2023-12-27-00:00	12282,00	12282,00	30	2023-12-27-00:00	Consulta Prévia	2024-03-15-00:00	15106,86	0	0	0	0	15106,86	0	0	0	0	
LENAVE - COMERCIO, INDUSTRIA E REPRESENTACOES, LDA	502405422	Aquisição de bens	Aquisição de material eléctrico - Ano 2023	0	2023-01-23-00:00	2439,02	2439,02	342	2023-01-24-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	1069,49	0	0	0	0	1069,49	0	0	0	0	
LENAVE - COMERCIO, INDUSTRIA E REPRESENTACOES, LDA	502405422	Aquisição de bens	Aquisição de material elétrico - Ano 2024	0	2024-03-26-00:00	2566,60	2566,60	280	2024-03-26-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	3156,91	0	0	0	0	3156,91	0	0	0	0	
LISBOA FEIRAS CONGRESSOS E EVENTOS - FCE/ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	503657891	Aquisição de serviços	Participação na TEKTONICA 2024	0	2024-01-26-00:00	1672,90	1672,90	4	2024-05-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-31-00:00	2057,67	0	0	0	0	2057,67	0	0	0	0	
MADEIRA-RENT SOCIEDADE DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS LDA	511105835	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para uma Operação de Fiscalização na Ilha da Madeira de 4 a 8 de Março de 2024.	0	2024-02-21-00:00	172,95	172,95	5	2024-02-21-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-26-00:00	211,00	0	0	0	0	211,00	0	0	0	0	
MADEIRA-RENT SOCIEDADE DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS LDA	511105835	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para O.F. no Funchal/Porto Santo de 8 a 12 de julho	0	2024-05-29-00:00	307,38	307,38	5	2024-05-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	375,00	0	0	0	0	375,00	0	0	0	0	
MÁRIO MENDES, LDA	500184003	Aquisição de bens	Aquisição de material de manutenção às instalações	0	2024-03-26-00:00	1219,51	1219,51	280	2024-03-26-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	876,39	0	0	0	0	876,39	0	0	0	0	
MEDIALIVRE, S.A.	502801034	Aquisição de serviços	Artigo de opinião na edição especial do Jornal de Negócios - ESPECIAL Imobiliário e Reabilitação Urbana	0	2024-01-30-00:00	990,00	990,00	1	2024-01-30-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15-00:00	1217,70	0	0	0	0	1217,70	0	0	0	0	
MEDILOGICS - SERVIÇOS MÉDICOS, S.A.	506633837	Aquisição de serviços	Curso de Formação da Segurança e Saúde no Trabalho.	0	2024-05-29-00:00	1410,00	1410,00	3	2024-05-29-00:00	Contratação excluída	2024-07-25-00:00	1734,30	0	0	0	0	1734,30	0	0	0	0	
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	504615947	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços Móveis Terrestre (meses de janeiro a maio de 2024)	0	2023-12-15-00:00	4250,00	4250,00	150	2024-01-01-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-02-22-00:00	5120,02	0	0	0	0	5120,02	0	0	0	0	
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	504615947	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis (meses de 2 julho a dezembro)	7119654	2024-06-27-00:00	7000,00	7000,00	182	2024-07-02-00:00	Ajuste Direto	2024-07-25-00:00	6422,11	0	0	0	0	6422,11	0	0	0	0	
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	504615947	Aquisição de serviços	Comunicações de voz e dados móveis - Regularização de faturas (período de 01.06 a 02.07.2024)	0	2024-08-27-00:00	844,31	844,31	31	2024-08-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-09-05-00:00	835,55	0	0	0	0	835,55	0	0	0	0	
MULTI DESTINOS - VIAGENS E	502681195	Aquisição de serviços	Bilhetes de viagem, para Munique, de 12 a 14 nov. - Participação em reuniões	0	2024-11-06-00:00	610,00	610,00	2	2024-11-06-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28-00:00	610,00	0	0	0	0	610,00	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.																						
MULTI DESTINOS - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.	502681195	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Munique, de 12 a 14 nov. - Participação em reuniões	0	2024-11-06- 00:00	1160,00	1160,00	2	2024-11-06- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28- 00:00	1160,00	0	0	0	0	1160,00	0	0	0	0	
MULTI DESTINOS - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.	502681195	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem, Lisboa/Budapeste/Lisboa de 26 a 28 nov - Participação em reuniões	0	2024-11-08- 00:00	481,00	481,00	2	2024-11-08- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28- 00:00	481,00	0	0	0	0	481,00	0	0	0	0	
MULTI DESTINOS - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.	502681195	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotél de 3* em Budapeste - 26 A 28 DE NOV - Participação em reuniões	0	2024-11-08- 00:00	344,00	344,00	2	2024-11-08- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28- 00:00	172,00	0	0	0	0	172,00	0	0	0	0	
MULTI DESTINOS - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.	502681195	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Santiago do Chile, de 25 a 28 de nov. - Dr. Fernando Batista e Dra. Sandra Simões	0	2024-11-14- 00:00	3020,00	3020,00	2	2024-11-14- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-13- 00:00	3020,00	0	0	0	0	110,00	0	0	0	0	
MUNICÍPIO DE LISBOA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	500051070	Aquisição de serviços	Aluguer de entrada na central telefónica do Regime Sapadores Bombeiros - Ano 2024	0	2024-01-01- 00:00	272,64	272,64	366	2024-01-01- 00:00	Contratação excluída	2024-03-15- 00:00	335,35	0	0	0	0	335,35	0	0	0	0	
NEW SERVICES, LDA.	515567841	Aquisição de serviços	Serviços de Limpeza e Higiene para as instalações do IMPIC, para os meses de janeiro de 2023 a junho de 2024	6197897	2023-01-11- 00:00	156000,0 0	156000,00	547	2023-01-16- 00:00	Concurso Público	2023-02-21- 00:00	69289,94	0	0	0	0	191879,8 3	0	0	0	0	
NEW SERVICES, LDA.	515567841	Aquisição de serviços	Serviços de Limpeza e Higiene para as instalações do IMPIC, I.P -16.07 a 31.07.2024	0	2024-07-15- 00:00	4333,33	4333,33	15	2024-07-15- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16- 00:00	5330,00	0	0	0	0	5330,00	0	0	0	0	
NEW SERVICES, LDA.	515567841	Aquisição de serviços	Serviços de Limpeza e Higiene para as instalações do IMPIC, para o período de 5 meses	7149466	2024-08-06- 00:00	70000,00	70000,00	150	2024-08-13- 00:00	Consulta Prévia	2024-10-01- 00:00	62214,19	0	0	0	0	62214,19	0	0	0	0	
NEW SERVICES, LDA.	515567841	Aquisição de serviços	Serviços de limpeza para as instalações do IMPIC, I.P.- 01.08 a 12.08.2024	0	2024-08-01- 00:00	3634,40	3634,40	12	2024-08-01- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-18- 00:00	4470,31	0	0	0	0	4470,31	0	0	0	0	
NICE TRAVEL - VIAGENS E TURISMO, LDA.	513647627	Aquisição de serviços	Bilhetes de viagem Lisboa/Funchal de 15 a 17 de dezembro - Formação	0	2024-12-05- 00:00	590,00	590,00	2	2024-12-05- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-18- 00:00	590,00	0	0	0	0	590,00	0	0	0	0	
NICE TRAVEL - VIAGENS E TURISMO, LDA.	513647627	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Ponta Delgada e alojamento em Hotel de 3* de 15 a 17 de dezembro - Formação	0	2024-12-05- 00:00	485,00	485,00	2	2024-12-05- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-18- 00:00	485,00	0	0	0	0	485,00	0	0	0	0	
NICE TRAVEL - VIAGENS E TURISMO, LDA.	513647627	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, de 16 a 17 de dezembro - Formação	0	2024-12-09- 00:00	665,00	665,00	1	2024-12-09- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-18- 00:00	665,00	0	0	0	0	665,00	0	0	0	0	
NLS - NEW LINK SOLUTIONS, CONSULTORIA E ENGENHARIA, S.A.	505248948	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema de informação da construção 2023/2024	6565263	2023-07-27- 00:00	72500,00	72500,00	366	2023-07-27- 00:00	Ajuste Direto	2023-11-17- 00:00	31734,00	0	0	0	0	45018,00	0	0	0	0	
NLS - NEW LINK SOLUTIONS, CONSULTORIA E ENGENHARIA, S.A.	505248948	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema de informação da construção	7222284	2024-09-27- 00:00	16500,00	16500,00	120	2024-09-27- 00:00	Ajuste Direto	2024-11-28- 00:00	6396,00	0	0	0	0	6396,00	0	0	0	0	
NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	502604751	Aquisição de serviços	Aquisição de licenciamento Azure para os anos 2023 e 2024	6792204	2023-12-20- 00:00	17116,80	17119,80	266	2024-01-08- 00:00	Ajuste Direto	2024-09-05- 00:00	21053,66	0	0	0	0	21053,66	0	0	0	0	
NTT DATA PORTUGAL, S.A.	506204650	Aquisição de serviços	Contratação de Serviços de Manutenção Corretiva e Evolutiva do Portal Base	6634611	2023-11-20- 00:00	149789,0 0	149789,00	366	2023-11-20- 00:00	Concurso Público	2023-12-29- 00:00	182997,5 3	0	86580,5364	0	0	173865,5 2	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
NTT DATA PORTUGAL, S.A.	506204650	Aquisição de serviços	Serviços de Manutenção Corretiva e Evolutiva do Portal Base	7329700	2024-12-12-00:00	91436,88	91436,88	150	2024-12-23-00:00	Concurso Público	2024-12-31-00:00	22549,84	0	0	0	0	22549,84	0	0	0	0	
OCDE ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENT O ECONÓMICO	123456789	Outro	Participação em projeto piloto da OCDE sobre a pegada de carbono nas compras publicas	0	2024-08-27-00:00	25000,00	25000,00	366	2024-08-27-00:00	Contratação excluída	2024-09-05-00:00	25000,00	0	0	0	0	25000,00	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	BILHETE VIAGEM LISBOA/ILHA DO SAL DE 30 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO	0	2024-10-09-00:00	855,83	855,83	2	2024-10-09-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-04-00:00	855,83	0	0	0	0	855,83	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	Deslocação a Bruxelas de 5 a 7 de nov - Participação em reuniões.	0	2024-10-28-00:00	747,26	747,26	2	2024-10-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28-00:00	747,26	0	0	0	0	747,26	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3* em Bruxelas de 5 a 7 nov - Participação em reuniões	0	2024-10-28-00:00	355,00	355,00	2	2024-10-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28-00:00	355,00	0	0	0	0	355,00	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Bruxelas e bilhete de comboio TGV para Luxemburgo, de 10 a 15 de novembro - Participação reuniões	0	2024-11-05-00:00	760,49	760,49	2	2024-11-05-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28-00:00	760,49	0	0	0	0	760,49	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotéis de 3*, em Bruxelas e no Luxemburgo, de 10 a 15 de novembro - Participação reuniões	0	2024-11-05-00:00	1264,00	1264,00	4	2024-11-05-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-28-00:00	1264,00	0	0	0	0	1264,00	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Santiago do Chile, de 25 a 28 de nov. - Participação em Conferência	0	2024-11-14-00:00	389,00	389,00	3	2024-11-14-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-13-00:00	389,00	0	0	0	0	389,00	0	0	0	0	
ONDA COSTA - VIAGENS E TURISMO, LDA.	503602710	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3*, de 9 a 10 de dezembro - Freixo de Cima	0	2024-11-27-00:00	76,75	76,75	1	2024-11-27-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-18-00:00	76,75	0	0	0	0	76,75	0	0	0	0	
PCDIGA, LDA.	507082907	Aquisição de bens	Aquisição de diverso material informático	0	2024-05-27-00:00	2855,28	2855,28	1	2024-05-27-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-30-00:00	3512,00	0	0	0	0	3512,00	0	0	0	0	
PINTO & CRUZ SA	500217904	Aquisição de serviços	Serviço de manutenção para os elevadores da sede do IMPIC, I.P.	5713439	2022-01-04-00:00	9432,00	9432,00	1095	2022-01-04-00:00	Ajuste Direto	2022-05-18-00:00	3867,12	0	0	0	0	11601,36	0	0	0	0	
POLAR RIVER, LDA.	515420964	Aquisição de serviços	Fornecimento de catering para evento no dia 12.12.2023, no MAAT em Lisboa.	0	2023-12-07-00:00	1600,00	1600,00	1	2023-12-07-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	1968,00	0	0	0	0	1968,00	0	0	0	0	
PRESTIBEL - EMPRESA DE SEGURANCA, S.A.	501326456	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de Vigilância e Segurança - março a julho de 2024	6883244	2024-03-01-00:00	60057,00	60057,00	150	2024-03-01-00:00	Consulta Prévia	2024-05-02-00:00	73870,10	0	0	0	0	73870,10	0	0	0	0	
PRESTIBEL - EMPRESA DE SEGURANCA, S.A.	501326456	Aquisição de serviços	Aquisição Centralizada de Serviços de Vigilância e Segurança – agosto a dezembro de 2024	7143458	2024-08-01-00:00	61997,07	61997,07	150	2024-08-01-00:00	Consulta Prévia	2024-10-01-00:00	61005,08	0	0	0	0	61005,08	0	0	0	0	
PROSEGUR COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA.	501290567	Aquisição de serviços	Manutenção preventiva aos equipamentos de proteção contra incêndios (extintores e carretéis)	0	2023-12-11-00:00	1543,00	1543,00	1	2023-12-20-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	1897,89	0	0	0	0	1897,89	0	0	0	0	
PROTECTEDMODE EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL, UNIPESSOAL, LDA.	513036270	Aquisição de bens	Aquisição de 3 pares de botas + 2 coletes refletores + portes - DI	0	2024-08-27-00:00	96,05	96,05	1	2024-08-27-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	118,14	0	0	0	0	118,14	0	0	0	0	
PROTECTEDMODE EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL, UNIPESSOAL, LDA.	513036270	Aquisição de bens	Aquisição de 1 pares de botas + 1 coletes refletores + portes- Dr. Fernando Batista	0	2024-09-12-00:00	30,35	30,35	1	2024-09-12-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-18-00:00	37,33	0	0	0	0	37,33	0	0	0	0	
PSG - SEGURANÇA PRIVADA, S.A.	508170710	Aquisição de serviços	Serviços de Vigilância e Segurança para o período	6900870	2024-02-01-00:00	12115,68	12115,68	30	2024-02-01-00:00	Ajuste Direto	2024-03-19-00:00	14902,29	0	0	0	0	14902,29	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato -	Data do 1º	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Procedimento de contratação	Pagamento - início da execução financeira	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
			compreendido entre 01/02/2024 e 29/02/2024																			
PSG - SEGURANÇA PRIVADA, S.A.	508170710	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de vigilância e segurança para o período compreendido entre 01/01/2024 e 31/01/2024	6836905	2024-01-01-00:00	12115,68	12115,68	30	2024-01-01-00:00	Ajuste Direto	2024-03-19-00:00	14902,29	0	0	0	0	14902,29	0	0	0	0	
PTPC PLATAFORMA TECNOLÓGICA PORTUGUESA DA CONSTRUÇÃO ASSOCIAÇÃO	510049559	Aquisição de serviços	QUOTA REFERENTE AO ANO DE 2024	0	2024-04-11-00:00	600,00	600,00	366	2024-04-11-00:00	Contratação excluída	2024-12-31-00:00	600,00	0	0	0	0	600,00	0	0	0	0	
QUANTICOSOLUTIONS, S.A.	509937349	Aquisição de serviços	Prestação de serviços para o desenvolvimento do projeto EFORMS	6468873	2023-05-08-00:00	90830,00	90830,00	397	2023-05-08-00:00	Consulta Prévia Simplificada	2023-07-11-00:00	22344,18	0	0	0	0	78204,63	0	0	0	0	
Quidgest - Consultores de Gestão, SA	501989978	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção evolutiva do software SINGAP	6308942	2023-02-01-00:00	141336,00	141336,00	915	2023-01-01-00:00	Ajuste Direto	2023-05-19-00:00	60186,25	0	0	0	0	143750,12	0	0	0	0	
Quidgest - Consultores de Gestão, SA	501989978	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para a prestação de serviços de formação e apoio à área financeira do IMPIC	7031259	2024-05-16-00:00	14565,60	14565,60	245	2024-06-05-00:00	Ajuste Direto	2024-07-25-00:00	17914,95	0	0	0	0	17914,95	0	0	0	0	
REDSHIFT CONSULTING, LDA.	509493106	Aquisição de serviços	Contratação de serviços de administração de sistemas e gestão documental	6634625	2023-08-28-00:00	147840,00	147840,00	366	2023-09-10-00:00	Concurso Público	2023-10-31-00:00	137175,75	0	0	0	0	181843,20	0	0	0	0	
REDSHIFT CONSULTING, LDA.	509493106	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de administração de sistemas e gestão documental do IMPIC, I.P enquanto decorre a tramitação do Concurso Público	7193466	2024-09-05-00:00	12320,00	12320,00	30	2024-09-10-00:00	Ajuste Direto	2024-11-28-00:00	15153,60	0	0	0	0	15153,60	0	0	0	0	
REDSHIFT CONSULTING, LDA.	509493106	Aquisição de serviços	Contratação de serviços de administração de sistemas e gestão documental	7233617	2024-10-10-00:00	135504,74	135504,74	334	2024-10-10-00:00	Concurso Público	2024-11-15-00:00	46125,00	0	0	0	0	46125,00	0	0	0	0	
REDSHIFT II - SOLUTIONS, LDA	514353520	Aquisição de serviços	Aquisição de novo licenciamento RedDoc e respetivos serviços de parametrização e suporte	6395505	2023-05-11-00:00	48620,00	48620,00	365	2023-05-11-00:00	Ajuste Direto	2023-09-05-00:00	22902,60	0	0	0	0	59802,60	0	0	0	0	
REDSHIFT II - SOLUTIONS, LDA	514353520	Aquisição de serviços	Aquisição do licenciamento da plataforma de gestão documental RedDoc e atualizações, pelo período de 1 (um) ano, para 150 (cento e cinquenta) utilizadores.	7151044	2024-08-07-00:00	30000,00	30000,00	364	2024-08-16-00:00	Ajuste Direto	2024-08-27-00:00	36900,00	0	0	0	0	36900,00	0	0	0	0	
RELOAD – CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA.	506210855	Aquisição de serviços	Serviços de adequação ao Decreto-Lei n.º 65/2021	7526104	2023-11-29-00:00	6080,00	6080,00	8	2023-11-29-00:00	Ajuste Direto	2024-05-02-00:00	7478,40	0	0	0	0	7478,40	0	0	0	0	
ROBERT MAUSER, LDA.	505993058	Aquisição de bens	Aquisição de 2 carregadores e 1 extensão	0	2024-04-19-00:00	429,55	429,55	1	2024-04-19-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-20-00:00	528,34	0	0	0	0	528,34	0	0	0	0	
ROSATOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS, UNIPESSOAL, LDA	502844892	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* de 21 a 22 de julho, no Algarve, Participação em reunião.	0	2024-07-17-00:00	156,00	156,00	1	2024-07-17-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-08-16-00:00	156,00	0	0	0	0	156,00	0	0	0	0	
ROSATOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS, UNIPESSOAL, LDA	502844892	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Bruxelas/Lisboa de 23 a 26 de setembro - Participação em reunião.	0	2024-08-22-00:00	784,75	784,75	2	2024-08-22-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	819,75	0	0	0	0	819,75	0	0	0	0	
ROSATOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS, UNIPESSOAL, LDA	502844892	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3* de 23 a 26 de setembro - Participação em reunião.	0	2024-08-22-00:00	1165,00	1165,00	3	2024-08-22-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	1130,00	0	0	0	0	1130,00	0	0	0	0	
ROSATOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS, UNIPESSOAL, LDA	502844892	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Funchal/Porto/Funchal de 22 a 27 de setembro - Operação de Fiscalização Porto	0	2024-09-02-00:00	500,00	500,00	2	2024-09-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	379,75	0	0	0	0	379,75	0	0	0	0	
ROSATOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS, UNIPESSOAL, LDA	502844892	Aquisição de serviços	Alojamento para 13 pessoas Hotel de 3*+ aluguer de sala de reuniões de 24 a 26 de	0	2024-09-02-00:00	2336,00	2336,00	2	2024-09-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	2336,00	0	0	0	0	2336,00	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
setembro - Operação de Fiscalização Braga																						
ROSATOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS, UNIPESSOAL, LDA	502844892	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3* de 15 a 17 de dezembro - Formação	0	2024-12-05- 00:00	315,00	315,00	2	2024-12-05- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-12-18- 00:00	315,00	0	0	0	0	315,00	0	0	0	0	
RUMOS II, FORMAÇÃO, S.A.	502624558	Aquisição de serviços	Curso de Formação Administering Microsoft Endpoint Configuration Manager - Pedro Gomes - DIAA	0	2024-06-17- 00:00	2040,00	2040,00	5	2024-06-17- 00:00	Contratação excluída	2024-08-16- 00:00	2509,20	0	0	0	0	2509,20	0	0	0	0	
RUMOS II, FORMAÇÃO, S.A.	502624558	Aquisição de serviços	Curso formação : AZ-104: Microsoft Azure Administration - João Santos - DIAA	0	2024-05-13- 00:00	1200,00	1200,00	8	2024-05-13- 00:00	Contratação excluída	2024-06-27- 00:00	1476,00	0	0	0	0	1476,00	0	0	0	0	
RUMOS II, FORMAÇÃO, S.A.	502624558	Aquisição de serviços	Curso de Formação Power BI Desktop - 21 horas - 17 a 24 de junho	0	2024-06-17- 00:00	2205,00	2205,00	6	2024-06-17- 00:00	Contratação excluída	2024-07-25- 00:00	2712,15	0	0	0	0	2712,15	0	0	0	0	
SABOR DE DOMINGO, LDA.	513703594	Aquisição de serviços	Fornecimento de catering para o Workshop anual sobre a contratação digital com a Comissão Europeia , dia 16 de maio	0	2024-05-09- 00:00	434,75	434,75	1	2024-05-16- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-22- 00:00	491,27	0	0	0	0	491,27	0	0	0	0	
SABOR DE DOMINGO, LDA.	513703594	Aquisição de serviços	Serviço de catering para evento "Workshop com a Comissão Europeia - 17 de maio de 2024	0	2024-05-13- 00:00	540,00	540,00	1	2024-05-17- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-22- 00:00	610,20	0	0	0	0	610,20	0	0	0	0	
SENHOR DOS RATOS, LDA.	515734284	Aquisição de serviços	Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva de Controlo de Pragas	0	2024-02-15- 00:00	525,00	525,00	366	2024-02-15- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-26- 00:00	645,75	0	0	0	0	645,75	0	0	0	0	
SENHOR DOS RATOS, LDA.	515734284	Aquisição de serviços	Colocação de rateiras nos pisos superiores e arquivos do IMPIC	0	2024-05-16- 00:00	335,00	335,00	1	2024-05-16- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25- 00:00	412,05	0	0	0	0	412,05	0	0	0	0	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA	672001721	Aquisição de serviços	Despesas com consumo de água, nas instalações dos Açores	0	2011-08-01- 00:00	350,00	350,00	366	2011-08-01- 00:00	Contratação excluída	2024-02-22- 00:00	232,67	0	0	0	0	232,67	0	0	0	0	
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SSAP	600082628	Aquisição de serviços	Contribuições para os Serviços Sociais da Administração Pública - Ano 2024	0	2024-01-01- 00:00	16074,00	16074,00	366	2024-01-01- 00:00	Contratação excluída	2024-02-19- 00:00	16073,40	0	0	0	0	16073,40	0	0	0	0	
SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE, S.A.	500246530	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis de casa de banho – Toalhas de Mãos Zig-Zag	0	2024-04-12- 00:00	1520,00	1520,00	1	2024-04-12- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-05-31- 00:00	1869,60	0	0	0	0	1869,60	0	0	0	0	
SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE, S.A.	500246530	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis de casa de banho – Toalhas de Mãos Zig-Zag	0	2024-10-17- 00:00	2736,00	2736,00	1	2024-10-17- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-11-15- 00:00	3365,28	0	0	0	0	3365,28	0	0	0	0	
SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	501132767	Aquisição de bens	Assinatura da Revista do Ministério Público 2024	0	2024-09-30- 00:00	60,38	60,38	366	2024-09-30- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-25- 00:00	64,00	0	0	0	0	64,00	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Deslocação a Bruxelas de 29 a 30 de maio - Participação em reunião	0	2024-05-17- 00:00	1085,72	1085,72	2	2024-05-17- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-06-27- 00:00	542,86	0	0	0	0	542,86	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* - Bruxelas de 29 a 30 de maio - Participação em reunião	0	2024-05-17- 00:00	579,04	579,04	1	2024-05-17- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-06-27- 00:00	289,52	0	0	0	0	289,52	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* em Braga de 24 a 25 de maio de 2024 - Conferência	0	2024-05-21- 00:00	82,49	82,49	1	2024-05-21- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-06-27- 00:00	82,49	0	0	0	0	82,49	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Deslocação a Londres + bilhetes de comboio - de 16 a 19 de junho - Participação em reunião	0	2024-05-22- 00:00	1086,82	1086,82	2	2024-05-22- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25- 00:00	1086,82	0	0	0	0	1086,82	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, no reino Unido de 16 a 19 de	0	2024-05-22- 00:00	883,10	883,10	3	2024-05-22- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25- 00:00	883,10	0	0	0	0	883,10	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato -	Data do 1º	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Procedimento de contratação	Pagamento - início da execução financeira	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
			junho - Participação em reunião																			
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* em Braga, para 4 pessoas - Deslocação às Lojas do Cidadão	0	2024-05-28-00:00	449,04	449,04	1	2024-05-28-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	485,54	0	0	0	0	485,54	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	2 Bilhetes de barco + 1 bilhete para automóvel, para Operação de Fiscalização Funchal/Porto Santo	0	2024-05-29-00:00	401,32	401,32	2	2024-05-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	409,74	0	0	0	0	409,74	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento para 2 pessoas, em Hotel de 3*, na Ilha de porto Santo, de 11 a 12 de julho.	0	2024-05-29-00:00	269,68	269,68	1	2024-05-29-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	184,54	0	0	0	0	184,54	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, na cidade de Viseu, para duas pessoas, de 9 a 12 de julho - Operação Fiscalização	0	2024-06-17-00:00	569,36	569,36	3	2024-06-17-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-07-25-00:00	569,36	0	0	0	0	569,36	0	0	0	0	
SMILE - VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL,LDA	506019608	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Coimbra de 23 a 26 de julho - Operação Fiscalização	0	2024-07-02-00:00	555,00	555,00	3	2024-07-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-09-05-00:00	554,02	0	0	0	0	554,02	0	0	0	0	
SOCOPOWER, LDA.	510699847	Aquisição de bens	Aquisição de UPS - Uninterruptible Power Supply para o Datacenter do IMPIC, L.P,	7037509	2024-07-29-00:00	13104,60	13104,60	30	2024-07-29-00:00	Ajuste Direto	2024-10-18-00:00	16118,66	0	0	0	0	16118,66	0	0	0	0	
STAMP STAR, LDA.	510081878	Aquisição de serviços	Serviços de ligação entre as centrais do IMPIC, IP e o RSBL - Ano 2024	0	2024-01-15-00:00	560,16	560,16	366	2024-01-15-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-03-15-00:00	689,00	0	0	0	0	689,00	0	0	0	0	
STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, S.A.	503789372	Aquisição de bens	Aquisição de Cartolinas A4 (Impressão de Cartões de Representantes Legais – Empresas de Mediação Imobiliária)	0	2024-05-08-00:00	720,00	720,00	1	2024-05-08-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-06-27-00:00	885,60	0	0	0	0	885,60	0	0	0	0	
STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, S.A.	503789372	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis para Impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M277DW	0	2024-08-01-00:00	910,67	910,67	1	2024-08-01-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-09-02-00:00	1120,12	0	0	0	0	1120,12	0	0	0	0	
THREE RENT – RENT-A-CAR, UNIPESSOAL LDA	514818140	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, de 13 a 17 de maio, em Ponta Delgada - Operação de Fiscalização	0	2024-04-19-00:00	274,95	274,95	5	2024-04-19-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-06-27-00:00	274,95	0	0	0	0	274,95	0	0	0	0	
TOPATLÂNTICO - VIAGENS E TURISMO, SA	501061126	Aquisição de serviços	Deslocação Bruxelas de 25 a 28 de set - Participação em reunião	0	2024-09-16-00:00	827,26	827,26	2	2024-09-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	827,26	0	0	0	0	827,26	0	0	0	0	
TOPATLÂNTICO - VIAGENS E TURISMO, SA	501061126	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel 3*, Bruxelas de 25 a 27 de setembro - Dra. Alexandra Rodrigues	0	2024-09-16-00:00	520,00	520,00	2	2024-09-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	520,00	0	0	0	0	520,00	0	0	0	0	
TOPATLÂNTICO - VIAGENS E TURISMO, SA	501061126	Aquisição de serviços	Alojamento em hotel de 3* de 20 a 26 de setembro - GAFI	0	2024-09-16-00:00	1690,00	1690,00	6	2024-09-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-25-00:00	1690,00	0	0	0	0	1690,00	0	0	0	0	
TOPATLÂNTICO - VIAGENS E TURISMO, SA	501061126	Aquisição de serviços	Deslocação a França, de 20 a 26 de outubro - GAFI	0	2024-09-16-00:00	427,00	427,00	2	2024-09-16-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-18-00:00	427,00	0	0	0	0	427,00	0	0	0	0	
TOPATLÂNTICO - VIAGENS E TURISMO, SA	501061126	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3* de 20 a 23 de outubro - Budapeste - Participação em reuniões	0	2024-09-20-00:00	548,00	548,00	3	2024-09-20-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-18-00:00	548,00	0	0	0	0	548,00	0	0	0	0	
TOPATLÂNTICO - VIAGENS E TURISMO, SA	501061126	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Budapeste de 20 a 23 de outubro - Participação em reuniões	0	2024-09-20-00:00	1851,25	1851,25	2	2024-09-20-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-18-00:00	1851,28	0	0	0	0	1851,28	0	0	0	0	
VIA VERDE	504656767	Aquisição de serviços	Despesas anuais com pagamento de portagens de viaturas ao serviço do IMPIC	0	2024-01-01-00:00	2439,02	2439,02	366	2024-01-01-00:00	Contratação excluída	2024-07-30-00:00	226,47	0	0	0	0	226,47	0	0	0	0	
VIAGENS EL CORTE INGLÊS, S.A.	980099323	Aquisição de serviços	Alojamento Bragança de 22 a 23 set / Vila Real 23 a 24 de set/ Porto de 26 a 27 de setembro, para 11 pessoas em Hotéis de 3* - Operação de Fiscalização	0	2024-09-02-00:00	2442,00	2442,00	3	2024-09-02-00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-01-00:00	2442,00	0	0	0	0	2442,00	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
VITOR NETO UNIPESSOAL, LDA.	509990630	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva, e manutenção corrente das instalações elétricas da rede informática e dos sistemas de drenagem e bombagem e outras intervensões indispensáveis ao bom funcionamento das instalações	6855262	2024-01-11- 00:00	19434,96	19434,96	366	2024-01-15- 00:00	Ajuste Direto	2024-03-26- 00:00	21912,88	0	0	0	0	21912,88	0	0	0	0	
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAS, S.A.	502544180	Aquisição de serviços	Comunicações e dados fixos para 2022 a 2025 - Proc: PROC 28/UMC/2021 (UMC- SGE)	5718060	2022-05-16- 00:00	11160,00	11160,00	1095	2022-05-16- 00:00	Concurso Público	2023-03-06- 00:00	4625,45	0	0	0	0	4835,74	0	0	0	0	
VOZWEB, LDA. READSPEAKER	509015255	Aquisição de serviços	Aquisição de licença de voz para produção de vídeos	0	2024-03-07- 00:00	588,65	588,65	366	2024-03-07- 00:00	Ajuste Direto Simplificado	2024-10-25- 00:00	724,04	0	0	0	0	724,04	0	0	0	0	

Adjudicações por Tipo de procedimento

TIPO DE CONTRATO	ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO												TOTAL	
	Ajuste Direto		Ajuste Direto Simplificado		Concurso Público		Consulta Prévia		Consulta Prévia Simplificada		Contratação excluída			
	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º DE CONTRATOS	VALOR (C/IVA)
Aquisição de bens	1	16 121,49 €	19	22 595,04 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	20	38 716,53 €
Aquisição de serviços	27	679 756,01 €	110	188 444,47 €	9	1 113 890,13 €	9	500 577,50 €	1	111 720,90 €	35	555 469,12 €	191	3 149 858,13 €
Locação de bens	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	7	1 641 670,59 €	7	1 641 670,59 €
Outros	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	2	35 670,00 €	2	35 670,00 €
TOTAL	28	695 877,50 €	129	211 039,51 €	9	1 113 890,13 €	9	500 577,50 €	1	111 720,90 €	44	2 232 809,71 €	220	4 865 915,25 €

Transferências e subsídios concedidos



Ano económico: 2024

Transferências da despesa no ano de 2024

IMPIC - IMPC 000709006
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
Av. Alto D'Água 11
1069-010 - Lisboa
geral@impic.pt

Sem movimentação interna

Valores em Euros €

Tipo de despesa		Disposições legais	Finalidade	Entidade	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)	(8)	(9)
Transferências correntes	0403050000			AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA	-	1 246 053,00 €	1 246 053,00 €	-	-	-
	Total da rubrica 0403050000				-	1 246 053,00 €	1 246 053,00 €	-	-	-
	0407010000			CEDIMPE CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO - ASSOCIAÇÃO	-	4 000,00 €	4 000,00 €	-	-	-
	Total da rubrica 0407010000				-	4 000,00 €	4 000,00 €	-	-	-
	Total Transferências correntes				-	1 250 053,00 €	1 250 053,00 €	-	-	-
Total					-	1 250 053,00 €	1 250 053,00 €	-	-	-

Transferências e subsídios recebidos



Transferências da receita

no ano de 2024

IMPIC * NIPC 50479626

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção

Av. João Dória 11

1009-010 * Lisboa

geral@impic.pt

Ano económico: 2024

Sem movimentação interna

Valores em Euro €

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4) - (5)	(7)	(8)
	Total					-		

10.5 Orçamento

ORÇAMENTO DE ESTADO ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 1 de 1

ORÇAMENTO: 2024 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

ORGÂNICA : 161020200 INSTITUTO DOS MERCADOS PUBLICOS, DO IMOBILIARIO E DA CONSTRUCAO, IP

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
017 063	04 01 17 99.78	361	307.500	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			307.500				
017 063	06 09 01 99.78	411	200.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
017 063	10 09 01 99.78	411	100.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			300.000				
017 063	06 09 01 99.78	482	7.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			7.000				
017 102	04 01 17 99.78	483	13.563	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			13.563				
017 063	04 01 17 99.78	513	15.029.649	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
017 063	04 02 01 01.78	513	500	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
017 063	04 02 04 99.78	513	93.334	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
017 063	07 02 99 99.78	513	4.200	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
017 063	17 02 00 01.01	513	140.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			15.267.683				
TOTAL DA ORGÂNICA			15.895.746				
TOTAL DO SERVIÇO			15.895.746				



ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

2023/08/17

Pág. 1 de 4

ORÇAMENTO: 2024 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 161020200 INSTITUTO DOS MERCADOS PUBLICOS, DO IMOBILIARIO E DA CONSTRUCAO, IP

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FORTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
017	063	0410	02 02 20	A0.A0	258	00000.00000	361	195.024	195.024
017	063	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	361	12.476	12.476
017	063	0410	07 01 07	B0.C0	258	00000.00000	361	100.000	100.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								307.500	307.500
017	063	0410	02 02 20	A0.A0	258	00000.00000	411	200.000	200.000
017	063	0410	07 01 07	B0.C0	258	00000.00000	411	100.000	100.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								300.000	300.000
017	063	0410	02 02 13	00.00	258	00000.00000	482	7.000	7.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								7.000	7.000
017	063	0410	01 01 09	A0.00	258	00000.00000	483	8.983	8.983
017	063	0410	01 01 13	A0.00	258	00000.00000	483	1.056	1.056
017	063	0410	01 01 14	SF.A0	258	00000.00000	483	1.123	1.123
017	063	0410	01 03 05	A0.B0	258	00000.00000	483	2.401	2.401
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								13.563	13.563
017	063	0410	01 01 02	00.00	258	00000.00000	513	168.118	168.118
017	063	0410	01 01 03	A0.00	258	00000.00000	513	1.955.752	1.955.752
017	063	0410	01 01 03	B0.00	258	00000.00000	513	507.286	507.286
017	063	0410	01 01 03	C0.00	258	00000.00000	513	157.689	157.689
017	063	0410	01 01 03	D0.00	258	00000.00000	513	1.202.124	1.202.124
017	063	0410	01 01 11	A0.00	258	00000.00000	513	167.723	167.723
017	063	0410	01 01 12	A0.00	258	00000.00000	513	144.965	144.965
017	063	0410	01 01 12	D0.00	258	00000.00000	513	49.325	49.325
017	063	0410	01 01 13	A0.00	258	00000.00000	513	175.607	175.607
017	063	0410	01 01 13	D0.00	258	00000.00000	513	96.626	96.626



ORÇAMENTO DE ESTADO
ORÇAMENTO DE DESPESA

2023/08/17

Pág. 2 de 4

ORÇAMENTO: 2024 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 161020200 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, IP

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
017	063	0410	01 01 14	SF.A0	258	00000.00000	513	175.740	175.740
017	063	0410	01 01 14	SF.B0	258	00000.00000	513	42.274	42.274
017	063	0410	01 01 14	SF.C0	258	00000.00000	513	13.502	13.502
017	063	0410	01 01 14	SF.D0	258	00000.00000	513	100.177	100.177
017	063	0410	01 01 14	SN.A0	258	00000.00000	513	175.740	175.740
017	063	0410	01 01 14	SN.B0	258	00000.00000	513	42.274	42.274
017	063	0410	01 01 14	SN.C0	258	00000.00000	513	13.502	13.502
017	063	0410	01 01 14	SN.D0	258	00000.00000	513	100.177	100.177
017	063	0410	01 02 01	TT.00	258	00000.00000	513	5.000	5.000
017	063	0410	01 02 02	00.00	258	00000.00000	513	15.000	15.000
017	063	0410	01 02 04	00.00	258	00000.00000	513	65.000	65.000
017	063	0410	01 02 05	00.00	258	00000.00000	513	1.899	1.899
017	063	0410	01 02 13	PD.00	258	00000.00000	513	7.000	7.000
017	063	0410	01 02 14	00.00	258	00000.00000	513	8.000	8.000
017	063	0410	01 03 03	00.00	258	00000.00000	513	4.200	4.200
017	063	0410	01 03 04	00.00	258	00000.00000	513	3.360	3.360
017	063	0410	01 03 05	A0.A0	258	00000.00000	513	660.475	660.475
017	063	0410	01 03 05	A0.B0	258	00000.00000	513	546.733	546.733
017	063	0410	01 03 10	SS.00	258	00000.00000	513	16.074	16.074
017	063	0410	02 01 02	00.00	258	00000.00000	513	17.617	17.617
017	063	0410	02 01 04	00.00	258	00000.00000	513	28.160	28.160
017	063	0410	02 01 07	00.00	258	00000.00000	513	213	213
017	063	0410	02 01 08	A0.00	258	00000.00000	513	22.865	22.865
017	063	0410	02 01 08	B0.00	258	00000.00000	513	3.357	3.357
017	063	0410	02 01 08	C0.00	258	00000.00000	513	6.660	6.660
017	063	0410	02 01 09	C0.00	258	00000.00000	513	213	213
017	063	0410	02 01 14	00.00	258	00000.00000	513	1.703	1.703
017	063	0410	02 01 18	00.00	258	00000.00000	513	547	547
017	063	0410	02 01 21	00.00	258	00000.00000	513	15.830	15.830



2023/08/17

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE DESPESA

Pág. 3 de 4

ORÇAMENTO: 2024 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 161020200 INSTITUTO DOS MERCADOS PUBLICOS, DO IMOBILIARIO E DA CONSTRUCAO, IP

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTES FIN.	PROPOSTO	APROVADO
017	063	0410	02 02 01	C0.00	258	00000.00000	513	79.909	79.909
017	063	0410	02 02 02	00.00	258	00000.00000	513	143.713	143.713
017	063	0410	02 02 03	00.00	258	00000.00000	513	25.986	25.986
017	063	0410	02 02 04	C0.00	258	00000.00000	513	1.308.169	1.308.169
017	063	0410	02 02 08	00.00	258	00000.00000	513	81.178	81.178
017	063	0410	02 02 09	A0.00	258	00000.00000	513	18.242	18.242
017	063	0410	02 02 09	C0.00	258	00000.00000	513	22.952	22.952
017	063	0410	02 02 09	D0.00	258	00000.00000	513	30.154	30.154
017	063	0410	02 02 09	E0.00	258	00000.00000	513	365	365
017	063	0410	02 02 09	F0.00	258	00000.00000	513	181.236	181.236
017	063	0410	02 02 10	00.00	258	00000.00000	513	28.073	28.073
017	063	0410	02 02 11	00.00	258	00000.00000	513	867	867
017	063	0410	02 02 13	00.00	258	00000.00000	513	42.831	42.831
017	063	0410	02 02 14	A0.00	258	00000.00000	513	105.991	105.991
017	063	0410	02 02 14	B0.00	258	00000.00000	513	54.122	54.122
017	063	0410	02 02 14	C0.00	258	00000.00000	513	21.225	21.225
017	063	0410	02 02 14	D0.00	258	00000.00000	513	10.825	10.825
017	063	0410	02 02 15	A0.00	258	00000.00000	513	21.225	21.225
017	063	0410	02 02 15	B0.00	258	00000.00000	513	42.449	42.449
017	063	0410	02 02 16	00.00	258	00000.00000	513	157.320	157.320
017	063	0410	02 02 17	A0.00	258	00000.00000	513	13.032	13.032
017	063	0410	02 02 17	B0.A0	258	00000.00000	513	51.649	51.649
017	063	0410	02 02 18	00.00	258	00000.00000	513	404.902	404.902
017	063	0410	02 02 19	A0.A0	258	00000.00000	513	32.354	32.354
017	063	0410	02 02 19	A0.B0	258	00000.00000	513	889	889
017	063	0410	02 02 19	B0.00	258	00000.00000	513	237.102	237.102
017	063	0410	02 02 19	C0.00	258	00000.00000	513	39.649	39.649
017	063	0410	02 02 20	A0.A0	258	00000.00000	513	862.076	862.076
017	063	0410	02 02 20	A0.B0	258	00000.00000	513	3.449	3.449



ORÇAMENTO DE ESTADO
ORÇAMENTO DE DESPESA

2023/08/17

Pág. 4 de 4

ORÇAMENTO: 2024 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 161020200 INSTITUTO DOS MERCADOS PUBLICOS, DO IMOBILIARIO E DA CONSTRUCAO, IP

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
017	063	0410	02 02 20	A0.C0	258	00000.00000	513	204.957	204.957
017	063	0410	02 02 22	H0.00	258	00000.00000	513	11.730	11.730
017	063	0410	02 02 23	B0.00	258	00000.00000	513	213	213
017	063	0410	02 02 24	00.00	258	00000.00000	513	67.111	67.111
017	063	0410	02 02 25	00.00	258	00000.00000	513	410.595	410.595
017	063	0410	03 05 02	J0.00	258	00000.00000	513	1.084	1.084
017	063	0410	04 03 05	00.00	258	00000.00000	513	1.246.053	1.246.053
017	063	0410	04 07 01	C0.00	258	00000.00000	513	4.246	4.246
017	063	0410	06 02 03	CJ.00	258	00000.00000	513	4.530	4.530
017	063	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	513	375.463	375.463
017	063	0410	07 01 07	B0.A0	258	00000.00000	513	102.000	102.000
017	063	0410	07 01 07	B0.B0	258	00000.00000	513	20.991	20.991
017	063	0410	07 01 07	B0.C0	258	00000.00000	513	51.000	51.000
017	063	0410	07 01 08	B0.B0	258	00000.00000	513	1.705.950	1.705.950
017	063	0410	07 01 09	B0.B0	258	00000.00000	513	51.000	51.000
017	063	0410	07 01 13	00.00	258	00000.00000	513	5.304	5.304
017	063	0410	07 01 15	00.00	258	00000.00000	513	20.400	20.400
017	063	0410	12 02 00	00.00	258	00000.00000	513	140.000	140.000
017	084	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	513	2.615	2.615
017	084	0410	07 01 08	B0.B0	258	00000.00000	513	102.000	102.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								15.267.683	15.267.683
TOTAL DA ORGÂNICA								15.895.746	15.895.746
TOTAL DO SERVIÇO								15.895.746	15.895.746

11. Legislação em vigor em 2024

11.1 Contratação Pública

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	6/2004	06-01-2004	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto-Lei	18/2008	29-01-2008	Aprova o Código dos Contratos Públicos e altera o DL 12/2004, de 09.01
Declaração de Retificação	18-A/2008	28-03-2008	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que alterou o DL 12/2004, de 9 de janeiro e aprovou o Código dos Contratos Públicos
Decreto Legislativo Regional	34/2008/M	14-08-2008	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
Lei	59/2008	11-09-2008	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	200/2008	09-10-2008	Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Declaração de Retificação	60/2008	10-10-2008	Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto
Decreto Legislativo Regional	15/2009/A	06-08-2009	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores
Decreto-Lei	278/2009	02-10-2009	Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às atividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior
Lei	3/2010	27-04-2010	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	131/2010	14-12-2010	Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de atos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe a Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, que altera as Diretivas n.ºs 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
Portaria	87/2011	25-02-2011	Primeira Alteração à Portaria n.º 22/2010, de 11.01. que estabelece a constituição da comissão de índices e formas de empreitadas (CIFE)

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	104/2011	06-10-2011	Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança e transpõe a Diretiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho.
Decreto-Lei	108/2011	17-11-2011	Revoga o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 200/2008, de 09.10, que aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Decreto-Lei	29/2011	28-02-2011	Estabelece o regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as empresas de serviços energéticos
Lei	64-B/2011	30-12-2011	Alteração ao Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	149/2012	12-07-2012	Altera vários artigos do Código dos Contratos Públicos
Aviso	11432/2013	12.09.2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013
Aviso	14384/2013	22.11.2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013
Lei	96/2015	17-08-2015	Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.
Decreto Legislativo Regional	27/2015/A	29-12-2015	Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores
Aviso	6876/2017	21-06-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2016
Aviso	9636/2017	22-08-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2016
Aviso	9637/2017	22-08-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016
Decreto-Lei	111-B/2017	31-08-2017	Procede à nona alteração e republicação ao Código dos Contratos Públicos
Declaração de retificação	36-A/2017	30-10-2017	Retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Declaração de retificação	42/2017	30-11-2017	Retifica a declaração de retificação n.º 36-A/2017, que retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto
Portaria	371/2017	14-12-2017	Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos
Portaria	372/2017	14-12-2017	Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação no âmbito dos procedimentos de formação dos contratos públicos
Lei	31/2017	31/05/2017	Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão
Decreto-Lei	85/2017	27-07-2017	Cria um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado
Decreto-Lei	87/2017	27-07-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos nos Municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã
Decreto-Lei	135-A/2017	02-11-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos em outubro de 2017 nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu
Portaria	57/2018	26-02-2018	Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir
Portaria	72/2018	09-03-2018	Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova
Decreto Legislativo Regional	6/2018/M	15-03-2018	Procede à Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2018/M de 14 de agosto que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos
Declaração de Retificação	14/2018	20-03-2018	Retifica a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, das Finanças e Planeamento e das Infraestruturas, que regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2018
Decreto-Lei	22/2018	10/04/2018	Cria uma linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	30/2018	07-05-2018	Estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de serviços de viagens e alojamento no âmbito de deslocações em serviço público
Decreto-Lei	60/2018	03-08-2018	Procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento
Decreto-Lei	70/2018	30-08-2018	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos em agosto de 2018 nos concelhos de Monchique, Silves, Portimão e Odemira
Decreto-Lei	72/2018	12-09-2018	Cria o Portal Nacional dos Fornecedores do Estado
Decreto-Lei	85/2018	25-10-2018	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelo furacão Leslie ocorrido nos dias 13 e 14 de outubro de 2018
Decreto-Lei	123/2018	28-12-2018	Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos
Portaria	284/2019	02-09-2019	Altera a Portaria n.º 57/2018, de 26.02 (Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE» e aprova os modelos de dados a transmitir)
Regulamento de execução UE	1780	25/10/2019	Estabelece os formulários tipo para a publicação de anúncios e revoga o RE EU 1986/2015
Decreto-Lei	168/2019	29-11-2019	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelo furacão Lorenzo na região Autónoma dos Açores.
Decreto-Lei	170/2019	04-12-2019	Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio. Altera os artigos 37.º, 109.º e 340.º do Código, a partir de 5-12-2019, sem prejuízo do disposto na norma de aplicação no tempo, relativa a processos de parcerias.
Resolução da Assembleia da República	16/2020	19/03/2020	Faz cessar a vigência do Decreto-Lei 170/2019, de 4/12/2019, no que diz respeito à redação por ele dada aos artigos 37º, 109º e 340º.
Aviso	10864/2020	24-07-2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Portaria	52/2021	9.03.2021	Estabelece os níveis diferenciados de acesso à informação registada no Portal Nacional de Fornecedores do Estado
Aviso	8248/2021	04.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8298/2021	5.5.2021	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8373/2021	6.5.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Lei	30/2021	21.05.2021	Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro
Aviso	9679/2021	21.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Declaração de Retificação	25/2021	21.07.2021	Retifica a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que «Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro
Aviso	15207/2021	16.08.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Decreto-Lei	73/2021	18.08.2021	Altera o regime da revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto-Lei	86/2021	19.10.2021	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1161, estabelecendo o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário limpos a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, pois fala de contratação pública.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Declaração	17/2021	25.10.2021	Composição da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública
Regulamento Delegado (UE) da Comissão	2021/1953	10.11.2021	altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada, bem como para os concursos de conceção
Decreto-Lei	96/2021	12.11.2021	Estabelece um regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública
Aviso	21925/2021	22.11.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 2.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Portaria	288/2021	9.12.2021	Fixa as taxas devidas pelas empresas gestoras de plataformas eletrónicas licenciadas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P
Decreto-Lei	109-E/2021	9.12.2021	Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção
Decreto-Lei	36/2022	20.08.2022	Fixa o regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos
Decreto-Lei	66-A/2022	30.09.2022	Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.2
Decreto-Lei	78/2022	7.11.2022	Alterações ao Código do Contratos Públicos e Publicação de Consolidado
Decreto-Lei	49-A/2023	30.06.2023	Prorroga até 31 de dezembro de 2023 a vigência do regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e procede à revisão do fator de compensação aplicável aos casos de revisão por fórmula.
Portaria	318-B/2023	25.10.2023	Procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro.
Decreto-Lei	10/2023	08.02.2023	Normas de execução do Orçamento do Estado para 2023
Despacho	5075/2023	02.05.2023	Tramitação do pedido de consulta à comissão consultiva e da comunicação das obras de arte integradas em obras públicas e respetivos formulários
Decreto-Lei	62/2023	10.05.2023	Estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, e transpõe a Diretiva n.º 2011/7/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011
Decreto-Lei	54/2023	14.07.2023	Procede à alteração das normas de execução do Orçamento do Estado para 2023

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	255/2023	07.08.2023	Aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias
Resolução do Conselho de Ministros	13/2023	10.02.2023	Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 - ECO360
Portaria	74-A/2023	07.03.2023	Determina as categorias de contratos públicos de aquisição de serviços a que é aplicável o regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos
Decreto-Lei	49-A/2023	30.06.2023	Prorroga até 31 de dezembro de 2023 a vigência do regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e procede à revisão do fator de compensação aplicável aos casos de revisão por fórmula
Resolução do Conselho de Ministros	132/2023	25.10.2023	Define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado
Portaria	318-A/2023	25.10.2023	Procede à aprovação dos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de setembro de 2019
Portaria	318-B/2023	25.10.2023	Procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro
Regulamento Delegado (UE) da Comissão	2023/2495	15.11.2023	Altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos limiares aplicáveis aos contratos públicos de fornecimentos, serviços e obras e aos concursos para trabalhos de conceção
Regulamento Delegado (UE) da Comissão	2023/2496	15.11.2023	Altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada, bem como para os concursos de conceção
Regulamento Delegado (UE) da Comissão	2023/2497	15.11.2023	Altera a Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares das concessões
Regulamento Delegado (UE) da Comissão	2023/2510	15.11.2023	Altera a Diretiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Regulamento de Execução (EU) da Comissão	2023/2884	20.12.2023	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 que estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação dos contratos públicos
Declaração de Retificação	33-A/2023	22.12.2023	Retifica a Portaria n.º 318-A/2023, de 25 de outubro, que procede à aprovação dos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de setembro de 2019
Declaração de Retificação	33-B/2023	22.12.2023	Retifica a Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, que procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro
Lei	82/2023	29.12.2023	Orçamento do Estado para 2024
Decreto-Lei	17/2024	29.01.2024	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024
Resolução	4/2024-PG	16.12.2024	Instruções para a fiscalização prévia especial.
Decreto-Lei	108/2024	02.12.2024	Dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados
Lei	43/2024	02.12.2024	Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública
Portaria	242/2024/1	04.10.2024	Altera a Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção
Portaria	185/2024/1	14.08.2024	Aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção
Decreto-Lei	38/2024	05.06.2024	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública, por ajuste direto, relacionadas com os prejuízos e danos causados pelo incêndio que atingiu o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E. P. E. R., no dia 4 de maio de 2024
Portaria	134/2024/1	02.04.2024	Estabelece a atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços
RCM	162/2024	12.11.2024	Aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas — ECO360 (PA ECO360)

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	18095/2024/2	21.08.2024	Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra, referentes ao 2.º trimestre de 2024, de materiais e equipamentos de apoio referentes a junho de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Lei	45-A/2024	31.12.2024	Orçamento do Estado para 2025

11.2 Construção

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	555/99	16-12-1999	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
Decreto-Lei	46/2008	12-03-2008	Aprova o regime de gestão de resíduos de construção e demolição
Portaria	1268/2008	06-11-2008	Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico
Lei	31/2009	03-07-2009	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro.
Decreto-Lei	183/2009	10-08-2009	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.
Decreto Legislativo Regional	24/2010/M	30-03-2010	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de executante de instalações elétricas de serviço particular, tendo sido declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 1º a 15º pelo Ac.88/2012, de 08.03
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	73/2011	17-06-2011	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
Decreto-Lei	84/2011	20-06-2011	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das atividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas
Portaria	274/2011	26-09-2011	Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de agosto
Portaria	119/2012	30-04-2012	Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28.01
Declaração de retificação	25/2012	23-05-2012	Retifica a Portaria n.º 119/2012
Declaração de retificação	27/2012	30-05-2012	Retifica a Portaria n.º 119/2012
Aviso	1142/2013	24-01-2013	Publicação dos índices de custos de-mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais - (Quadro II) e de equipamentos de apoio - (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012.
Decreto-Lei	88/2013	09-07-2013	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10.08, no que respeita a critérios específicos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo.
Decreto-Lei	118/2013	20-08-2013	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços.
Declaração de retificação	41/2013	17-10-2013	Retifica o n.º 8 do artigo 39.º e o n.º 5.º do artigo 47.º do Decreto-Lei 118/2013.
Aviso	11432/2013	12-09-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	14384/2013	22-11-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	349-A/2013	29-11-2013	Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).
Portaria	349-B/2013	29-11-2013	Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.
Portaria	349-D/2013	29-11-2013	Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes
Portaria	353/2013	04-12-2013	Fixa para vigorar para 2014 os preços da habitação por metro quadrado consoante as zonas do país para efeitos do cálculo da renda condicionada.
Portaria	353-A/2013	04-12-2013	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.
Portaria	370/2013	27-12-2013	Fixa o valor médio da construção por metro quadrado no ano de 2014.
Lei	40/2015	01-06-2015	Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas e particulares, procedendo à primeira alteração e à republicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
Lei	41/2015	03-06-2015	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro.
Portaria	261-A/2015	27-08-2015	Fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção e revoga a Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro.
Portaria	39/2016	07-03-2016	Alteração do anexo I, da Portaria 349-A/2013.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	28/2016	23-06-2016	Procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20-08-2013 e republica este diploma.
Portaria	319/2016	15-12-2016	Procede à segunda alteração à Portaria 349-B/2013, de 29.11. Se a Portaria 349-B foi revogada em 1.7.2020 pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07.12
Decreto-Lei	97/2017	10-08-2017	Regime de instalações de gases combustíveis em edifícios.
Lei	79/2017	18-08-2017	10.ª Alteração ao regime jurídico da urbanização e edificação – Protege o património azulejar.
Resolução do Conselho de Ministros	76/2017	05-06-2017	Decide proceder a criação do livro de obra eletrónico e à extinção da FTH.
Decreto-Lei	96/2017	10-08-2017	Estabelece o regime das instalações elétricas particulares.
Decreto-Lei	97/2017	10-08-2017	Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.
Aviso	3800/2018	22-03-2018	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	3801/2018	22-03-2018	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	3802/2018	22-03-2018	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	6575	17.05.2018	Procede-se à republicação dos índices de custos de materiais relativos ao 2.º trimestre de 2017, tendo em conta que os valores referentes ao M18 - Betumes a granel e ao M19 - Betumes em tambores apresentavam valores incorretos)
Aviso	6576	17.05.2018	Procede-se à republicação dos índices de custos de materiais relativos ao 1.º trimestre de 2017, tendo em conta que os valores referentes ao M10 - Azulejos e Mosaicos e ao M30 - Tintas para estradas apresentavam valores incorretos)
Aviso	11697/2018	20-08-2018	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao 3.º trimestre de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	11698/2018	20-08-2018	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao 2.º trimestre de 2017, para efeito de aplicação

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Lei	59/2018	21-08-2018	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao <u>Decreto-Lei n.º 97/2017</u> , de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.
Lei	61/2018	21-08-2018	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao <u>Decreto-Lei n.º 96/2017</u> , de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares.
Declaração de retificação	28/2018	23-08-2018	Declaração de retificação à <u>Lei n.º 59/2018</u> , de 21 de agosto, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao <u>Decreto-Lei n.º 97/2017</u> , de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios».
Aviso	12034/2018	23-08-2018	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Portaria	251/2018	07-09-2018	Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços — FETESE e outros.
Portaria	330-A/2018	20-12-2018	Fixa o valor do m2de construção para 2019
Lei	118/2019	17-09-2019	Altera os artigos 69.º e 98.º do RJUE, com início de vigência a partir de 16.11.2019, sem prejuízo das alterações efetuadas ao artigo 98.º aplicarem-se aos processos que deram entrada a partir de 01.09.2016 em que não tenha havido penhora.
Decreto-Lei	66/2019	21-05-2019	altera os artigos 2.º, 4.º, 89.º, 90.º, 91.º, 107.º e 108.º do RJUE.
Portaria	192/2019	25-06-2019	Aprova os requisitos específicos de certificação das entidades formadoras para ministrarem formação adequada à obtenção da qualificação profissional de técnico de gás, instalador de instalações de gás e de redes e ramais de distribuição de gás, instalador de aparelhos a gás e soldador de aço por fusão na área do gás.
Aviso	310/2019	07-01-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	311/2019	07-01-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	5076/2019	22-03-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	114/2019	02-04-2019	Valores dos índices de custo de mão-de-obra da RAM, mão-de-obra por tipo de obra e por profissão, para a Região Autónoma da Madeira relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2018.
Aviso	10134/2019	17-06-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	15992/2019	09-10-2019	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao mês de março das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	15993/2019	09-10-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, para efeito da aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art. 6º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	667/2019	29-11-2019	Índices de custo de mão-de-obra da RAM, mão-de-obra por tipo de obra e por profissão para a Região Autónoma da Madeira relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2019.
Aviso	668/2019	29-11-2019	Índices de custo de mão-de-obra da RAM, mão-de-obra por tipo de obra e por profissão, para a Região Autónoma da Madeira relativos aos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.
Decreto-Lei	95/2019	18-07-2019	Regime Aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas.
Decreto Legislativo regional	23/2019/A	16-11-2019	Aprova o Regime jurídico das Instalações de Gás combustível em imóveis na Região Autónoma da Madeira.
Decreto Legislativo regional	12/2019/M	14-08-2019	Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, adiante designadas por instalações de gás, e dos aparelhos que aqueles abastecem, com exceção dos aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local do consumo, bem como a definição do sistema de supervisão e regulação das atividades a elas associadas.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto Legislativo regional	4/2019/M	01-07-2019	Adapta o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10.08, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21.08, estabelece a disciplina das instalações elétricas de serviço particular alimentadas pela rede elétrica de serviço público da Região Autónoma da Madeira, em média, alta ou baixa tensão, e das instalações com produção própria, de carácter temporário ou itinerante, de segurança ao de socorro, e define o sistema de controlo, supervisão e regulação das atividades a elas associadas
Decreto Regulamentar regional	6/2019_M	22/08/2019	Fixa o Valor do Metro Quadrado de Construção para o Ano de 2019.
Lei	36/2019	29/05/2019	Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980.
Portaria	297/2019	9/09/2021	Quarta alteração à <u>Portaria n.º 349-B/2013</u> , de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
Lei	123/2019	18/10/2019	Terceira alteração ao <u>Decreto-Lei n.º 220/2008</u> , de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.
Portaria	297/2019	09.09.2019	Quarta alteração à <u>Portaria n.º 349-B/2013</u> , de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
Lei	123/2019	18.10.2019	3ª Alteração ao Decreto-Lei 220/2008, segurança contra incêndios
Portaria	3/2020	13.01.2020	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2020.
Aviso	612/2020	14.01.2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	6274/2020	15.04.2020	Retifica e republica os índices de custos de materiais relativos ao 2.º trimestre de 2019

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	6275/2020	15.04.2020	Corrige os índices ponderados de custos de equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	6276/2020	15.04.2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	10864/2020	24-07-2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	19530	27.11.2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Portaria	289/2020	17.12.2020	Fixa o valor médio por m2, para efeitos do artigo 39º do Código do IMI para 2021
Decreto Regulamentar Regional	2/2021-M	11-01-2021	Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2021
Aviso	8248/2021	04.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8298/2021	5.5.2021	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8373/2021	6.5.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	9679/2021	21.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para efeito de

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	15207/2021	16.08.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	21925/2021	22.11.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 2.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Portaria	310/2021	20-12-2021	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2022.
Portaria	212/2022	23-08-2022	Procede à atualização dos valores das classes dos alvarás
Lei	3/2021	20.12.2021	Estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União
Aviso	111325/2022	3.06.2022	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao primeiro trimestre de 2022 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Aviso	14920/2022	29.07.2022	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes a abril de 2022 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Aviso	16371/2022	19.08.2022	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes a maio de 2022 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Portaria	212/2022	23.08.2022	Procede à atualização dos valores das classes dos alvarás
Aviso	17216/2022	02.09.2022	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao segundo trimestre de 2022 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Aviso	19836/2022	18.10.2022	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao mês de julho

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			de 2022 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Aviso	21597/2022	14.09.2022	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao mês de agosto de 2022 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Portaria	7-A/2023	3.01.2023	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2023.
Decreto-Lei	20-B/2023	22.03.2023	Cria apoios extraordinários de apoio às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito
Decreto regulamentar regional	9/2023-M	3.04.2023	Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2023
Decreto-Lei	38/2023	29.05.2023	Cria um regime de arrendamento para subarrendamento para famílias com dificuldades no acesso à habitação no mercado e altera diversos regimes jurídicos da área da habitação no âmbito da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência
Lei	50/2023	28.08.2023	Autoriza o Governo a proceder à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo e ordenamento do território.
Lei	56/2023	06.10.2023	Aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas.
Aviso	7264/2023	10.04.2023	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a janeiro de 2023 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	9969/2023	23.05.2023	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a fevereiro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	12118/2023	27.06.2023	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra referentes ao 1.º trimestre de 2023, de materiais e equipamentos de apoio referentes a março de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	13978/2023	24.07.2023	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a abril de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	16142/2023	28.08.2023	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a maio de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	18101/2023	20.09.2023	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra referentes ao 2.º trimestre de 2023, de materiais e

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			equipamentos de apoio referentes a junho de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	20307/2023	24.10.2023	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a julho de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	22775/2023	24.11.2023	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a agosto de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	22776/2023	24.11.2023	Republicam-se os índices de custos de materiais referentes aos meses de maio, junho e julho de 2023, procedendo-se à sua correção
Aviso	24590/2023	18.12.2023	Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra referentes ao 3.º trimestre de 2023, de materiais e equipamentos de apoio referentes a setembro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	24847/2023	21.12.2023	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra referentes ao 3.º trimestre de 2023, de materiais e equipamentos de apoio referentes a setembro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Portaria	16/2024	23.01.2024	Valor médio de construção por metro quadrado para efeitos do artigo 39º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis a vigorar no ano de 2024
Decreto regulamentar regional	8/2024/M	2.02.2024	Fixação do valor de metro quadrado de construção para o ano de 2024
Aviso	3485/2024	12.02.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a outubro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	4449/2024	26.02.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a novembro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preço.
Portaria	71-A/2024	27.02.2024	Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 113/2015, de 22.04.
Portaria	71-B/2024	27.02.2024	Aprova os modelos de utilização obrigatória de licença, de resposta a comunicação prévia, dos atos a praticar pelos técnicos e dos modelos de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)
Portaria	71-C/2024	27.02.2024	Procede à primeira alteração da Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro, que define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico
Aviso	11153/2024/2	24.05.2024	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra referentes ao 4.º trimestre de 2023, de materiais e

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			equipamentos de apoio referentes a dezembro de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	11635/2024/2	3.06.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a fevereiro de 2024 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	15455/2024/2	25.07.2024	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, de materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2024 para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	15456/2024/2	25.07.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a abril de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	17888/2024/2	20.08.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio, referentes a maio de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	18095/2024/2	21.08.2024	Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra, referentes ao 2.º trimestre de 2024, de materiais e equipamentos de apoio referentes a junho de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	21455/2024/2	27.09.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a julho de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	23117/2024/2	18.10.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a agosto de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	27562/2024/2	9.12.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a outubro de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
Aviso	27562/2024/2	9.12.2024	Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a outubro de 2024, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.

11.3 Mediação Imobiliária

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	156/2005	15-09-2005	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
Decreto-Lei	371/2007	06-11-2007	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro.
Lei	15/2013	08-02-2013	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços do mercado interno.
Portaria	199/2013	31-05-2013	Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de outubro.
Regulamento	16/2014	15-01-2014	Regulamenta a Lei n.º 15/2013.
Decreto-Lei	74/2017	21-06-2017	Altera e republica o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro.
Portaria	201-A/2017	30-06-2017	Aprova o modelo, edição, preço e distribuição do livro de reclamações nos formatos físico e eletrónico.
Decreto-Lei	102/2017	23-08-2017	Implementa a medida do Simplex+ 2016-Informação ao Consumidor mais simples (Altera a Lei n.º 15/2013, de 08.02, a Lei n.º 144/2015, de 08.09 e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 06.01).
Lei	83/2017	18-08-2017	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e revoga a Lei n.º 25/2008, de 05 de junho e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho.
Deliberação	988/2017	09-11-2017	Decide alterar a Lei da Prevenção ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
Deliberação	51/2018	12-01-2018	Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho - Livro de reclamações - Procedimentos atinentes ao cumprimento da obrigação de envio das folhas de reclamações exaradas no livro em formato físico.
Lei	25/2018	14-06-2018	Procede à segunda alteração da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			aplicáveis, e à primeira alteração à Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.
Portaria	228/2018	13-08-2018	Aprova o modelo de contrato de mediação imobiliária.
Portaria	233/2018	21-08-2018	Regulamenta o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Regime Jurídico do RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
Decreto-Lei	144/2019	23-09-2019	Procede à transferência para a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários das competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos.
Decreto-Lei	80/2019	17-06-2019	Altera os artigos 11.º, 19.º, 21.º e 23.º a 25.º e a epígrafe do capítulo iii que passa a designar-se “Permissões administrativas e outros requisitos para acesso ou exercício de atividade de serviços”.
Portaria	200/2019	28-06-2019	Estabelece os prazos para a declaração inicial do RCBE e revoga os artigos 13.º e 17.º da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.
Declaração de Retificação	34/2019	17-09-2019	Retifica a Portaria n.º 200/2019, de 28.06.
Lei	58/2020	31/08/2020	Altera e republica a Lei 83/2017, transpõe a Diretiva 2018/843 sobre CBCFT
Declaração de Retificação	41/2020	30/10/2020	Retifica a Lei 58/2020, de 31/08.
Decreto-Lei	9/2021	29.01.2021	Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas
Lei	32/2021	27.05.2021	Estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais
Regulamento	603/2021	2.07.2021	Regulamento do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no setor do imobiliário.
Decreto-Lei	89/2021	3.11.2021	Regulamenta normas da Lei de Bases da Habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade
Portaria	261/2021	22.11.2021	Aprova o Regulamento da Atividade de Fiscalização do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
Decreto-Lei	108/2021	7.12.2021	Altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	109-E/2021	9.12.2021	Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção
Decreto-lei	109-G/2021	10.12.2021	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores
Lei	14/2023	06.04.2023	Revê o dever de informação previsto no regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor, alterando o Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho.
Lei	38/2023	2.8.2023	Lei das grandes Opções para 2023-2026
Decreto-Lei	10/2024	8.01.2024	Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria
Lei	45-B/2024	31.12.2024	Lei das Grandes Opções para 2024-2028

11.4 Ficha Técnica da Habitação

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	68/2004	25-03-2004	Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação – Ficha técnica da habitação.
Portaria	817/2004	16-07-2004	Aprova o modelo da ficha técnica da habitação.
Resolução de Conselho de Ministros	76/2017	05-06-2017	Visa extinguir a FTH e criar o livro de obra eletrónico.
Decreto-Lei	84/2021	18.10.2021	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores
Decreto-Lei	10/2024	8.01.2024	Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria

11.5 Branqueamento de Capitais

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	83/2017	18.08.2017	Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (2017)
Lei	89/2017	21.08.2017	Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos e outros diplomas legais.
Lei	92/2017	22.08.2017	Obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a € 3 000, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias.
Lei	97/2017	23.08.2017	Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas.
Regulamento	314/2018	25.05.2018	Regulamento dos deveres gerais e específicos de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
Lei	58/2020	31.08.2020	Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis.
Regulamento	603/2021	02.07.2021	Regulamento do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no setor do imobiliário.
Declaração Retificação	564/2021	13.08.2021	Retificação ao Regulamento n.º 603/2021, de 2 de julho, do IMPIC, I.P.

11.6 Livro de Reclamações

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	156/2005	15.09.2005	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
Decreto-Lei	371/2007	06.11.2007	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
Decreto-Lei	74/2017	21.06.2017	Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on-line», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado»
Portaria	201-A/2017	30.06.2017	Aprova o modelo, edição, preços, fornecimento e distribuição do livro de reclamações, nos formatos físico e eletrónico e estabelece as funcionalidades da plataforma digital que disponibiliza o formato eletrónico do livro de reclamações
Decreto-Lei	9/2020	10.03.2020	Adota as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação de manter o livro de reclamações eletrónico
Decreto-Lei	9/2021	29.01.2021	Regime Jurídico das Contraordenações Económicas

11.7. IMPIC, I.P.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	232/2015	13-10-2015	Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Resolução de Conselho de Ministros	51/2017	19-04-2017	Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais combustíveis de impressão na AP.
Despacho	3746/2017	04-05-2017	Descongelamento de carreiras.
Lei	25/2017	30-05-2017	Aprova o regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público.
Decreto-Lei	68/2017	16-06-2017	Cria a certidão judicial eletrónica, flexibiliza a emissão de certificados no âmbito do registo criminal on line e aumenta a capacidade do sistema de informação da classificação portuguesa das atividades económicas.
Decreto-Lei	87/2017	27-07-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			incêndios florestais ocorridos nos Municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.
Decreto-Lei	93/2017	01-08-2017	Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única eletrónica.
Decreto-Lei	102/2017	23-08-2017	Implementa a medida do Simplex + 2016 “informação ao consumidor mais simples”.
Decreto-Lei	135-A/2017	02-11-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos em outubro de 2017 nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.
Lei	8/2018	02.03-2018	Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado).
Decreto-Lei	30/2018	07-05-2018	Estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de serviços de viagens e alojamentos no âmbito das deslocações em serviço público.
Decreto-Lei	33/2018	15-05-2018	Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2018.
Declaração de Retificação	22/2018	10-07-2018	Retifica o Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 93, de 15 de maio de 2018.
Aviso	11696/2018	20-08-2018	Conclusão do período experimental da trabalhadora Bella Clara Rocha Lamelas, na carreira e categoria de técnica superior.
Aviso	11699/2018	20-08-2018	Consolidação de mobilidades na categoria das trabalhadoras Cláudia Carolina Rodrigues Aleixo Mota, Dália Maria Ribeiro Dâmaso Bernardino e Maria de Fátima da Silva de Almeida Martins Ferreira.
Resolução de Conselho de Ministros	141/2018	26-10-2018	Aprova medidas tendentes à utilização mais sustentável de recursos e à adoção de soluções circulares na Administração Pública promovendo designadamente a redução do consumo de papel, demais consumíveis de impressão e produtos de plásticos privilegiando a proteção ambiental, a otimização de processos e a modernização de procedimentos administrativos.
Decreto-Lei	90/2018	09-11-2018	Altera a orgânica do XXI Governo Constitucional.
Portaria	330-A72018	20-12-2018	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2019.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	70/2018	31-12-2018	Grandes Opções do Plano para 2019.
Lei	71/2018	31-12-2018	Orçamento do Estado para 2019.
Portaria	125-A/2019	30.04.2019	Procedimento concursal
Aviso	9785	5-06-2019	Estatutos da Comissão de Trabalhadores do IMPIC, I.P.
Portaria	172/2019	3-06-2019	Estabelece o sistema de incentivos à eficiência da despesa pública
Portaria	194/2019	25-06-2019	Aprova o modelo de identificação dos trabalhadores do IMPIC, que exercem funções de inspeção
Resolução da RAM	336/2019	12-06-2019	Designa como representante da Região no Conselho Consultivo do Instituto de Mercados públicos, do imobiliário e da Construção, o licenciado em direito, João Carlos Teixeira Baltasar Gomes.
Aviso	5077/2019	22-03-2019	Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior – Ana Raquel Silva Carvalho, Maria de Lurdes Pereira Lima Barbosa e Otília Guerra Margarido
Decreto-Lei	84/2019	28-06-2019	Estabelece as normas de execução do OE para 2019
Decreto-Lei	85/2019	1-07-2019	Permite aos trabalhadores da AP faltarem justificadamente no 1º dia de aulas do ano letivo para acompanhamento de menores de 12 anos
Aviso	11997/2019	25-07-2019	Consolidação definitiva da mobilidade da técnica superior Alexandra Maria Matos Rodrigues.
Aviso	11998/2019	25-07-2019	Consolidação definitiva da mobilidade da assistente técnica Sandra Cristina Marreiros Torpes.
Deliberação	820/2019	29/07/2019	Pedido de cessação de funções no cargo de Chefe do Departamento Financeiro da Direção Financeira, de Estudos e Estratégia – Ana Sofia Bailote Antunes Pais.
Lei	58/2019	8/08/2019	Assegura a execução do Regulamento EU 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito aos seus dados pessoais

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	115/2019	20.08.2019	Altera a regulamentação do regime jurídico da identificação criminal, prevendo um código de acesso ao registo criminal e ao registo de contumazes.
Despacho	9057/2019	09-10-2019	Manutenção do exercício de funções com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo da assistente técnica Maria Emília Lopes Morais
Aviso	13760/2019	3/09/2020	Constituição da CT do IMPIC, I.P.
Resolução da Assembleia da República	5/2020	15/01/2020	Orçamento da AR para 2020R
Despacho	514/2020	15-01-2020	Torna pública a lista de trabalhadores que são reposicionados com efeitos 1/01/2019
Despacho	6396/2020	17/06/2020	Regulamento do horário de trabalho do IMPIC, I.P.,
Aviso	1558/2020	29/01/2020	Alteração aos Estatutos da CT do IMPIC, I.P.
Lei	72/2020	16/11/2020	Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos e altera o CPA
Decreto-Lei	101-D/2020	07.12	Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, transpondo a Diretiva (UE)2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944
Portaria	12-A/2021	11.01	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
Despacho	4622/2021	06.05.2021	Designa o licenciado Fernando Miguel dos Santos Batista para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Despacho	4621/2021	06.05.2021	Designa o licenciado Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Despacho	4620/2021	06.05.2021	Designa a licenciada Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	8374/2021	06.05.2021	Consolidação da mobilidade interna na categoria das técnicas superiores Deolinda da Conceição da Silva Reis Marques e Carla Amarina dos Santos Parreira
Deliberação	470/2021	12.05.2021	Exoneração, a seu pedido, de cargo de direção intermédia de 2.º grau do licenciado Manuel João Lourenço de Macedo Osório
Deliberação	469/2021	12.05.2021	Designação, em regime de substituição, do licenciado André Filipe Barata Pereira Gonçalves para o cargo de chefe do Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas, cargo de direção intermédia de 2.º grau
Deliberação	612/2021	21.06.2021	Distribuição de pelouros e delegação de competências do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P
Aviso	11525/2021	22.06.2021	Consolidação da mobilidade interna na categoria da técnica superior Sandra Cristina Caetano de Mascarenhas.
Deliberação	630/2021	24.06.2021	Designação, em regime de substituição, da licenciada Lucinda de Fátima Araújo Gaspar para o cargo de diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública, cargo de direção intermédia de 1.º grau
Deliberação	631/2021	24.06.2021	Designação, em regime de substituição, do licenciado Tiago João dos Santos e Sousa Lambin para o cargo de diretor da Inspeção, cargo de direção intermédia de 1.º grau
Aviso (extrato)	19799/2021	21.10.2021	Concessão de licença sem remuneração ao técnico superior João Telmo Cortez dos Santos Fontes Peixoto.
Aviso (extrato)	19798/2021	21.10.2021	Regresso do técnico superior Marco Pais Neves dos Santos por término do contrato de bolsa de investigação.
Portaria	233/2022	09.09.2022	Regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento.
Deliberação (extrato)	1065/2022	7.10.2022	Novo regulamento e tabela de custas processuais do IMPIC, I.P.
Decreto-Lei	9/2022	11.01.2022	Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento, transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019
Decreto-Lei	15/2022	14.01.2022	Estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001
Decreto-Lei	51/2022	26.07.2022	Aprova medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas.
Decreto-Lei	53/2022	12.08.2022	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022
Lei	12/2022	27.06.2022	Orçamento do Estado para 2022.
Lei	16/2022	16.08.2022	Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas, transpondo as Diretivas 98/84/CE, 2002/77/CE e (UE) 2018/1972, alterando as

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			Leis n.ºs 41/2004, de 18 de agosto, e 99/2009, de 4 de setembro, e os Decretos-Leis n.ºs 151 -A/2000, de 20 de julho, e 24/2014, de 14 de fevereiro, e revogando a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e a Portaria n.º 791/98, de 22 de setembro
Lei	17/2022	17.08.2022	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno, alterando o regime jurídico da concorrência, aprovado pela Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e os estatutos da Autoridade da Concorrência
Decreto do Presidente da República	1-A/2023	4.1.2023	É exonerado, sob proposta do Primeiro-Ministro, do cargo de Ministro das Infraestruturas e da Habitação Pedro Nuno de Oliveira Santos.
Decreto do Presidente da República	1-C/2023	4.1.2023	São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, para o cargo de Ministro das Infraestruturas João Saldanha de Azevedo Galamba e para o cargo de Ministra da Habitação Marina Sola Gonçalves.
Decreto do Presidente da República	1-E/2023	4.1.2023	São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, para o cargo de Secretário de Estado do Tesouro Pedro Nuno Pereira de Sousa Rodrigues, para o cargo de Secretária de Estado da Energia e Clima Ana Cláudia Fontoura Gouveia, para o cargo de Secretário de Estado do Ambiente Hugo Alexandre Polido Pires, para o cargo de Secretário de Estado das Infraestruturas Frederico André Branco dos Reis Francisco, para o cargo de Secretária de Estado da Habitação Maria Fernanda da Silva Rodrigues e para o cargo de Secretária de Estado da Agricultura Carla Maria Gonçalves Alves Pereira.
Decreto-lei	7/2023	27.01.2023	Altera o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional.
Despacho	2366/2023	17.02.2023	Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos, no dia 21 de fevereiro de 2023
Lei	38/2023	2.08.2023	Lei das Grandes Opções para 2023-2026
Decreto-Lei	75/2023	29.08.2023	Define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público.
Despacho	12959-A/2023	18.12.2023	Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos próximos dias 26 de dezembro de 2023 e 2 de janeiro de 2024
Lei	82/2023	29.12.2023	Orçamento de Estado para 2024
Lei	2/2024	05.01.2024	Programa Nacional de Habitação 2022-2026

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	17/2024	29.01.2024	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024
Despacho	1826/2024	31.01.2024	Alteração obrigatória ao posicionamento remuneratório dos trabalhadores do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., com efeitos a 1 de janeiro de 2023
Deliberação	273/2024	29.02.2024	Subdelegação de competências no vogal do conselho diretivo licenciado Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto
Aviso	6170/2024/2	21.03.2024	Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira de inspeção superior (carreira não revista) deste Instituto do trabalhador António Alberto de Abreu Figueira
Despacho	3186/2024	21.03.2024	Aprova o mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados para carreiras de grau complexidade funcional 3
Decreto do Presidente da República	40-G/2024	02.04.2024	São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro: Paulo Artur dos Santos de Castro de Campos Rangel, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; Joaquim José Miranda Sarmento, Ministro de Estado e das Finanças; António Egreja Leitão Amaro, Ministro da Presidência; Manuel Castro Almeida, Ministro Adjunto e da Coesão Territorial; Pedro Miguel de Azeredo Duarte, Ministro dos Assuntos Parlamentares; João Nuno Lacerda Teixeira de Melo, Ministro da Defesa Nacional; Rita Fragoso de Rhodes Alarcão Júdice de Abreu e Mota, Ministra da Justiça; Maria Margarida Blasco Martins Augusto, Ministra da Administração Interna; Fernando Manuel de Almeida Alexandre, Ministro da Educação, Ciência e Inovação; Ana Paula Mecheiro de Almeida Martins Silvestre Correia, Ministra da Saúde; Miguel Martinez de Castro Pinto Luz, Ministro das Infraestruturas e Habitação; Pedro Trigo de Moraes de Albuquerque Reis, Ministro da Economia; Maria do Rosário Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Maria da Graça Martins da Silva Carvalho, Ministra do Ambiente e Energia;
Decreto-Lei	32/2024	10.05.2024	Aprova o regime de organização e funcionamento do XXIV Governo Constitucional.
Decreto-Lei	43-B/2024	02.07.2024	Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Governo e o modelo organizativo a adotar pelas entidades com responsabilidade em matéria de estudos e planeamento, no âmbito da reforma da administração central do Estado
Aviso	16433/2024/2	10.07.2024	Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira de inspeção superior (carreira não revista) deste Instituto
Aviso	15598/2024/2	26.07.2024	Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do técnico de sistemas e tecnologias de informação do trabalhador Pedro Daniel Ventura de Paiva Gomes

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	16433/2024/2	06.08.2024	Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira de inspeção superior (carreira não revista) deste Instituto da trabalhadora Emília Simões Henriques Xavier
Portaria	185/2024/1	14.08.2024	Aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção.
Portaria	242/2024/1	4.10.2024	Altera a Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção.
Louvor	1526/2024	20.10.2024	Louva a assistente técnica Maria Emília Lopes Morais
Decreto-Lei	91/2024	22.11.2024	Regulamenta as citações e notificações eletrónicas a cidadãos e empresas, no âmbito de processos judiciais.
Lei	43/2024	02.12.2024	Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública
Despacho	14695/2024	12.12.2024	Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos dias 24 e 31 de dezembro.
Decreto-Lei	114/2024	20.12.2024	Concretiza os elementos essenciais da contribuição devida pelas empresas de redes e serviços de comunicações eletrónicas, alterando a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada em anexo à Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto.
Decreto-Lei	114-B/2024	26.12.2024	Procede à extinção, por fusão, da Secretaria-Geral do Ministério da Economia
Lei	45-A/2024	31.12.2024	Orçamento do Estado para 2025
Lei	45-B/2024	31.12.2024	Lei das Grandes Opções para 2024-2028



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt